

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TATIANE VALÉRIA ROGÉRIO DE CARVALHO

**O SILÊNCIO SOBRE O NEGRO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE
CURITIBA: MEMÓRIA E ESQUECIMENTO**

CURITIBA

2016

TATIANE VALÉRIA ROGÉRIO DE CARVALHO

**O SILÊNCIO SOBRE O NEGRO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE
CURITIBA: MEMÓRIA E ESQUECIMENTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, área de concentração Estudos Linguísticos, linha de pesquisa Linguagem e Práticas Sociais, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

Orientadora Profa. Dra. Lígia Negri

CURITIBA

2016

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR

Carvalho, Tatiane Valéria Rogério de

O silêncio sobre o negro na construção da identidade de Curitiba:
memória e esquecimento / Tatiane Valéria Rogério de Carvalho –
Curitiba, 2016.

178 f.

Orientadora: Profa. Dra. Lígia Negri

Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

1. Memória coletiva – Paraná – Análise do discurso. 2. Identidade
cultural – Negros – Paraná. 3. Negros – Identidade racial –
Esquecimento. I. Título.

CDD 305.896



Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-
Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

PARECER

Defesa de tese de doutorado de **TATIANE VALÉRIA ROGÉRIO DE CARVALHO** para obtenção do título de **Doutora em Letras**.

Os abaixo-assinados Lígia Negri, Maria Cleci Venturini, Maria Tarcisa Silva Bega, Carlos Alberto Medeiros Lima, Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia arguíram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a tese: **“O SILÊNCIO SOBRE O NEGRO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE CURITIBA: MEMÓRIA E ESQUECIMENTO”**.

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Doutora em Letras**, conforme especificações abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADA Não APROVADA
Dr ^a Lígia Negri (Presidente)		Aprov
Dr ^a Maria Cleci Venturini		Aprov.
Dr. Maria Tarcisa Silva Bega		Aprovado
Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima		APROVADA
Dr. Gesualda de L. dos Santos Rasia		Aprovado

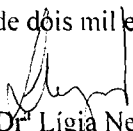
Curitiba, 27 de abril de 2016.

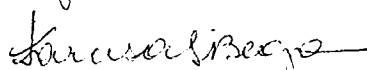
Prof. Dr. Antonio Augusto Nery
Vive-Coodenador



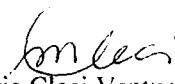
Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

Ata setingentésima quadragésima quinta, referente à sessão pública de defesa de tese para a obtenção de título de doutora a que se submeteu a doutoranda **TATIANE VALÉRIA ROGÉRIO DE CARVALHO**. No dia vinte e sete de abril de dois mil e dezesseis, às oito horas e trinta minutos, na sala Homero de Barros, 1º andar, no Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes professores doutores: Lígia Negri. Presidente, Maria Cleci Venturini. Maria Tarcisa Silva Bega, Carlos Alberto Medeiros Lima, Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de tese intitulada **“O SILÊNCIO SOBRE O NEGRO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE CURITIBA: MEMÓRIA E ESQUECIMENTO”**, apresentada por **TATIANE VALÉRIA ROGÉRIO DE CARVALHO**. A sessão teve início com a apresentação oral da doutoranda sobre o estudo desenvolvido. Logo após, a senhora presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos examinadores para as suas arguições. Em seguida, a candidata apresentou sua defesa. Na sequência, a professora Lígia Negri retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação da candidata. Em seguida, a senhora Presidente declarou **APROVADA** a candidata, que recebeu o título de **Doutora em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**. A versão final da tese deverá ser encaminhada à Coordenação em até 60 dias. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pela candidata. Feita em Curitiba, no dia vinte e sete de abril de dois mil e dezesseis.

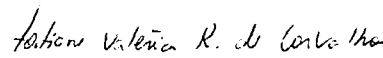

Dr.ª Lígia Negri


Dr.ª Maria Tarcisa Silva Bega


Dr.ª Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia


Dr.ª Maria Cleci Venturini


Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima


Tatiane Valéria Rogério de Carvalho

À minha mãe, Aparecida R. de Carvalho, e ao meu pai,
Adão Lopes de Carvalho que, com muito amor, e
mesmo nos momentos difíceis que passamos nos
últimos anos, sempre me apoiaram, me incentivaram a
estudar e a realizar os meus sonhos. Aos meus irmãos
Luzia Mara dos Santos e Alexsandro R. de Carvalho
por torcerem pela minha felicidade.
Amo todos vocês!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora Prof.^a Dra. Lígia Negri pelas orientações, paciência e competência com que conduziu meu trabalho, bem como por todo conhecimento que me proporcionou ao longo desses anos. Obrigada também por compreender as fases difíceis que passei durante o doutorado, que fizeram com que interrompesse a escrita por alguns períodos. Saiba que você foi muito importante para mim nessa longa caminhada acadêmica, entre mestrado e doutorado. Admiro-te muito!

Às professoras doutoras Gesualda Rasia e Maria Cleci Venturinni por aceitarem estar na minha banca de qualificação e de defesa, e por terem contribuído significativamente com sugestões, correções e questionamentos não só nesses momentos, mas em eventos que nos encontramos durante o período de doutorado.

À minha amiga de doutorado, e da vida, Jussara Maria Jurach. Obrigada por ter sido minha companheira também nessa fase.

À Tainá Cristina Pires, uma amiga vitoriosa, que mesmo tendo passado por tantas dificuldades está sempre pronta a ajudar. E me ajudou! Até pesquisa fez para mim. Repito a dedicatória que fiz na dissertação: “a sua boa vontade, alegria e coragem é um exemplo para mim!”.

À minha chefe Mônica pelo apoio que sempre me deu para eu realizar meus sonhos. Esses últimos anos não foram fáceis para mim, sei que não pude me dedicar por completo ao trabalho. Assim, agradeço a sua compreensão.

A toda equipe do Portal Dia a Dia Educação pelo apoio, pelas orações e amizade, e por estarem perto de mim nos momentos alegres e tristes. Vocês são demais!

A todas as pessoas (amigos/colegas) que passaram por minha vida, que sempre me quiseram bem e torcem pelo meu sucesso e conquistas.

À minha família, que é meu porto seguro. Sem ela não teria chegado até aqui, nem chegarei onde quero. Amo vocês!

E a Deus, pela minha vida, por todas as minhas conquistas e por tudo que ainda vou conquistar.

RESUMO

Com base na Análise do Discurso (AD) francesa, na perspectiva de Pêcheux, este texto tem por objetivo analisar o silêncio sobre o negro na construção identitária de Curitiba. Para atingir tal objetivo, são discutidos, inicialmente, o discurso fundador dessa identidade, por meio dos escritos de Auguste de Saint-Hilaire (1995), Romário Martins (1995) e Wilson Martins (1989), que valorizam o imigrante europeu e a superioridade da raça branca e invisibilizam o negro/escravo. Como contraponto a esses discursos, são apresentados anúncios do jornal *O Dezenove de Dezembro*, do século XIX, que atestam a presença do negro/escravo na formação da cidade paranaense. Além disso, é apresentada a concepção urbanística criada para Curitiba, que materializa o discurso fundador no planejamento urbano da cidade, contribuindo para a construção dessa identidade. Como fundamentação teórica, são discutidos, na perspectiva sociológica, os conceitos de memória e esquecimento (HALBWACHS, 1990; ROSSI, 2010); e, na perspectiva da AD, os conceitos de Formação Discursiva, Formação Ideológica, Formações imaginárias, memória discursiva, rememoração/comemoração (VENTURINI, 2009), lugares de memória (NORA, 1993) e silêncio (ORLANDI, 1997). Por meio da análise dos discursos fundadores paranaenses, dos anúncios dos jornais *O Dezenove de Dezembro*, dos lugares de memória (urbanismo e *slogans*) foi possível verificar como a construção da identidade curitibana apaga o negro de sua história, silenciando-o e criando o efeito de sua inexistência.

Palavras-chaves: Análise do Discurso. Memória. Esquecimento. Negro. Identidade paranaense.

ABSTRACT

Based on the French Discourse Analysis, in the perspective of Pêcheux, this text aims to analyze the silence about the black people with regard to the identity construction of the city of Curitiba. In order to achieve this goal, primarily, the founding discourse of this identity are discussed, through the writings of Auguste Saint-Hilaire (1995), Romario Martins (1995) and Wilson Martins (1989), whom valued the European immigrants and the white race superiority, in addition to making the black and the slave invisible. As a counterpoint to these speeches, news ads are presented on a newspaper from the nineteenth century, called *O Dezenove de Dezembro*, that attest to the presence of black/slave in the formation of the city. In addition, the urban design created for Curitiba, that materialized the founding discourse in the urban planning of the city, contributing to the construction of this identity, is presented. As a theoretical foundation, are discussed, in a sociological perspective, memory and forgetfulness concepts (HALBWACHS, 1990; ROSSI, 2010); and from the perspective of Discourse Analysis, the concepts of Discursive Formation, Ideological Formation, discursive memory, remembrance/commemoration (VENTURINI, 2009), Realms of Memory (NORA, 1993) and silence (ORLANDI, 1997). Through the Paraná founders discourse analysis, of the ads published in the newspaper *O Dezenove de Dezembro* and from the realms of memory (urban and slogans), it was possible to ascertain how the construction of Curitiba identity erases the black in its history, silencing it and creating the effect of their nonexistence.

Key words: Discourse Analysis. Memory. Forgetfulness. Black. Paranaense identity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PARANAENSE.....	13
2.1 PARANAENSE IDEAL: UMA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E TRÊS DISCURSOS FUNDADORES	19
2.1.1 Auguste de Saint-Hilaire: o contraste com o europeu	20
2.1.2 Romário Martins: o contraste com a brasilidade	25
2.1.3 Wilson Martins: um discurso de exaltação ao imigrante	33
2.2 A CONSOLIDAÇÃO IMAGINÁRIA DA IDENTIDADE PARANAENSE	44
2.3 NEGRO ESCRAVO, ONDE?	53
2.4 A CONCEPÇÃO URBANÍSTICA EM PROL DO DISCURSO DO MOVIMENTO PARANISTA E DA MODERNIDADE	60
2.4.1 A construção ideológica publicitária de modernidade em Curitiba	78
3 A PERSPECTIVA DISCURSIVA – MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E SILÊNCIO ..	84
3.1 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO	91
3.1.1 A memória mítica da identidade paranaense.....	96
3.1.2 Esquecimento das marcas da presença negra em Curitiba	100
3.2 MEMÓRIA DISCURSIVA	102
3.2.1 A presença negra em Curitiba frente a memória e o esquecimento institucional	108
3.3 SILÊNCIO DISCURSIVO	114
4 ANÁLISE DOS DISCURSOS DA IDENTIDADE PARANAENSE.....	122
4.1 DISCURSOS FUNDADORES DA IDENTIDADE PARANAENSE	125
4.3 LUGARES DE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NA CONSTITUIÇÃO DO URBANISMO CURITIBANO.....	140
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS.....	174
ANEXO	178

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela questão do silêncio sobre o negro surgiu após a conclusão da dissertação intitulada “A identidade do movimento *hip-hop* curitibano a partir da análise do discurso de letras de *raps*” (CARVALHO, 2011), que tinha o objetivo de verificar se os *rappers* apreenderam, ou não, o discurso construído da representação e imagem criada para Curitiba; e se isso interferiu na caracterização do *rap* paranaense, bem como na criação da identidade dos jovens integrantes desse movimento.

No decorrer da pesquisa de mestrado foi verificado, por meio da análise da heterogeneidade discursiva, segundo Maingueneau, que os *rappers* curitibanos selecionados não tratavam da questão racial em suas letras de música, ou seja, a questão sobre o negro não é dita. Um fato interessante, visto que esse tema faz parte do interdiscurso do Movimento *Hip-Hop* nacional e internacional.

Assim, esta pesquisa de doutorado surge para abordar a questão do silêncio sobre o negro na construção da identidade de Curitiba, a fim de mostrar como essa identidade contribuiu, e contribui, para a invisibilidade do negro na capital. Para atingir tal objetivo, será apresentado o contexto histórico da invisibilidade do negro na construção da identidade de Curitiba, primeiramente embasada no ideário proposto pelo botânico e viajante francês Auguste de Saint-Hilaire e pelos historiadores Romário Martins e Wilson Martins. Consideramos os escritos desses autores, *Viagem pela Comarca de Curitiba* (SAINT-HILAIRE, 1995), *História do Paraná* (MARTINS R., 1995) e *Um Brasil Diferente* (MARTINS W., 1989), discursos fundadores que instauraram, por meio do discurso do Movimento Paranista, uma nova identidade para o Paraná: cidade e população com características europeia, em que o negro/escravo são apagados ou omitidos.

Contrapondo aos discursos fundadores, serão apresentados anúncios do jornal *O Dezenove de Dezembro*, do ano 1854, que atestam a existência, em Curitiba, de negros escravos e de seus descendentes, bem como a participação deles na formação da população paranaense.

Num segundo momento, será mostrado como a concepção urbanística de Curitiba contribuiu para a materialização da identidade paranaense criada pelo

Movimento Paranista, que segue o ideário dos discursos fundadores: em que se valoriza o europeu e se invisibiliza o negro. Temos, assim, a memória dessa ideologia atualizada no planejamento urbano de Curitiba – espaço simbólico que forja um imaginário tanto físico, pelos espaços urbanos, como simbolicamente, por meio de *slogans*.

Como fundamentação teórica desta tese será utilizada a Análise do Discurso (AD) na perspectiva de Michael Pêcheux e os conceitos por ele trabalhados – Formação Discursiva, Formação Ideológica, Formações Imaginárias, memória e esquecimento –, que contribuem para a análise do discurso da construção da identidade de Curitiba e dos efeitos de sentidos desse imaginário.

Antes de introduzir os conceitos de memória discursiva e silenciamento, será tratada a questão da memória e do esquecimento na perspectiva sociológica, segundo o sociólogo Maurice Halbwachs (1990) e o historiador e filósofo Paolo Rossi (2010). O intuito é mostrar como a memória coletiva está relacionada à história pessoal, social e espacial, e à construção da identidade, ou seja, como a memória coletiva e dos espaços curitibanos permite a lembrança sobre o imigrante europeu e o esquecimento da presença do negro na construção de sua identidade.

Ao tratar da memória discursiva na perspectiva da AD, serão trabalhados os conceitos de interdiscurso, lugares de memória (NORA, 1993) e rememoração/comemoração (VENTURINI, 2009), visto que a memória discursiva curitibana faz ecoar a memória coletiva relacionada à formação paranaense por meio de lugares de memória (parques, monumentos, portais, praças, etc.) que rememoram/comemoram o imigrante, invisibilizando a memória sobre o negro. Ainda será discutida, segundo Orlandi (1997), a concepção de silêncio discursivo e seu processo de significação, visto que silenciar não indica ausência de memória, mas deixar de trabalhar certos sentidos.

Segue-se um capítulo de análise dos discursos da construção da identidade curitibana, que inclui a análise dos discursos fundadores paranaense; dos anúncios do jornal *O Dezenove de Dezembro*, de 1854; e dos lugares de memória e esquecimento (lugares de comemoração/rememoração e *slogans*). Nesse momento, o intuito será mostrar quais os sentidos que esses discursos recuperam. O discurso sobre negro está marcado em Curitiba, ou ele é apagado, silenciado?

Finalmente, apresentam-se as considerações finais a respeito da identidade curitibana a partir do quadro teórico selecionado.

2 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PARANAENSE

Neste capítulo será tratada a construção da identidade paranaense a partir da perspectiva delineada no final do século XIX, embasada no ideário proposto pelo botânico e viajante francês Auguste de Saint-Hilaire e pelos historiadores Romário Martins e Wilson Martins.

A partir da metade do século XIX, quando o Paraná deixou de ser parte da Capitania de São Paulo, em agosto de 1853, e passou a existir como unidade política e cultural, verificou-se a necessidade da criação de uma imagem/identidade para o estado do Paraná, logo sua capital Curitiba. Esse seria um trabalho difícil, pois o Paraná não tinha características marcantes nem fronteira geográfica delimitada nessa época, como afirma Brasil Pinheiro Machado¹:

O Paraná é um Estado typico desses que não tem um traço que faça delles alguma coisa notável, nem geograficamente como a Amazônia, nem pitorescamente como a Bahia ou o Rio Grande do Sul. Sem uma linha vigorosa de história como São Paulo, Minas e Pernambuco, sem uma natureza característica como o Nordeste, sem lendas de primitivismo como Matto Grosso e Goyaz. Dentro do Brasil já principiado o Paraná é um esboço a se iniciar. Falta-lhe o lastro dos séculos. Apesar de ser o estado de futuro mais próximo, forma nessa retaguarda característica de incaracterísticos. (...) eu poderia affirmar sem errar por muito que o paranaense não existe. O paranaense não existe, dentro do complexo brasileiro (...) O Paraná é um estado sem relevo humano. Em toda a história do Paraná nada houve que realmente impressionasse a nacionalidade. Nenhum movimento com sentido mais ou menos profundo. Nenhum homem de Estado. Nenhum sertanista. Nenhum intellectual. Nem ao menos um brasileiro de letras, que saindo d'elle, representasse o Brasil, como o Maranhão teve Gonçalves Dias, a Bahia Castro Alves, o Ceará José de Alencar e Minas Gerais Affonso Arinos, etc. A história e a geografia não tiveram forças bastantes para affirmarem o Estado do Paraná. Ella se resumiu na conquista anonyma da terra e na colonisação (iniciativa de fora) sobe a selvageria, a semi-civilisação ou o deserto. E depois da época dos bandeirantes ella dormiu até a immigração estrangeira. O aspecto geográfico, de pleno accordo com a história, é formado de trechos de toda a configuração do Sul do Brasil. (MACHADO, 1930, *apud* PEREIRA, 1998, p. 69).

O Paraná, além de ser um Estado de conformação recente na história do Brasil, não tinha particularidades relevantes em qualquer dos seus estratos: geográfico, histórico ou humano. Era como se não “existisse” entre os outros estados brasileiros. Por essa razão, ele apresentava-se como um caleidoscópio das

¹ MACHADO, Brasil Pinheiro. Instantâneos paranaenses. **A Ordem**, Rio de Janeiro, fev. 1930. p. 9.

demais regiões brasileiras, o que, certamente, dificultou a construção de uma configuração identitária.

Assim, com a chegada de imigrantes europeus e a explosão industrial, a sociedade paranaense passou a buscar uma identidade regional própria, mas de matriz europeia, na qual o negro não estava incluído. Primeiramente, tentou-se construir essa identidade por meio da teoria do branqueamento, que buscava criar uma identidade em que a imagem da população ideal era loira, de olhos azuis. Acreditava-se que, com a chegada dos imigrantes europeus no Paraná, seria estabelecida uma supremacia racial, em que, por meio da mestiçagem, eliminar-se-iam os negros ou, pelo menos, os traços da negritude. Acreditava-se, também, que, por causa das características climáticas, o processo de branqueamento fosse ser um sucesso no Sul do Brasil. Um engano! Com a chegada dos imigrantes o que ocorreu de fato foi um choque entre as diferentes culturas. Segundo Camargo (2007, p. 14),

Se a princípio os europeus recém chegados viriam para substituir o trabalho escravo, branquear e civilizar a nação, o problema foi que começam rapidamente a demonstrar ideias próprias quanto às suas posições sociais e econômicas em relação aos estabelecidos luso-brasileiros.

Iniciam-se, assim, atritos entre os imigrantes e os luso-brasileiros em decorrência da disputa por um espaço social, causando, conseqüentemente, transformações nas relações sociais do país. Ao se instalarem na cidade, principalmente nos arredores de Curitiba, os imigrantes acabaram por alterar os hábitos desses locais. Cada etnia procurou organizar, como nas colônias, uma série de instituições: clubes, igrejas, escolas e associações políticas e “artístico-culturais” (CAMARGO, 2007, p. 55).

Como os imigrantes vinham de diversas regiões, cada um com seus costumes, línguas e dialetos, e como o ambiente que habitavam era muitas vezes hostil, acabaram desenvolvendo uma *cultura imigrante*.

Esta cultura caracterizou-se pela edificação de uma identidade étnica comum e de uma língua habitual, sob um certo aspecto também (re)construída. Para tal fato talvez seja possível resumir uma explicação: em face do novo que os acolhia (ou os hostilizava), em face da inserção numa sociedade que nem sempre os compreendia, e reciprocamente, os imigrantes e aqueles que assim se mantinham protegiam-se na idealização de uma pátria mãe e de um passado; protegiam-se, inclusive, na

idealização de uma comunidade. Em consequência, organizavam um grupo social e étnico fundamentado na “alteridade”. (CAMARGO, 2007, p. 55).

Nota-se que a chegada dos imigrantes foi, inicialmente, associada à esperança idealizada do branqueamento da população, da expansão e ocupação territorial e de um ideal de civilização. Só que a realidade foi outra: os imigrantes acabaram tendo opiniões próprias sobre a natureza das relações que poderiam e queriam ter com os habitantes brasileiros, um processo de autoproteção da própria comunidade e de discriminação dos, então, nativos. Além disso, segundo Camargo (2007, p. 62), “na prática da convivência dos diferentes hábitos, e, cada vez mais, na competição pelo trabalho, o colono branco, redentor da raça, tinha seu estatuto de superioridade ameaçado pela banalização trazida pela convivência”. Não se observava da parte dos imigrantes a aceitação em fazer parte desse grupo étnico paranaense. Portanto, as esperanças teóricas de regeneração da raça² brasileira pelo branqueamento não foram concretizadas. Foi nesse contexto que se iniciou uma nova busca de identidade.

Surge, então, por volta do final do século XIX, o Movimento Paranista³. Formado por intelectuais, artistas, literatos, etc., além da construção de uma identidade baseada em histórias regionais, lendas primitivas e uma natureza característica para região, tinha como objetivo conseguir criar no imaginário popular o sentimento de ser parte do Paraná. Assim, a primeira preocupação desse movimento voltou-se para com os imigrantes, e migrantes, pois o Paraná não era formado somente por paranaenses e esse grande número de grupos étnicos precisava estar englobado em seus planos. É por causa dessa heterogeneidade da população do Paraná que esse movimento se chamou de Paranista: *ser paranista* abrangeria todas as culturas e grupos, significando o amor, o sentimento de apego, a afeição pelo Paraná; já *paranaense* representaria a natividade, a identificação de quem aí nasce.

O Movimento Paranista buscou criar uma imagem para o Paraná constituída por uma cultura e novas tradições regionais, e uma realidade simbólica e diferenciada das outras regiões do Brasil, que englobassem os grupos étnicos presentes nesse Estado, a fim de que estes participassem em harmonia da

² O termo “raça”, utilizado nesta tese, corresponde a grupos étnicos (coletividades humanas de origem comum).

³ O auge do Movimento Paranista ocorreu entre as décadas de 1920 e 1930.

formação de um tipo ideal paranista: aquele que ama a terra. No entanto, novamente, o negro não foi visto como um dos grupos étnicos pertencente a esse Estado. Mesmo o Movimento Paranista trabalhando com a heterogeneidade da população, o modelo de civilização continuou a ser o europeu.

O que se pode verificar é que os ideais paranistas desde o início buscaram a construção de um Paraná branco e diferente. A sociedade paranaense, logo curitibana, se insere no contexto nacional, mas incorpora suas posições de modo diferente. Por exemplo, se a sociedade brasileira é racista, a sociedade curitibana, por meio da negação do negro, torna o racismo invisível. Se a sociedade brasileira sonha com a democracia racial, em que o negro saiba o seu lugar, a sociedade curitibana sonha com a harmonia social, onde o negro não está incluído. Se a sociedade brasileira, com a teoria do branqueamento, buscou ser branca no futuro, a sociedade curitibana, reduzindo os negros à invisibilidade, se afirma como branca no passado, presente e futuro. (CARVALHO, 2011).

É nesse sentido que podemos dizer que a identidade curitibana foi construída pelo princípio da alteridade, isto é, por uma relação fundada pela diferença (identidade nacional vs. identidade paranaense). Assim, contrapondo ao estereótipo brasileiro – país tropical, povo alegre, que gosta de carnaval e futebol –, criou-se o simulacro para o estado do Paraná – cosmopolita, com uma diversidade étnica e um povo que ama essa terra –, e para Curitiba – cidade, clima e população com características europeias.

Verifica-se, também, que, se o Movimento Paranista forjou uma identidade cultural para o estado do Paraná, com heróis e mitos de origem onde o negro não é citado, entre 1960 e 1970 o projeto urbanístico, que visava um modelo de desenvolvimento planejado e a modernização de Curitiba, ajudou, e muito, para que essa invisibilidade se materializasse na cidade.

Esse projeto, que tinha como objetivo solucionar alguns problemas urbanos que haviam surgido (como loteamentos clandestinos, devido ao crescimento desordenado; inundações frequentes no centro da cidade, entre outros), excluiu o negro da área de visibilidade de Curitiba. Para efetivação desse planejamento, as regiões metropolitanas tiveram uma importância crucial, pois possibilitaram a preservação da positividade em torno da imagem da capital Curitiba. Portanto, o sucesso do planejamento urbano dessa capital também contribuiu para

invisibilidade/exclusão do negro, ajudando a criar a ideia de Curitiba ser uma das melhores cidades do mundo para se viver.

Outra mudança significativa na cidade que contribuiu para a invisibilidade do negro foi a construção de parques e monumentos em homenagem aos imigrantes, que pode ser vista como poder de persuasão simbólico das ideias paranistas, em que se tem a valorização do elemento europeu.

Portanto, podemos dizer que o discurso do Movimento Paranista, que considera que somente os imigrantes europeus foram os responsáveis pela história e cultura da cidade, dissemina um discurso fundador que instaura uma nova ordem de sentidos, cria uma nova tradição, ressignificando o que veio antes e instituindo um novo sentido – o discurso da representação e da imagem da cidade que nega o passado escravocrata.

Compreende-se por discurso fundador aquele discurso que funciona como referência no imaginário constitutivo de uma cidade, país. Ele se institui na construção do imaginário necessário de uma cidade em formação, constituindo-a em sua especificidade como um objeto simbólico. A partir daí, a noção de discurso fundador liga a formação dessa cidade à formação de uma ordem de discurso que lhe dá uma identidade, possibilitando sua existência e seu reconhecimento, ou seja, o discurso fundador se liga a uma Formação Discursiva (FD) - regras anônimas que determinam o que pode ou não ser dito a partir de uma posição ideológica sócio-histórica dada. É nessa perspectiva que os discursos fundadores dos autores Auguste de Saint-Hilaire, Romário Martins e Wilson Martins, que contribuíram para a construção do imaginário paranaense, se ligam a uma formação discursiva que dá identidade à cidade, o Movimento Paranista, propiciando a apreensão desses discursos.

O discurso fundador inventa um passado equivocado e empurra um “futuro pela frente que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido” (ORLANDI, 2003, p. 12). Isso acontece porque, segundo Orlandi (2003, p. 13), “o sentido anterior é desautorizado. Instala-se outra ‘tradição’ de sentidos que produz os outros sentidos nesse lugar. Instala-se uma nova ‘filiação’”. Assim, o discurso fundador torna o novo sentido permanente. “É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim” (ORLANDI, 2003, p. 14).

É nesse sentido que o discurso fundador disseminado pela FD do Movimento Paranista – população com características europeias e a inexistência de negros e escravos no Paraná –, ainda ecoa pela cidade, em nossa identidade, em nossa relação social, nos espaços/lugares de memória. Mesmo hoje se encontrando documentos históricos que comprovem o contrário, essas imagens enunciativas ainda funcionam, porque o que vale é a versão que ficou gravada como memória coletiva.

Portanto, o discurso fundador ligado à formação discursiva do Movimento Paranista ficou para sempre na história do Paraná. Com a construção da identidade de Curitiba, criou-se uma materialidade simbólica que culminou na construção de uma origem “outra”, diferente da realidade. Esse discurso construiu o imaginário necessário para dar uma identidade à Curitiba, nas palavras de Orlandi (2003, p. 17), para constituí-la “em sua especificidade como um objeto simbólico”.

O que nos importa é observar esse movimento entre o real da descoberta (sem-sentido), a fantasia (imaginação) e a ideologia (imaginário), produzindo a realidade dessa história que se está fazendo. E que produz o efeito de que a ideologia sempre está fora da história (oficial). Por seu lado, essa história aproveita, do discurso fundador, o fato de que nele há ainda uma indistinção entre imaginação, imaginário e realidade. (ORLANDI, 2003, p. 18).

Como dito, considerando como discurso fundador aquele criado por Auguste de Saint-Hilaire, Romário Martins e Wilson Martins, temos configurada a linha de formação do estado do Paraná: povo descendente de europeu, branco, de olhos azuis. Assim, de um lado temos a história que considera a presença de escravos em Curitiba, bem como a participação de negros na construção do Paraná. De outro lado, temos o discurso fundador instituído na formação discursiva do Movimento Paranista, que busca apagar o escravo, o negro e seus descendentes da história desse Estado. É nesse jogo de poder que se privilegia lugares de memória para a imigração europeia e não para a presença afro, cuja entrada no país ocorreu a revelia e não por processo de imigração.

Observa-se que os lugares de memória, como parques, monumentos e portais de Curitiba (Bosque do Alemão, Memorial ucraniano, Portal italiano, Praça da Espanha, entre outros) ecoam o discurso fundador da FD do Movimento Paranista. Essa materialização do discurso em lugares/espços é que permite a conservação da memória coletiva. São esses lugares que produzem sentidos por meio da

ideologia que significa, ou seja, a memória histórica passa a ser filiada a uma formação discursiva que ao significar nos significa, construindo, assim, um imaginário social o qual fazemos parte.

Além dos lugares de memória que fazem rememorar a história da contribuição dos europeus na história do Paraná, temos também os *slogans* criados no governo Lerner (“Curitiba, cidade modelo”; “Curitiba, cidade sorriso”; “Curitiba, cidade ecológica”; “Curitiba, cidade primeiro mundo”) a fim de divulgar nacional e internacionalmente o planejamento urbano de Curitiba, que seguia como modelo projetos baseados em cidades da Europa, como a França. É nesse sentido que também foi criado o novo por meio dos *slogans* – de uma cidade sem identidade estrutural e populacional, Curitiba passou a ser vista como modelo a ser seguido no Brasil, tornou-se uma Europa brasileira.

Portanto, verifica-se que o discurso fundador presente na formação discursiva do Movimento Paranista, ao longo do tempo, teve um papel crucial para a desconstrução da identidade negra, criando a ideia de harmonia racial e da superioridade dos brancos, bem como a marginalização de um grupo e a supervalorização de outro. E é essa negação do negro no discurso que fez, e faz, com que seja confirmado o mito da ausência do negro no passado, bem como faz permanecer esse mito no futuro.

2.1 PARANAENSE IDEAL: UMA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E TRÊS DISCURSOS FUNDADORES

Para caracterização do tipo ideal descrito como paranaense, três obras foram selecionadas para análise, que trazem o discurso fundador, pois apresentam relatos que contribuíram para a criação da identidade do Paraná. São elas: *Viagem pela Comarca de Curitiba*, de Auguste de Saint-Hilaire, publicada em 1851; *História do Paraná*, de Romário Martins, publicada em 1899; e *Um Brasil Diferente*, de Wilson Martins, publicada de 1955.

A escolha dessas obras foi devido elas possibilitarem uma visão comparativa e cronológica da criação da identidade curitibana por olhares diferentes: o francês Auguste de Saint-Hilaire nos apresenta Curitiba logo após o Paraná se tornar província, temos então um olhar de um estrangeiro de passagem que busca, com

seu discurso, convidar o europeu para viver na cidade, e que vê no imigrante europeu a solução para um futuro de progresso no Estado. Já na obra do curitibano Romário Martins, temos uma visão mais contemporânea do Paraná e de um integrante do Movimento Paranista, que tem como ideal criar uma identidade para o Estado, em que se hierarquiza a raça branca como superior à negra e se valoriza o imigrante europeu. Por fim, na obra de Wilson Martins, mais atual, temos um olhar de um paulista radicado em Curitiba, que apresenta, efetivamente, um discurso que constrói uma imagem de branqueamento e de negação do negro em Curitiba.

Assim, essas três obras selecionadas tanto fazem a interpretação constitutiva do tipo humano do Estado recém-formado como projetam um ideal desse mesmo tipo, ressaltando traços positivos e desejáveis e apagando os considerados indesejáveis. Esse tipo de discurso configura o que, em *Análise do Discurso* (AD), Pêcheux (1997 [1975], p. 173) designou de *esquecimento discursivo de tipo 2*: aquele que dá a ilusão de que todo sujeito-falante seleciona o que dizer, silencia outros discursos, outras formas do dizer, apagando parcialmente as demais possibilidades enunciativas da formação discursiva que o domina. Sobre essa caracterização de Pêcheux e demais conceitos-chave da AD para este trabalho, trataremos no capítulo 3 desta tese. Passemos, então, aos autores e as suas discursividades.

2.1.1 Auguste de Saint-Hilaire: o contraste com o europeu

Dentre os documentos da vida e dos costumes do Paraná, na primeira metade do século XIX, temos o livro *Viagem pela Comarca de Curitiba*, do botânico francês Auguste François César Prouvençal de Saint-Hilaire, conhecido como Auguste de Saint-Hilaire. Este escritor veio ao Brasil em 1816 para acompanhar a missão do duque de Luxemburgo, que buscava acalmar os conflitos entre Portugal e França sobre a posse da Guiana, e permaneceu aqui até 1822. Nesse período percorreu várias províncias, as nascentes do Rio São Francisco, do Rio Doce, o distrito dos Diamantes e o litoral do Brasil, e as experiências pelas quais passou resultaram em obras que relatam suas observações de viagem, aspectos sociais e culturais das regiões visitadas, condições de vida e mentalidade dos primeiros

colonos. Assim, esse livro sobre os Campos Gerais (Paraná), e a comarca de Curitiba, apresenta um excelente painel dos personagens/habitantes da época.

Saint-Hilaire descobriu várias semelhanças entre a Comarca de Curitiba e a Europa, tanto climáticas e naturais quanto relacionadas à população. Em seu discurso ele destacou as características físicas da população (branca com característica europeia) e a língua (pronúncia), bem como a importância dos colonos europeus para o desenvolvimento da população paranaense/curitibana.

Por ser botânico, vemos, ainda, a descrição da natureza paranaense – as paisagens e a beleza e exuberância da *Araucaria brasiliensis* (pinheiro do paraná). Além disso, Saint-Hilaire destaca a fertilidade das terras, apresentando Curitiba aos europeus como uma região onde é possível encontrar a prosperidade.

Observa-se, também, que, por mais que se perceba uma narrativa com tom de admira o, principalmente pela natureza paranaense, Saint-Hilaire tece uma análise comparativa com o mundo europeu, com um discurso, muitas vezes, de superioridade em rela o   popula o brasileira/paranaense, ou seja, o autor caracteriza o povo paranaense a partir do contraste entre uma brasilidade “rude” e uma cultura europeia mais sofisticada, numa perspectiva que constrói certo tipo ideal de alteridade (diferença).

Segundo Saint-Hilaire, na época, a maioria dos paranaenses era da raça branca e ignorante, porém a condi o de ser branco justificaria o uso correto do português por eles, se comparado com outras regiões. Um julgamento linguístico e racial preconceituoso.

Será um erro supor que a maioria dos habitantes dos Campos Gerais seja composta de mestiços. Há nessa região um número infinitamente maior de homens realmente brancos do que nos distritos de Itapeva e de Itapetininga, e,   época de minha viagem, quase todos os operários da cidade de Castro pertenciam à nossa raça. Não é, pois, de admirar que os habitantes dos Campos Gerais, apesar de sua profunda ignorância, falem um português muito mais correto do que os que habitam os arredores da cidade de São Paulo; eles que o pronunciam melhor; [...]. (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 17).

Em rela o  s características físicas, Saint-Hilaire (1995, p. 17) observou que os habitantes dos Campos Gerais eram geralmente altos e bem proporcionados, tinham cabelos castanhos e as faces coradas e a fisionomia trazia “a marca da bondade” e “da inteligência”. Já as mulheres, eram geralmente muito bonitas, tinham

pele rosada e uma delicadeza de traços diferente das mulheres das outras regiões do Brasil.

Em nenhuma outra parte do Brasil encontrei tantos homens genuinamente brancos quanto no distrito de Curitiba. Os habitantes da região pronunciam o português sem nenhuma das alterações que já mencionei antes (sic) e que são sinais da mistura da raça caucásica com o indígena. De um modo geral eles são altos e bem constituídos, têm cabelos castanhos e pele rosada; suas maneiras são afáveis, sua fisionomia é franca, e eles não mostram o menor sinal daquela *basófia* que comumente torna insuportáveis os empregados e os comerciantes da capital do Brasil. As mulheres têm traços mais delicados do que as de todas as outras regiões do império que já visitei até agora, elas são menos arredias e conversam agradavelmente. (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 118-119).

Em resumo, segundo Saint-Hilaire (1995), tendo em vista os lugares que visitou, os curitibanos apresentavam maiores semelhanças com os habitantes do Rio Grande do Sul, porém eram mais brasileiros do que estes, mas sua hospitalidade não superava a dos mineiros, nem eram tão inteligentes quanto estes. Em comparação, “são mais consistentes e ainda conservam muitas das características de seus ancestrais maternos e paternos, os europeus” (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 119).

Apesar desses aspectos físicos positivos, o autor define o homem dos Campos Gerais como preguiçoso: “O clima temperado dos Campos Gerais deveria, ao que parece, estimular os homens ao trabalho; mas o gênero de ocupação que a própria natureza da região os forçou, por assim dizer, a adotar, incutiu-lhes o hábito da preguiça” (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 18). No entanto, essa característica é devido ao trabalho que eles exercem: a criação de gado, que exige poucos cuidados, é feito em período curto de tempo e chega a ser um divertimento. Por fim, Saint-Hilaire generaliza essa característica como sendo comum ao povo brasileiro:

Mas, ainda que não constitua nenhuma vergonha trabalhar, não deixa de ser verdade que ali, como no resto do Brasil, todo mundo trabalha o menos possível. A vida dos homens muito pobres difere pouco da dos índios selvagens. Eles só plantam o estritamente necessário para o sustento da família e passam meses inteiros embrenhados na mata, caçando animais selvagens; armam suas tendas no meio do mato e se alimentam da caça que abatem. (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 20)

Verifica-se que o autor observou que não é o calor excessivo que causa preguiça nos homens de Curitiba, e do Brasil, mas, o fato de que eles têm poucas necessidades e não conhecem o luxo, não veem o trabalho como estímulo para

obter algo. Além disso, a fecundidade da terra, bem como a doçura do clima, exige deles poucos esforços.

Em Curitiba, como em diversas partes do Brasil setentrional, o cultivo da terra não necessita de mais de dois meses de cuidados. Dez meses de descanso acostumam à ociosidade, e quando chega o momento de trabalhar ninguém se sente com coragem para isso. Toda espécie humana é por natureza inclinada ao repouso, e os povos mais laboriosos da Europa deixariam de sê-lo em pouco tempo se pudessem prover as suas necessidades e caprichos sem que precisassem trabalhar. Entre nós, os europeus, a emulação contribui também para afastar muita gente da ociosidade, mas até agora esse nobre sentimento – forçoso é confessar – ainda é bastante raro entre os brasileiros. (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 120).

Para Saint-Hilaire, os Campos Gerais tinham uma grande vantagem, a criação de gado, que, como destacou, necessitava de um número pequeno de escravos (1995, p. 19). É nesse contexto que o autor apelidou os Campos Gerais de “Paraíso Terrestre do Brasil”, melhor lugar para os europeus viverem.

[...] Entre todas as partes desse império que percorri até agora, não há nenhuma outra onde uma colônia de agricultores europeus tenha possibilidade de se estabelecer com mais sucesso do que ali. Eles encontrarão um clima temperado, um ar puro, as frutas do seu país e um solo no qual poderão desenvolver qualquer tipo de cultura a que estejam acostumados, sem grande dispêndio de energia. [...] (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 32).

É também nesse contexto que o autor, a partir de suas observações, acreditava que a vinda dos europeus, mais especificamente dos suíços, aos Campos Gerais, poderia ter contribuído para a mudança de comportamento de seus habitantes, tornando-os mais ativos, menos preguiçosos. Discurso esse de superioridade da raça branca, europeia, sobre os nativos/indígenas da região.

[...] Como teria sido vantajoso para essa região, por exemplo, se, em vez de ter sido mandada para Cantagalo, a colônia suíça se tivesse estabelecido na parte dos Campos Gerais vizinha das terras habitadas por índios selvagens. Pelo seu número, eles teriam intimidado os indígenas e posto a região a salvo de suas devastações; teriam ensinado aos antigos habitantes do lugar os métodos europeus de agricultura, que certamente são aplicáveis a essa região e, segundo tudo parece indicar, dificilmente se ajustarão às terras vizinhas do Rio de Janeiro. Felizes em sua nova pátria, cujo aspecto lhes teria lembrado, em certos pontos, a sua terra natal, eles teriam descrito o Brasil para os seus compatriotas com as mais belas cores, e essa parte do império teria adquirido uma população ativa e vigorosa. (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 33).

Em um trecho de seu livro, o autor relata ter conhecido um carpinteiro francês quando passou por Castro. Por meio desse fato, podemos observar

novamente um discurso preconceituoso, em que uma raça/etnia é vista como superior a outra, brasileira/paranaense: “Esse homem, de raça branca pura, sempre dizia com orgulho ser originário da França, e realmente ele se mostrava muito mais ativo do que o comum das pessoas deste país” (SAINT-HILARIE, 1995, p. 83). O autor conclui esse relato dizendo que os homens que inicialmente povoaram a comarca de Curitiba foram os europeus vindos diretamente de Portugal para Paranaguá, pois sua população pertence, em sua maioria, à raça caucásica pura e falam português sem alterações.

Em relação aos negros, é possível encontrar no livro algumas poucas considerações de ordem estatística, a saber: havia em 1818 uma população total de 11.014, desses 3.036 eram mulatos livres, 251 negros livres, 544 mulatos escravos, 1.043 negros escravos e 1.587 escravos. Já em 1838, a população total aumentou para 16.155, desses 4.119 eram mulatos livres, 289 negros livres, 704 mulatos escravos, 1.237 negros escravos e 1.941 escravos. Assim, tanto em 1818 quanto em 1838 mais da metade da população do distrito de Curitiba era negra ou descendente de africanos.

Saint-Hilaire compreende o aumento de negros no Paraná, em decorrência ao número de nascimentos de crianças, tanto como algo negativo como positivo. No entanto, percebe-se que essas duas posições, na verdade, levam ao mesmo discurso preconceituoso, de exclusão. Isso porque o aumento do negro representa para o branco tanto desgraça quanto a possibilidade de se ter mais escravos.

O número de escravos, que em 1820 compunha apenas um décimo da população, elevou-se em dezenove anos a pouco mais de um quarto. Do ponto de vista moral, esse aumento é, para os brancos, talvez mais do que para os negros, uma verdadeira **desgraça**; mas **do ponto de vista material, é um indício de grande prosperidade**. (SAINT-HILARIE, 1995, p. 79, grifo nosso).

Em alguns dados apontados no livro, verifica-se que, em 20 anos (1818 a 1838), a população total do distrito de Curitiba aumentou de 11.014 para 16.155, crescimento provavelmente devido às imigrações. No entanto, esse aumento não ocorreu em todas as castas/raças: mulatos livres, negros livres e escravos tiveram pouco crescimento, já a população branca foi a que mais cresceu.

Ao comparar a taxa de crescimento da população de Curitiba com o distrito de Itu, em São Paulo, o autor apresenta, novamente, um discurso preconceituoso sobre o negro. Segundo Saint-Hilaire, o aumento do número de escravos no distrito

de Itu, na proporção de 1 para 1,54, entre 1823 a 1838, “representa uma verdadeira infelicidade” (1995, p. 115). Além disso, em 1938, o pequeno número de homens casados em Itu e em outros distritos em que se precisava de um número maior de escravos, devido ao fabrico de açúcar, “se deve ao fato de que são poucos os escravos que têm permissão para casar, e também que a imoralidade e coisas do gênero é diretamente relacionada com o número de escravos” (SAINT-HILARIE, 1995, p. 115). Nos dois casos observa-se um discurso discriminatório, seja por relacionar o negro ao retrocesso e não ao desenvolvimento, bem como por julgá-lo sexualmente imoral.

2.1.2 Romário Martins: o contraste com a brasilidade

Verifica-se que, assim como Saint-Hilaire, o historiador curitibano Alfredo Romário Martins, no seu livro *História do Paraná*, também trabalha a questão da alteridade: a formação do povo paranaense em contraste com a formação do povo brasileiro. Este segundo livro selecionado, que teve sua primeira publicação em 1899, é considerado a obra fundadora da história regional paranaense. Nela encontram-se fatos históricos, desde a descoberta e conquista do litoral até a criação da província, tanto da terra como das gentes. Para o historiador Romário Martins, “os paranaenses só podem assumir ou encontrar sua identidade apropriando-se de seu passado” (1995, p. IV) e esta obra busca traçar diretrizes para essa constituição identitária.

O livro inicia destacando a importância climática de um país, sendo esse fator o “modificador dos tipos étnicos, notadamente os exóticos, facilitando-lhes ou não a adaptação e, assim, influenciando no desenvolvimento histórico” (MARTINS R., 1995, p. 4). Assim, segundo o autor, a desigualdade dos grupos humanos ocorreu devido à distinta adaptação aos diversos meios. O que há não são raças superiores e inferiores, mas raças adaptadas a diversos meios, mais ou menos favorecidas. “O conjunto de circunstâncias que definem o meio físico de um país, exerce influência, por vezes decisiva, no seu destino” (MARTINS R., 1995, p. 3). Portanto, o clima paranaense, com inverno pouco intenso entre junho a agosto, era visto como favorável às raças europeias, sendo local preferido pelos imigrantes. Isso justificaria

a quantidade de imigrantes europeus, se comparada com a quantidade de negros/escravos, bem como a fácil adaptação e desenvolvimento de certas raças, como a branca, e não outras, como as negras.

Em relação à formação do povo brasileiro, Romário Martins reconhecia que, além dos estrangeiros e dos índios, um terceiro fator étnico influenciou na formação: o negro africano trazido como escravo. “Como os índios, os negros foram agentes da riqueza colonial, individual e pública, e elemento formador da nossa nacionalidade” (MARTINS R., 1995, p. 152). No entanto, o autor o descreve de forma negativa, como sendo uma herança ruim para a construção da nossa identidade, um discurso depreciativo em relação ao negro.

Fetichistas ao extremo, adoravam ídolos de grosseira confecção e até mesmo simples pedaços de osso, penas, etc.

[...]

Como artistas foram detestáveis. Os seus trabalhos de pintura eram de uma infantilidade sem progresso, e a sua escultura era informe. Na música e na dança, porém, revelam gosto e aptidão.

[...]

Quase todas as tribos eram polígamas e a forma de casamento, a compra de esposas. Mas em algumas tribos já as mulheres iam conquistando certos direitos domésticos. (MARTINS R., 1995, p. 153).

Além disso, os negros também eram vistos como um povo submisso e inferior, se comparado ao povo europeu/branco: “ao povo cumpria obedecer e fazia-o passivamente” e “pouca capacidade de assimilação da cultura ariana” (MARTINS R., 1995, p. 154).

No entanto, em meio a esse discurso negativo e de superioridade, temos trechos no livro em que o autor apresenta um discurso de gratidão quanto à presença e ajuda do negro na colonização brasileira.

Gerações brasileiras de brancos deveram-lhes, por longo tempo, desde o leite que as criou até essa dedicação afetuosa que as seguiu na vida. Desde o trabalho isolado e rude que mantinha a economia de lares os mais modestos, até o esforço de conjunto nas fazendas, que realizou fortuna. (MARTINS R., 1995, p. 154)

Nota-se que Romário Martins concorda que a influência do negro no caráter brasileiro não pode ser negada: “O negro africano concorreu, e muito, com a exuberância dos seus instintos afetivos, de resignação e de cordura, despertados pela disciplina das senzalas para este espírito de tolerância e de desprendimento que forma o fundo do nosso caráter” (MARTINS R., 1995, p. 154). Entretanto,

mesmo concordando, ele apresenta um discurso de superioridade, tendo em vista que as características citadas no trecho são relativas à submissão do negro para com o outro, o branco, seu dono.

Em relação aos escravos, no dizer irônico, e ambíguo, de um cronista citado por Romário Martins (1995, p. 156), o Brasil seiscentista já “*era o inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos*”, visto que no século XVIII o tráfico africano só aumentava. Para os espanhóis, ingleses e franceses o negro africano era considerado matéria prima de consumo econômico, trazido em grandes levadas, aos milhares, como “manadas de gado dos currais para os mercados” (MARTINS R., 1995, p. 156). Aqui novamente um discurso preconceituoso, discriminatório, em que o negro é comparado a um animal.

Nesse contexto de tráfico negreiro, os índios brasileiros que haviam servido na fase inicial de formação da sociedade colonial foram então substituídos pelo escravo negro, ao qual “coube continuar e desenvolver o esforço econômico da colônia, na grande lavoura do café, do açúcar, do algodão e do fumo, e concorrer com o seu sangue, forte e generoso, como elemento da nossa raça” (MARTINS R., 1995, p. 156).

Cabe ressaltar que todo esse quadro apresentado está relacionado à situação do negro no Brasil. Assim, quando tratado especificamente do Paraná, a introdução de africanos, segundo Romário Martins, foi insignificante, atingindo, em 1890, apenas 5,17% – o menor número do País. Após um quarto de século, desde esse recenseamento, foi verificado um aumento de arianos na população paranaense pelo movimento natural e social de sua dinâmica: maior índice de natalidade, casamentos de descendentes europeus puros com mestiços e a contínua imigração.

Em relação à miscigenação, em que entrou sangue africano, o autor diferencia entre mulato (branco e negro); caboré/cafusa (índio e negro); xibáro (caboré/cafusa e negro); e curiboca (índio e caboré/cafusa). Do ponto de vista antropológico, o caboré/cafusa é o mais interessante, segundo von Martius e a Roquete Pinto (*apud* MARTINS R., 1995, p. 155): “*de cabelo encarapinhado, característico, alto, como se a cabeleira fosse artificialmente levantada e pela tez bruno-café*”. Como se observa, a especificidade é dada pelos traços físicos, provavelmente por destoar mais claramente do padrão ideal considerado. Do ponto de vista intelectual e social, o mais notável é o mulato – como fora o mameluco entre

os mestiços de índio. Segundo Romário Martins, a sociedade brasileira reconhecia a qualidade de inteligência de certas individualidades do mulato, mas também a falta de moral e o pouco equilíbrio de seu caráter. No entanto, isso não mudava o preconceito das classes superiores em relação a eles, quanto a empregos públicos, sacerdócio e inclusão no Exército.

Tendo em vista a miscigenação de mestiços negros no Brasil, Romário Martins prevê, com o tempo, o desaparecimento dos traços étnicos dessa raça:

São tais os efeitos do cruzamento de mestiços de negro observados no Brasil, que se pode prever, ainda para este século, o desaparecimento total dos seus restantes índices etiópicos na fisionomia da parte da população nacional que lhe é correspondente. (MARTINS R., 1995, p. 157).

Isso para o autor seria um ponto positivo para o Brasil, visto que significaria uma evolução étnica e social. Temos novamente aqui um discurso preconceituoso, discriminatório, sobre a presença do negro, e sobre sua influência (tanto características físicas como psicológicas) na sociedade brasileira, bem como um discurso contraditório que reconhece sua presença, agradece sua contribuição, mas que deseja seu desaparecimento.

Está assim o nosso país fazendo a sua evolução étnica e social muito mais rapidamente do que o fizeram quaisquer dos povos europeus e realizando muito mais perfeitamente a assimilação dos elementos bárbaros que entraram na formação das suas populações. Desses elementos não herdou o brasileiro as qualidades egoísticas como as que habitam o fundo psicológico das populações do Velho Mundo, antes, pelo contrário, constituiu-se por desígnio insondável da Criação, um dos mais nobres tipos morais da Humanidade, do ponto de vista social, político e moral. (MARTINS R., 1995, p. 157)

Ainda sobre a miscigenação, segundo Martins (1995, p. 158), os paranaenses resolveram a questão do negro com mais acerto do que alguns povos do nosso próprio continente, pois absorveu o sangue de Cam no “*cerne da nacionalidade*”, ou seja, por meio da miscigenação fez desaparecer a raça negra. Consequentemente, a população negra e mestiça de negro, no Paraná, nunca conseguiu ser numerosa. “O máximo total a que os escravos negro e mulato atingiram entre os paranaenses foi, em 1872, de 10.560 numa população branca de 116.162 almas” (MARTINS R., 1995, p. 158).

A menção a Cam (Cã, Cão ou Ham) refere-se a um personagem bíblico: o filho mais novo de Noé (Sem, Jafé e Cam). A passagem bíblica do Gênesis 9:20-27,

diz que, tendo cessado o Dilúvio, Noé, entre outras coisas, se tornou vinicultor, fazendo vinho com sua própria plantação de uvas. Um dia, embriagou-se e adormeceu em sua cabana. Cam então deparou com seu pai embriagado, desacordado e nu. Em vez de guardar o pudor e cobrir seu pai, foi contar o que tinha acontecido a seus irmãos. Noé, quando recordou a consciência e soube o acontecido, amaldiçoou o filho de Cam, Canaã, referindo-se a ele como “servo dos servos”, isto é, escravo de escravos.

E despertou Noé do seu vinho e soube o que seu filho menor fizera.
E disse: Maldito seja Canaã; servo dos servos seja aos seus irmãos.
E disse: Bendito seja o SENHOR, Deus de Sem; e seja-lhe Canaã por servo.
Alargue Deus a Jafé, e habite nas tendas de Sem; e seja-lhe Canaã por servo. (Gênesis 9:24-27.)

Como se observa, Romário Martins recorre à metáfora bíblica para mencionar a herança escrava da população negra e a assimilação exitosa do sangue afro à população paranaense por meio da mestiçagem, reiterando o sucesso do branqueamento no Estado. Há ainda outras interpretações dessa passagem bíblica na história do Brasil: acredita-se que a maldição de Cam serviu para justificar a escravização dos índios pelos missionários católicos; e que os portugueses consideravam os negros como descendentes de Cam devido à cor, pois esta seria um sinal da maldição.

Vale destacar que a maldição foi lançada sobre o filho de Cam, Canaã, mas no texto bíblico nada se diz sobre o escurecimento da pele, somente que a descendência de Cam seria escrava. Nem quando a Bíblia se refere a Caim, assassino de seu irmão Abel, não há indicação do escurecimento do tom da pele, somente que Caim seria marcado com um sinal por ser um assassino. Contudo, há uma interpretação de que essa marca seria a cor da pele, razão pela qual muitos acreditavam que a maldição de indecentes, assassinos, estava associada à cor negra.

Ainda segundo Romário Martins, mais de meio século após os dados de 1872, a população paranaense cresceu para 1.000.000, devido ao aumento natural e à imigração europeia. Logo o cruzamento permitiu uma baixa na percentagem de sangue africano, tanto que na Proclamação da República essa percentagem, no Paraná, era um dos três menores coeficientes dos estados brasileiros. (MARTINS R., 1995, p. 158).

O autor também relata que o tráfico de africanos foi proibido no Brasil, por lei, em 1831, no entanto somente em 1850 essa proibição começou a ser vigiada, com auxílio da Inglaterra. Cabe destacar que essa vigilância não impediu “que tão hediondo comércio se fizesse”. “Parece até que foi depois da proibição de 1831, que em Paranaguá tomou incremento o comércio de escravos” (MARTINS R., 1995, p. 289).

Assim, até 1853, a população da Comarca de Curitiba era constituída de reinóis portugueses e castelhanos, índios guaranis administrados, negros africanos escravizados e descendentes e mestiços dessas três raças. Dados do livro indicam que, de 1829 a 1929, possivelmente, 128.953 imigrantes europeus entraram no Paraná. (MARTINS R., 1995, p. 351).

Em todas as zonas povoadas do Estado, os elementos étnicos da segunda fase do nosso povoamento estão representados por imigrantes ou por seus descendentes de origem alemã, austríaca, italiana, polonesa, russa, ucraniana, holandesa, sírio-libanesa, em grande número, e por várias **outras etnias de menor vulto**. Conjuntamente com os descendentes dos povoadores fundamentais, essa população por toda a parte aí está construindo a Babel de todas as raças, irmanadas na mesma obra civilizadora, integrada no espírito novo, de cooperação e de fraternidade, com que marchamos para o futuro. (MARTINS R., 1995, p. 351-352, grifo nosso).

Observa-se que, dentre os imigrantes citados no trecho, não há referência ao povo africano. Podemos supor, assim, que este está inserido no conjunto das “outras etnias de menor vulto”, irrelevante, ou seja, a raça negra não é considerada como parte da Babel construída no Estado – a cidade heterogênea de harmonia racial.

Como relatado no livro, historicamente, o Brasil foi uma das últimas nações a emancipar seus escravos. E a abolição, se por um lado era um dever da civilização, por outro era ruim para a economia pública, pois os escravos mantinham a condição econômica das indústrias derivadas da agricultura. É por isso que o Brasil libertou os escravos com um atraso de meio século, pois sua maior fonte de riqueza era a agricultura, e esta sobrevivia de trabalho servil. Entretanto, segundo Romário Martins (1995, p. 379), a “necessidade da emancipação do escravo sempre esteve presente no espírito e nos sentimentos de nossa raça”. Um discurso que visa destacar a bondade/qualidade do povo branco.

Depois da lei de 1831, que impedia o comércio de escravos da costa da África, em 28 de setembro de 1871 a princesa Isabel sancionou a lei do ventre livre, em que, a partir dessa data, ninguém mais nasceria escravo no Brasil. A partir de então, houve uma pressão pela abolição da escravatura.

Em 1887 o movimento abolicionista atingiu no Paraná a sua máxima intensidade. A negra instituição estava sendo atacada por todas as maneiras e todas as suas traves ameaçavam ruir. Os escravos fugidos eram vistos com simpatia e encontravam homizão e proteção. Os jornais se recusavam a publicar anúncios dos senhores que os procuravam. (MARTINS R., 1995, p. 385).

Foi assim, em uma atmosfera de “exaltação libertadora”, que ocorreu em 13 de maio de 1888, com a sanção da princesa Isabel e a “aclamação” de grande parte da civilização brasileira, a libertação de 723.419 escravos no Brasil. (MARTINS R., 1995, p. 381). Segundo o autor, no Paraná o movimento abolicionista já existia muito antes da lei de 1888. O povo paranaense, “bondoso” e “generoso”, deu numerosas alforrias a seus escravos: “o governo imperial distribuía graças e encomendas a senhores de escravos que os libertavam” (MARTINS R., 1995, p. 384). No entanto, de acordo com dados do livro, em 1884 havia na província paranaense 6.721 escravos, 527 só no município de Curitiba (o restante estava distribuído nos 24 municípios do Paraná), dado que contradiz o discurso de que o paranaense era generoso e já vinha, antes mesmo da abolição, libertando seus escravos.

Até o ano de 1872 pode-se dizer que relativamente poucos eram os negros livres, tão rara seria até então a emancipação espontânea de escravos. Quanto aos mulatos, em boa parte filhos dos próprios senhores e senhoritos, a benevolência senhorial sempre foi generosa, alforriando-os por ocasião do batismo. (MARTINS R., 1995, p. 383).

Em outro trecho é dito que em 1872 havia no Paraná 126.722 habitantes, destes, 116.162 brancos e 10.560 negros e mulatos. Em 1890 havia 249.491 habitantes, sendo 5,17% negros, uma porcentagem pequena se comparada a outras regiões do Brasil; os mulatos, de diversos matizes, atingiram 18,66%. Ainda de acordo com o autor, em 1872 os negros no Paraná não chegavam a 11.000. Em 60 anos (1872 a 1933) não aumentaram senão “vegetativamente”, redução devida a várias causas: pequeno número em relação à raça branca, precoce mortalidade do mulato, miscigenação com os brancos, mudanças, etc.

Em 14 anos o aumento foi apenas de 1.560 negros e seus mestiços, o que demonstra a pouca proliferação de ambos e a sua curta vida nas altitudes elevadas como as nossas, circunstâncias essas motivadas pela pouca resistência dos órgãos respiratórios do mulato. (MARTINS R., 1995, p. 392).

Aqui temos novamente o discurso preconceituoso e de superioridade, em que o negro é considerado um ser vegetativo, logo insignificante, e fraco fisicamente. Importante destacar que, mesmo sendo verificado o discurso discriminatório sobre o negro, Romário Martins (1995, p. 392) diz não ser “apologista dos que a consideram [raça negra] inferiores e insuscetível de desenvolvimento”.

Ainda que o autor afirme a sua consideração de não inferioridade para a raça negra e a sua capacidade de desenvolvimento, ele endossa implicitamente um discurso circulante na época, considerado uma verdade científica, quanto à capacidade físico-adaptativa dos povos e indivíduos, ao alegar a “pouca resistência respiratória do mulato”.

Em seu livro, Romário Martins comenta ainda sobre a formação dos brasileiros, e paranaenses. Aqueles são constituídos por cruzamentos de, no mínimo, três tipos étnicos distintos, logo com os paranaenses não foi diferente. Para o autor entre as etnias de destaque na formação do paranaense estão o europeu, que é vastamente representado, e o africano, de maior ou menor proporção, mas de fundamental importância para a formação do povoamento.

Romário Martins comenta, também, que os velhos povos acreditavam provir de raças superiores à do negro porque se desenvolveram e atingiram um maior grau de civilização. No entanto, o que se verifica, já na época, é que a desigualdade existente não era de ordem biológica, mas social e mesológica⁴. Uns [povos] progrediram mais rápido devido às condições ambientais e do meio físico em que viviam (solo, clima favoráveis); outros permaneciam em estágios culturais inferiores pela ausência dessas condições (MARTINS R., 1995, p. 394). Um exemplo citado no livro é dos alemães que, em 1878, quando imigraram para o Paraná, tinham qualidades aparentemente negativas, como “indolência, teimosia, inveja, embrutecimento intelectual e, apesar de muito religiosos, de alarmante desumanidade” (MARTINS R., 1995, p. 394), porém, ao entrarem em contato permanente com a civilização paranaense, tornaram-se “eficientes lavradores, industriais e comerciantes, retornando assim à posse das qualidades ativas do seu

⁴ Influência do meio sobre o homem.

grupo nacional originário” (MARTINS R., 1995, p. 395). Portanto, o ambiente e o meio físico paranaense permitiram aos imigrantes progredirem e se tornarem um povo civilizado, mas isso não acontecia, segundo o discurso do autor, com os negros.

Segundo Romário Martins (1995, p. 395), o negro africano seria integrado na sociedade branca. Mas de que jeito isso aconteceria? E será que aconteceu? Ainda segundo o autor, mesmo por várias gerações o descendente de negro apresentava vestígios de inferioridade sociológica e psicológica, devido ao ambiente, à incultura, etc. Não houve, portanto, uma absorção dessa raça pela população branca paranaense, nem foram oferecidas condições para que progredissem e se tornassem, na perspectiva do autor, civilizados, logo uma raça superior. Além disso, ele justifica essa inferioridade fazendo menção, novamente, ao trecho bíblico Gênesis 9:25-27, e a associação do povo negro à maldição de Cam: “alguns dos nossos dissídios e desorientações correm por conta de proximidades étnicas com a estirpe de Can” (MARTINS R., 1995, p. 395).

Romário Martins afirma, ainda, que a mestiçagem negra já apresentou no Brasil altos tipos humanos com inteligência e transcendência cultural, mas não especifica se isso ocorreu no Paraná. Portanto, com esse discurso, percebemos que para ele o negro, em sua maioria, continua sendo um povo inferior às outras raças.

2.1.3 Wilson Martins: um discurso de exaltação ao imigrante

Além de Saint-Hilaire e Romário Martins, outro autor que contribuiu com reflexões que traçam o perfil da população de Curitiba foi o paulista, radicado em Curitiba, Wilson Martins. Em seu livro *Um Brasil Diferente*, publicado em 1955, é apresentada a configuração sociológica do Paraná. Por meio dessa obra também é possível observar a importância atribuída à imigração estrangeira na formação e conformação desse Estado, bem como a diversidade de culturas e de singularidades aí presentes.

Wilson Martins verificou que o Paraná é o Estado mais rico de povoamento imigratório, quase exclusivamente formado por colonos do norte europeu, que foram encaminhados para o Sul do Brasil em virtude das condições climáticas. É desse

núcleo de imigrantes que temos uma grande miscigenação, o que possibilitou a aproximação de elementos culturais diferentes dos nacionais.

Em relação à miscigenação, o autor observa que no Paraná esta aconteceu mais entre brancos do que entre brancos e negros, considerada subclasse para ele. Wilson Martins atribui a importância desse detalhe ao fato de ser essa característica que distingue a região Sul do Norte do Brasil.

O tipo físico do homem sulino apresenta notáveis sinais de cruzamento de sangues europeus, principalmente dos diversos povos dólicos entre si. A estatura, a cor dos cabelos e dos olhos, a conformação sanguínea, seriam outros tantos aspectos a observar no sentido da fixação de uma medida científica de miscigenação que aqui se faz mais entre brancos de povos diversos (portanto num caldeamento de proporções incalculáveis) do que entre brancos e negros que é o tipo de mestiçamento, com as subclasses, mais comuns no norte do Brasil. (MARTINS W., 1989, p. 03)

Assim, em relação à população do Paraná, o autor não considera que tenha havido mestiçagem, propriamente dita, mas uma mistura entre raças brancas de etnias diferentes.

[...] Quando se fala em mestiço nos estados do Paraná e Santa Catarina, é difícil supor o mulato ou o mameluco, que existem em proporções mínimas, mas deve-se entender o misturado de elementos diversos de raça branca, o que não chega cientificamente a ser um mestiçamento, no sentido rigoroso da palavra. (MARTINS W., 1989, p. 03)

Segundo o autor, para ser miscigenação, esta deveria acontecer somente entre raças diferentes, logo o que aconteceu no Paraná não foi um mestiçamento, mas apenas a mistura de elementos da raça branca, visto que quase não se encontrava mulato ou mameluco na cidade. Cabe destacar que, segundo o dicionário *Houaiss*, miscigenação é o “processo ou resultado de misturar raças, pelo casamento ou coabitação de um homem e uma mulher de etnias diferentes”, isto é, seja entre elementos diversos da raça branca seja entre elementos de raças diferentes (branco e negro). Nessa perspectiva, verifica-se que o discurso de Wilson Martins não aceita a miscigenação que ocorreu no Paraná, principalmente entre raças diferentes. Como explicação para esse quadro, podemos supor que não se aceitava o termo miscigenação, na época, por não haver muitos casos de casamentos inter-raciais, devido ao número de negros existentes ser menor que o de brancos e por haver forte discriminação racial.

Ainda segundo o autor, há algo perturbador no Paraná, “a presença do imigrante, em primeiro lugar, e, depois, a ausência do português e a **inexistência da escravidão**, de tal forma que os dois últimos não chegaram a atuar como forças sociologicamente ponderáveis” (MARTINS W., 1989, p. 05, grifo nosso). Ao contrário de Romário Martins, que não nega a importância da raça negra para a formação do paranaense, mas nega o trabalho escravo, Wilson Martins exclui o negro da história da formação do Paraná. Para este autor o único personagem importante foi o imigrante. Este se amoldou à nova terra, assim como a moldava aos seus hábitos, experiências e tradições. O imigrante acrescentou novos valores e vigor ao Paraná (MARTINS W., 1989, p. 06). Assim, o homem paranaense, para Martins é o de etnia alemã, polonesa, italiana ou outra qualquer, menos negra, de origem africana.

Segundo Wilson Martins é absolutamente impossível saber ao certo o número de estrangeiros que entraram no Paraná desde 1829, fator esse que influenciou a sua cultura. Dentre os aspectos que contribuíram para o sucesso da colonização estrangeira, o clima de Curitiba, comentado por tantos viajantes e até pelos naturais da região, é apontado como o fator relevante, pois, se comparado com os outros estados do Brasil, é o que mais se aproxima com o do europeu: verão e inverno bem caracterizados.

Além disso, em 1853, Zacarias de Goes e Vasconcelos, designado como primeiro presidente da Província do Paraná, criou uma política pública que visava a aumentar o número de estrangeiro e o progresso do Estado, pois via no estrangeiro “o ‘trabalhador’, o ‘técnico’, o ‘agricultor’, de que a província precisava, o homem de que a paisagem precisava” (MARTINS W., 1989, p. 65) – aqui novamente temos a superioridade de um grupo étnico sobre o brasileiro, paranaense, negro. Tem-se, então, a Lei n. 29, de 21 de março de 1855⁵, que autorizava a imigração de estrangeiros para a província de Curitiba.

[...] ela [a lei] *marcou* o Paraná, imprimiu-lhe o rumo que ele jamais abandonaria e que iria atribuir-lhe a sua fisionomia típica, mesmo entre as províncias ou estados sulinos, pois cada um deles – submetido ao mesmo fenômeno geral de imigração – guardou, entretanto, certa margem, às vezes muito ampla, de personalidade, de diferenciação, de predominância de uma influência em prejuízo das demais ou de caracteres que não se respondem, não se ajustam perfeitamente de uns para outros. (MARTINS W., 1989, p. 74).

⁵ Ver lei no anexo.

Entretanto, segundo Wilson Martins, essa lei sempre se fundou na ausência da existência de qualquer discriminação racial, ideológica ou religiosa, e esse foi o seu problema. Tanto que, em 1883, o presidente da província, Carlos de Carvalho, chegou a achar o elemento estrangeiro altamente perigoso. Além disso, essa política pública de colonização realizada em províncias pobres de recursos, mal preparadas, encontrou dificuldades e obstáculos, também houveram “atritos naturalmente provocados pelos colonos, em meio novo, junto a desconhecidos e desambientados de suas condições habituais” (MARTINS W., 1989, p. 79).

Mesmo afirmando o insucesso dos colonos, o autor considera que o estrangeiro trouxe avanço cultural para o Paraná, se comparado com o brasileiro/nacional, pois é bem mais desenvolvido. E é esse avanço cultural, visto no cultivo da horta, na habitação, na preocupação com a beleza e no conforto, bem como por ser um grupo étnico desenvolvido, que fez o estrangeiro atingir simultaneamente um patamar econômico diferente do de todos os nacionais, mesmo, segundo o autor, lutando com os mesmos obstáculos e beneficiando-se das mesmas vantagens dos outros povos.

[...] a realidade tem demonstrado, contra os ‘nativistas’ [...] que não basta colocar os nacionais nas mesmas colônias que os estrangeiros, oferecendo-lhes os mesmos auxílios, a mesma assistência: o nacional, que leva, às vezes, um ‘atraso secular’, do ponto de vista da cultura, acaba ficando para trás, beneficiando-se embora das mesmas condições dos seus vizinhos estrangeiros. (MARTINS W., 1989, p. 80 – Nota de rodapé).

Mesmo com o decorrer do tempo, já no ano de 1949, o Paraná ainda era visto como local que possuía condições favoráveis para a imigração:

[...] as condições de clima e a colonização anterior o fazem atrativo para a imigração europeia, terra onde os imigrantes que deixaram tudo para trás, deixando a sua pátria e o seu lar, encontram, de novo, e quase inesperadamente, o melhor ambiente físico e social para atenuar o desajustamento em terra e entre gentes estranhas. (MARTINS W., 1989, p. 102).

Nessa época, o homem paranaense, devido à quantidade de imigração, passou a ter uma fisionomia particular e típica, por ter uma população “inesperada”, como descrito por Domenico Bartolotti (*apud* MARTINS W., 1989, p. 108) em viagem a Curitiba:

[...] si notano appena sfumati i segni tipici del brasiliano primitivo e profondamente accentuati quelle delle razze immigrate. In questo centro s'è compiuto più intensamente il processo di fusione fra l'elemento indigeno e la gente europea delle colonie più importanti, tedesche, italiane e polacche. Osservato attentamente, questo fenomeno di assimilazione offre campo ad un' interessante indagine etnica, poichè si constat che gli incroci spontanei si sono verificati in grande maggioranza fra individui di razza latina e quelli di sangue tedesco e slavo, anzichè di latini fra loro. Il freddo sangue nordico ha trovato nel caldo temperamento latino il giusto equilibrio per prosperare in questo clima temperato. Da tale incrocio di razze così dissimili, ripetuto e selezionato spontanemente, ne è derivata una popolazione fisicamente bella e forte.⁶

Nesse trecho temos claramente a construção da identidade paranaense associada ao europeu, e uma população característica diferente das outras regiões do Brasil. Segundo Afonso Arinos de Melo Franco (*apud* MARTINS W., 1989, p. 108), enquanto em outras regiões brasileiras o esquema da população seria “triângulo retângulo”, “tendo como hipotenusa o elemento português, o índio como lado mais curto e como lado mais longo o africano”, no Paraná a figura geométrica seria um “polígono irregular de sete lados”,

cuas faces, em extensão decrescente e de tamanho variável, representariam os elementos polonês, ucraniano, alemão, italiano, os “pequenos grupos”, o índio e o negro, estes últimos em proporção praticamente insignificante. Representação válida, sobretudo, é bom esclarecer, do ponto de vista cultural, mais do que do ponto de vista biológico ou puramente biográfico; mas, sociologicamente, este último tem importância meramente informativa diante do outro, que preside quase só à dinâmica dos grupos. (MARTINS W., 1989, p. 108).

O homem paranaense seria, então, aquele com característica europeia. Os negros e indígenas foram praticamente inexistentes no Paraná, tendo valor somente como referência cultural. Além disso, a presença do negro nessa região, sociologicamente, tem importância “apenas informativa”, não sendo considerada sua participação efetiva na história do Paraná. “O brasileiro, hoje, no sul do Brasil em geral, e no Paraná em particular, é o mestiço euro-brasileiro de segunda ou terceira geração (x gerações), quase sempre levando no sangue mais de duas etnias

⁶ [...] é imperceptível os sinais típicos do primitivo e profundamente acentuados os sinais da raça imigrante no brasileiro. Neste centro tem sido dificultado o processo de fusão do elemento indígena com as pessoas mais importantes das colônias europeias, alemão, italiano e polaco. Cuidadosamente observados, este fenômeno de assimilação fornece campo para uma interessante investigação étnica, pois se constata que os cruzamentos espontâneos ocorrem na grande maioria dos indivíduos de raça latina com as de sangue alemão e eslavo, latino vez ou outra. O sangue frio nórdico encontrou no temperamento quente do latino equilíbrio certo para prosperar neste clima. A partir desta miscigenação tão diferente, repetidos e espontaneamente selecionados, surgiu uma população fisicamente bonita e forte. (Tradução nossa)

diferentes” (MARTINS W., 1989, p. 124). Compreende-se que o emprego do termo “etnia” para o autor corresponde a *nacionalidades*, especialmente as de origem europeia.

Assim, observa-se que a política brasileira de imigração, dominada pelo amor próprio nacional e o desejo de acelerar a evolução do país, sempre buscou imigrantes de um nível cultural tão elevado quanto possível. O intuito, desde o início, foi formar o típico paranaense, aquele que possui características físicas europeias e traços psicológicos influenciados pela paisagem (não gestualizar, não ser escandaloso, nem ser expansivo comunicativamente).

Segundos dados apresentados pelo autor, referente ao recenseamento de 1873, verificou-se a existência de 126.722 pessoas, sendo 10% da raça negra, 7% da raça indígena (caboclos) e 83% da raça branca. Em 1900, a população brasileira era de 331.509, sendo mais de 100.000 estrangeiros. Em 1955 (data historiográfica da obra), a população era de 550.000, sendo 400.000 nacionais e 150.000 de origem estrangeira, aproximadamente. Segundo a previsão do Silvio Romero:

Com a esperada afluência de novos imigrantes de nacionalidade alemã, polaca e italiana, pode-se afirmar que é desta mescla com o nacional que se formará o futuro tipo paranaense, constituindo certamente uma sub-raça inteligente e vigorosa, que saberá aproveitar as grandes riquezas de que a natureza dotou o solo deste futuroso estado. (*apud* MARTINS W., 1989, p. 125).

Assim, tendo em vista esse fato (a imigração), era de se esperar que o homem paranaense tivesse uma predisposição natural e histórica para ser fruto da mistura da migração. Para justificar essa conclusão, o autor cita Saint-Hilaire (*apud* MARTINS W., 1989, p. 127), que relatou que a maioria da população de Campos Gerais, mestiça, era pertencente, principalmente, à raça caucasiana pura, logo o belo tipo físico, corado e de cabelos castanhos se distinguia dos demais brasileiros porque

não se misturava com o negro, existente em reduzidíssimo número em toda a província no decorrer da sua história, e que por isso não chegou a invadir sexualmente os hábitos desses rústicos senhores primitivos. Ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras, como a que compreende o Rio de Janeiro e o Nordeste, por exemplo. (MARTINS W., 1989, p. 128, grifo nosso)

O que foi observado no Paraná, segundos relatos de viajantes, é que como não havia grandes plantações agrícolas, logo quase não havia escravos. “A escravatura não podia estabelecer-se de modo nenhum em terras onde a grande cultura era desconhecida” (MARTINS W., 1989, p.129). Além disso, por os imigrantes não se misturar aos negros, a população negra também não era numerosa. Ainda em relação a isso, de acordo com Wilson Martins, no Paraná havia mais crioulos⁷ do que africanos, e estes trabalhavam em serviços domésticos e em comércios. Portanto,

[...] o escravo no Paraná não estava no eito dos cafezais e canaviais, sob a vigilância do feitor, em geral ganancioso, humilde ao patrão e feroz para com os escravos. As fazendas de criar como eram as nossas, em geral, ocupavam os crioulos, para os quais os senhores, principalmente os moços, olhavam com mais sentimentalismo. De sorte quando se apelou para a generosa bondade paranaense, a libertação precipitou-se, fez-se sem ruído e sem violências. A emancipação a 13 de maio de 1888 encontrou aqui quase tudo feito. (MARTINS W., 1989, p. 130)

Observa-se no trecho anterior o discurso sobre a imagem do paranaense como sendo uma pessoa bondosa, generosa, por tratar os escravos, aparentemente, “diferente” das outras regiões do Brasil.

Ainda segundo dados do livro, no período da escravatura no Brasil (1873-1882) o Paraná diminuiu seus escravos, “sem ruído e sem violências”, de 10.669 para 7.668. E, segundo informações publicadas no jornal *Dezenove de Dezembro*, de 28 de setembro de 1884, nessa data, havia apenas 200 escravos em Curitiba (informação contraditória se comparada à apresentada no livro de Romário Martins). A justificativa para esses dados é devido o escravo ser caro, assim somente um brasileiro abastado poderia possuí-lo.

Em relação ao negro, Wilson Martins utiliza um episódio relatado por Saint-Hilaire (*apud* MARTINS W., 1989, p. 133) como discurso de rememoração sobre o negro. Cabe dizer que a rememoração funciona como memória que faz retornar, atualizar e ressignificar sentidos. A passagem citada por Saint-Hilaire refere-se ao pastor Fugmann, que descreve o escravo de forma negativa e preconceituosa: “[...] esses pretos eram quase tão preguiçosos quanto os seus donos, e passavam o dia inteiro deitados dentro de casa. Escravaria de vocação urbana, e, mais do que isso: de vocação doméstica”. Observa-se que essa rememoração, que por meio da

⁷ Indivíduo da raça negra nascido na América, por oposição àquele nascido na África.

lembança busca impedir o esquecimento, cria a imagem de que o negro/escravo era vadio, ocioso, passivo, “mole”. E é essa a justificativa utilizada por Wilson Martins para a população curitibana ser de maioria branca: “É por isso que a população branca e corada, que Saint-Hilaire encontrou em 1820, permaneceu fisicamente imutável, e até fortalecendo tais caracteres com a miscigenação oriunda do movimento migratório, esta sim, poderosa, fecunda e ininterrupta” (MARTINS W., 1989, p. 133). Temos aqui novamente um discurso de superioridade da raça branca sobre à negra.

Além disso, ainda segundo o autor, o negro em Curitiba tendia a desaparecer devido à intensa imigração branca, a “seu pequeno número relativamente à população branca; à precoce mortalidade do mulato; às ‘cruzas e recruzas’ com brancos; às mudanças, e outras causas de menor importância” (MARTINS W., 1989, p. 133). Uma ideologia do branqueamento, em que, baseada na teoria da seleção natural de Darwin, se acreditava que a população curitibana iria se tornar totalmente branca com o passar do tempo.

Nessa perspectiva, Wilson Martins se utiliza de discursos de autoridades para descrever de forma positiva a raça branca – mas de forma preconceituosa e com tom de superioridade para com os nativos/brasileiros. Por exemplo, Martins menciona que, em 1894, no livro *Elementos de higiene social*, o Dr. Trajano Reis fez algumas observações sobre essas particularidades do paranaense: “A bela raça paranaense, que está se formando com o cruzamento do anglo-saxão, do latino, do eslavo, inteligente, viçosa, empreendedora, é digna de toda a solicitude, de todos os sacrifícios, para não desmerecer de seu brilho” (MARTINS W., 1989, p. 134). Em 1912, o paranaense Nestor Victor se impressionou com “as coradas e alegres crianças, tanto mais quando, na sua maior parte, elas têm cabelos loiros e olhos azuis” (MARTINS W., 1989, p. 134); bem como com os traços físicos europeus, que eram, em um mesmo local [Paraná], representadas por todas as raças europeias (alemães, franceses, italianos, polacos, ingleses, suíços, holandeses, etc.), sendo diferentes do tipo clássico brasileiro. Outro observador mencionado no livro é Abel Bonnard, que, quando visitou Curitiba, também deixou sua impressão sobre a população paranaense ser loira de olhos azuis, iguais aos poloneses: “Je vois défilér de grands garçons aux yeux bleus, aux cheveux de paille, les mêmes qu'en Poméranie ou Pologne.” (MARTINS W., 1989, p. 176). Por fim temos Tobias Monteiro, que, em 1903, fez as seguintes observações: que o Estado lhe pareceu

“um vasto laboratório de mestiçagem branca”, onde já era “fácil dispor de operários inteligentes”. (MARTINS W., 1989, p. 176).

Assim, “o ‘homem paranaense’ é, jurídica e sociologicamente, o homem que nasce no Paraná, mas o homem que nasce no Paraná é, do ponto de vista étnico, profundamente internacional” (MARTINS W., 1989, p. 172). Isso devido ao fato de a população do Paraná não ser semelhante a de outras regiões do Brasil. Inúmeras etnias encontraram-se e cruzaram-se não apenas com brasileiros, mas entre elas mesmas e com os nativos. Desse modo, a população paranaense obteve seu caráter próprio e inconfundível, diferente, inclusive do de outras regiões igualmente colonizadas por estrangeiros.

Observa-se também que, segundo Wilson Martins (1989, p. 286), em 1855 já se negava a existência de favelas em Curitiba. Discurso que até hoje é propagado pela população: a inexistência de pobres e favelas, logo da denominação de certos bairros como periferias.

Influência, ainda, segundo penso, da imigração estrangeira – pelo nível econômico mais ou menos satisfatório a que atingiu – é a inexistência de favelas em Curitiba, bem como da casa miserável: em geral, a casa pobre é assoalhada e forrada, quando não possui água encanada e outras comodidades. Mas há, sobretudo na cidade, o “cortiço vertical”: o enorme sobrado, subdividido em quartos, e onde mora a população dos pequenos empregados do comércio, moças e homens, em promiscuidade compensada pelo preço dos aluguéis. O que é, ainda, traço comum às grandes cidades e, em particular, às cidades cosmopolitas, como Curitiba. (MARTINS W., 1989, p. 286).

Além de possuir ordem urbana harmoniosa, também nessa época (1855) encontramos o discurso de que Curitiba não tem conflitos raciais. Fato citado no livro por meio do discurso de Nestor Victor, que, em 1912, observou que

Curitiba – e o Paraná, em geral – soube ou pôde realizar um amálgama bem mais perfeito que o da capital paulista. Em lugar da predominância de qualquer nacionalidade sobre as demais, ‘em Curitiba já não há predomínio patente de qualquer nacionalidade estrangeira sobre outras. (MARTINS W., 1989, p. 286).

Nesse trecho verifica-se um discurso contraditório, tendo em vista que a todo momento no livro encontramos um discurso que valoriza o estrangeiro e inferioriza o nativo, bem como ignora a existência do negro, ou seja, um discurso que se evidencia a predominância e superioridade da raça branca de origem europeia.

Segundo Wilson Martins, o tipo paranaense é resultado da miscigenação que aconteceu a partir de casamentos entre estrangeiros e brasileiros. Foi por meio da união que o estrangeiro se integrou definitivamente no meio e pôde introduzir seus hábitos e costumes. Assim, se o paranaense é “fisicamente diferente do de brasileiros de outras regiões, não deixa de sê-lo, igualmente, dos próprios estrangeiros de que é originário” (MARTINS W., 1989, p. 325).

Em relação ao casamento misto, entre etnias diferentes, para o autor esse era visto como uma forma de branquear a população paranaense. Aqui temos a ideia de branqueamento e a criação do tipo ideal paranaense, muita vezes reiterada: branco, de cabelos e olhos claros.

[...] o brasileiro em geral, e o brasileiro moreno demais em particular, não despreza o casamento com mulheres loiras, que corresponde a uma espécie de compensação social ou psicológica, e não são raras as mulheres loiras que, por motivos econômicos ou outros, concordam com tais casamentos. Há, mesmo, segundo se diz, de parte delas uma certa curiosidade ou atração física que facilitariam essas uniões, apressando, por um lado, a fusão racial e, por outro, a clarificação do homem paranaense. (MARTINS W., 1989, p. 327)

Destaco na citação anterior novamente o discurso de superioridade do estrangeiro sobre o brasileiro, bem como a ideia de que este teria a oportunidade, com o casamento, de ter um desenvolvimento social e psicológico, característica não reconhecida no brasileiro na época.

Assim, devido à miscigenação, segundo Wilson Martins (1989, p. 329), “como em algumas regiões do Brasil não há brasileiros sem uma gota de sangue negro, no Paraná pode-se dizer que não há brasileiro, principalmente os de velhas famílias paranaenses, sem uma gota de sangue estrangeiro”.

Em relação à política do período, esta, segundo o autor, era integradora, ou seja, o Brasil, e neste caso o Paraná e Curitiba, devido à diversidade étnica, buscou escolher arbitrariamente uma determinada raça ou indivíduo misto como ideal. Assim, o paranaense, de característica europeia, seria o tipo do futuro, o ideal, criado para se integrar no Estado, fazendo com que houvesse o aniquilamento de outros grupos raciais— no caso do Paraná, principalmente do negro. Foi através desse discurso que a imagem do paranaense foi criada. Discurso esse que, ainda hoje, propaga a ausência da presença do negro em terras paranaenses.

Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira. [...] (MARTINS W., 1989, p. 446).

Portanto, a partir dos relatos desses autores, foi possível observar a construção da identidade paranaense-curitibana por meio dos seguintes discursos fundadores:

Auguste de Saint-Hilaire	Valorização do imigrante europeu; Aceitação da presença do negro/escravo; Depreciação e inferiorização do negro/escravo.
Romário Martins	Aceitação da presença do negro/escravo; Depreciação e discriminação o negro/escravo; Quantidade insignificante de negro/escravo no Paraná; Previsão do desaparecimento do negro com a miscigenação.
Wilson Martins	Exaltação do imigrante europeu; Apresentação da raça branca como superior; Aceitação da presença do negro; Inexistência da escravatura; Previsão do desaparecimento do negro com a miscigenação.

Em suma, Saint-Hilaire idealiza a imagem do paranaense com um discurso romântico, destacando as características europeias, e deprecia e inferioriza o negro/escravo; Romário Martins não nega a presença de negros, mas os apresenta com um discurso depreciativo, discriminatório, como sendo de número insignificante e que com o tempo iria desaparecer; já Wilson Martins apresenta duas zonas de

colonização no Brasil – uma nacional (de origem portuguesa, matricial) e outra de predominância estrangeira –, a fim de destacar a heterogeneidade do povo paranaense e sua diferença ao nacional, visto que a formação social do Paranaá seria de predominância estrangeira, teria a ausência do português e a quase inexistência da escravatura.

É nesse contexto que surge, então, o mito de um Estado/capital branco(a), fruto de colonização europeia, sem o elemento negro. Enquanto aos imigrantes europeus é dado destaque, a escravidão e a presença do negro são colocadas em segundo plano, quando não omitidas, apagadas.

2.2 A CONSOLIDAÇÃO IMAGINÁRIA DA IDENTIDADE PARANAENSE

Como visto, a partir dos relatos de Saint-Hilaire, Romário Martins e Wilson Martins, temos instalada uma nova filiação, um novo sentido, sobre a identidade paranaense/curitibana, baseada na ideologia do Movimento Paranista surgido na época. É a partir das obras desses autores, e de seus discursos fundadores, que foi construído e projetado o imaginário necessário para a criação desta identidade que busca apagar o escravo, o negro e seus descendentes da história paranaense e que valoriza e exalta a participação dos imigrantes europeus na sua formação, criando a imagem do paranaense ideal: branco, com características europeias.

Assim, podemos dizer que Auguste de Saint-Hilaire foi o precursor desse discurso que projeta um pensamento racista, que essencializa um grupo étnico positivamente - a raça branca -, defendendo uma suposta superioridade pela via do físico, da estética, da inteligência, dos hábitos e da linguagem. Esse processo de racialização, que afirma a superioridade de um grupo étnico sobre outro, é que, também, justifica a dominação racial.

A dominação racial pode se constituir tanto por diferenças físicas quanto por suposta inferioridade cultural de um grupo subordinado. Quando o racismo envolve diferenças físicas, estas geralmente servem como marcadores das diferenças essenciais.

[...] Por exemplo, os africanos e seus descendentes na América já foram percebidos como ingênuos, pouco inteligentes, sensuais, afetuosos, ou como preguiçosos, perversos, traiçoeiros e violentos, dependendo do lugar e do momento histórico. A pele escura e outras características físicas serviam como marcadores – impostos por Deus ou pela natureza – das supostas diferenças de disposições e capacidades dos negros. (MONSMA, 2013, p. 6)

Cabe destacar, também, que o termo “raça” é uma construção social definida pela interpretação social das diferenças físicas existentes entre grupos humanos. Essas diferenças físicas que percebemos é que permitem a classificação racial, bem como diferenciam, por exemplo, os europeus dos vários povos por eles conquistados, subjugados ou colonizados. Portanto, podemos dizer que a racialização do mundo e o racismo são produtos do colonialismo e do imperialismo europeu, conseqüentemente, as raças são definidas por relações de poder e dominação, não por diferenças fenotípicas.

Ainda em relação a Saint-Hilaire, por ser biólogo, ele possuía um discurso científico sobre língua e raça, consequência da formação discursiva que era filiado. A partir da segunda metade do século XIX, a maioria das abordagens sobre raça baseava-se num ideário biológico ou de escalas de evolução, em que as distinções entre raças superiores e inferiores não se referiam mais às questões divinas (maldição de Cam). Segundo Hofbauer (2006, p. 125), “‘raça’ apareceria como um fator que determina em boa parte a constituição física e mental do ser humano e seria, portanto, tratado cada vez mais como uma ‘categoria biológica’.” Ou seja, os tipos biológicos passam a ser hierarquizados com base em supostas capacidades psicológicas e sociais. É nessa perspectiva que Saint-Hilaire tem um discurso fundador que valoriza a raça branca como sendo o tipo primordial da humanidade, em que a verdadeira civilização só poderia ser produzida por essa raça.

Portanto, para Saint-Hilaire, a fixação de imigrantes europeus em Curitiba surtiria numa melhoria à região e à população, considerada não civilizada/selvagem, bem como na aprendizagem de novos métodos de cultivo. Ou seja, somente a expansão europeia tornaria a população paranaense, vista pelo autor como ociosa, civilizada.

Nesse sentido, o livro de Auguste de Saint-Hilaire busca apresentar a comarca de Curitiba para a Europa com um discurso que preconiza a superioridade da raça branca, incentivando a fixação europeia nessa terra como forma de progresso e civilização do povo natural. Temos, então, um painel etnográfico

incorporado a uma paisagem descrita com rigor e riqueza, mas onde o negro/escravo, mais da metade da população na época (1818-1838), não é contemplado nem valorizado.

Romário Martins, outro contribuinte para a construção da identidade paranaense, buscou apresentar a história do Paraná para o povo paranaense – ao contrário de Saint-Hilaire que apresentou Curitiba à Europa. Para isso, respondeu em sua obra alguns questionamentos fundamentais para a projeção e apropriação da identidade pela população: quem fomos, de onde viemos, quem somos e para onde queremos ir.

Romário Martins foi um dos principais articuladores do Movimento Paranista, sendo parte da elite paranaense (homem culto, político, um dos fundadores da UFPR). Foi ele quem materializou o discurso desse movimento por meio da obra *História do Paraná*, valorizando os signos identitários: o espaço territorial, a população (etnias), os ciclos econômicos, a administração e a organização provincial.

Seu discurso mostra a história da relação de um grupo humano (paranaense) com o meio geográfico. Nessa história regional, Romário não hierarquiza as raças brancas, reconhece a presença de índios e não nega a presença de negros/escravos no Paraná, no entanto os apresenta com um discurso depreciativo, discriminatório, e como sendo de número insignificante; além de prever seu desaparecimento total a partir da miscigenação. Quando descrito, o negro/escravo aparece de maneira negativa social, política e culturalmente ao branco; já o mulato é valorizado, por ser resultado da miscigenação.

Observa-se que o discurso fundador de Romário Martins apresenta uma preocupação étnica e social da evolução histórica do povo paranaense, mas é esta preocupação que revela seu entusiasmo ao ideal de branqueamento.

Segundo Hofbauer (2006, p. 27), a ideologia do branqueamento “postula a supremacia do branco e, ao mesmo tempo, induz os indivíduos a se aproximarem desse ideal”. No entanto, além dessa vertente ideológica, que busca a interiorização, pela população negra, dos modelos culturais brancos, a fim de que se perca seu *ethos* de matriz africana, existe uma outra, empírica, definida como processo de “clareamento” da população brasileira, em que foram realizadas campanhas de incentivo para a imigração europeia, bem como para a miscigenação, no final do século XIX e início do XX.

Nota-se que o discurso fundador de Romário Martins apresenta essas duas vertentes do branqueamento: tanto ideológica (a importância do europeu para o desenvolvimento e progresso do paranaense) quanto empírica (a miscigenação). Também é importante destacar que, ao contrário de Saint-Hilaire, que compreende a questão da raça como sendo biologizante/natural, Romário Martins a vê como divina, relacionada à maldição de Cam – discurso referente à lenda de Noé, construído e fixado ao longo da Idade Média, que foi utilizado para justificar moralmente a escravidão: o direito de subjugar o igual, o seu irmão (no sentido bíblico).

Como essa ideologia do branqueamento não foi difundida somente no estado do Paraná, mas em todo o Brasil, cabe aqui apresentar um panorama histórico dessa ideologia, a fim de mostrar seu processo de construção de sentido sobre o negro/escravo.

Desde os primórdios da história Ocidental, atribuiu-se uma forte simbologia às cores “branca” e “negra” – a primeira é representada pelo bem, bonito, puro, divino, enquanto a segunda pelo mal, pela treva, pela culpa. É na época da expansão europeia (colonização) que as cores “branca” e “negra” passaram a ser associadas a valores morais e religiosos, isso devido à reinterpretação de textos sagrados do Velho Testamento (lenda de Noé sobre a maldição de Cam), que promoveu a associação do negro à escravidão, à culpa e à imoralidade. É importante destacar que, nessa época, tanto negros africanos como asiáticos e indígenas, com o tempo, passaram também a ser chamados de negros e discriminados como tais.

No Novo Mundo, o discurso jesuítico para o tráfico de escravos africanos era baseado no resgate, ou seja, a justificativa para tal ato era a realização da salvação desse grupo (visto como amaldiçoado) e a sua integração ao cristianismo. “Assim, no século XVII, os sermões do padre Antônio Vieira pregavam como ‘remédio’ para ‘apagar’ a cor negra (sinal de culpa), a submissão aos mandamentos cristãos – o único caminho certo que levaria ao reino de Deus” (HOFBAUER, 2006, p. 407).

Com o tempo, as reflexões sobre as diferenças humanas passaram a ter concepções mais naturalizadas. Desse modo, no final do século XVIII, atribuiu-se o surgimento das diferenças humanas às condições climáticas e geográficas. Já no século XIX, o conceito de raça passou a ser dissociado de contextos religiosos, climáticos e geográficos, sendo tratado como essência própria do homem.

Nesse momento, início do século XIX, a tentativa de ascensão social e a “melhora da cor” passaram a estar relacionadas. Tem-se um ideário de hierarquização, em que a cor branca (raça branca) é superior socialmente, criando uma ilusão da possibilidade de transformação da cor/raça (libertos passavam a não ser denominados como negros; negros que tinham melhores salários passavam a ter um *status* melhor do que outros), fazendo com que os negros procurassem se apresentar o mais brancos possível.

Procurar apresentar-se ‘o mais branco possível’, como uma estratégia para sofrer menos discriminação e ser, talvez, mais aceito, é um comportamento que podemos localizar entre escravos africanos já nos primórdios do colonialismo europeu (e, inclusive, no medievo árabe-muçulmano). Uma prática que teve, aparentemente, certa continuidade no Brasil. (HOFBAUER, 2006, p. 408).

Ainda segundo Hofbauer (2006, p. 212), “o desejo de ‘ser mais branco’ solidificou-se como ‘prática social’ no Brasil. Podia ser notado tanto no comportamento social como na percepção e manipulação de aspectos físicos”. No entanto, foi essa crença na possibilidade de transformação da cor da pele/raça que contribuiu para encobrir o teor discriminatório dessa construção ideológica, bem como abafar qualquer resistência coletiva. Portanto, pode-se dizer que foi esse ideário que possibilitou ao Brasil apresentar-se, por tanto tempo, como um país não racial, democrático racialmente.

Como se pôde observar, desde a pregação jesuítica (Idade Média) até meados do século XIX, o ideário de branqueamento não tinha o intuito de transformar uma cor/raça em outra. Foi somente no final do século XIX, que a ideologia do branqueamento passou a ser medida política concreta, transformando-se em discurso e prática da política oficial. Iniciam-se, assim, debates e ações para incentivar a imigração europeia e projetos para proibirem a imigração asiática e africana, o intuito era preservar e desenvolver as características étnicas mais desejáveis na época – cabe destacar que o mestiço, nesse período, passou a ser visto como intelectualmente mais superior se comparado aos de raça negra.

Dois fatores seriam importantes para que o Brasil se transformasse em um mundo civilizado: a imigração europeia e a seleção sexual (miscigenação), visto que ambos iriam clarear a população, ou seja, com a miscigenação os negros e os mestiços desapareceriam.

Portanto, verifica-se que no Brasil o branqueamento passou por várias fases que contribuíram, e muito, para a sua propagação; tanto que foi projetado pelo discurso fundador da identidade paranaense/curitibana.

Nesse sentido, Romário Martins propagou um discurso que condiz com o projeto de modernidade paranaense, e do Movimento Paranista, que visava a raça branca como o paranaense ideal, a divulgação e exaltação da índole e da fibra do paranaense e a fundação e defesa da territorialidade do Paraná, para que o regionalismo tivesse a função de nacionalismo, ou seja, para que o paranaense se tornasse um paranista – aquele que tem amor à terra.

Em relação ao discurso de Wilson Martins, vemos projetado tanto o discurso racista, pois destaca a etnia alemã como superior, quanto a do branqueamento (ideológico e empírico), visto que exalta o imigrante europeu e acredita que a população negra, por meio da miscigenação, com o tempo, iria desaparecer.

Wilson Martins, como Romário Martins, também fazia parte da elite paranaense (intelectual e professor da UFPR), era seu porta-voz, e tinha um discurso fundador que valorizava o imigrante europeu e apagava as outras etnias. Em sua obra, temos um estudo da configuração sociológica do Paraná – a paisagem, o homem, a casa, a família, a alimentação, a roupa, a técnica e as ideias –, um discurso que mostra a formação e a riqueza paranaense e a influência da imigração estrangeira, bem como a importância do alemão, visto que seria ele quem traria o progresso e a civilização para o Paraná.

Observa-se também que Wilson Martins buscou delinear uma identidade paranaense não por sua similaridade ao nacional, mas pela heterogeneidade do povo em relação ao resto do país, apresentando duas zonas de colonização no Brasil: uma nacional (de origem portuguesa, matricial) e outra de predominância estrangeira. Seu desejo era mostrar outra característica do Brasil, diferente da apresentada pelo pernambucano Gilberto Freyre em *Casa Grande Senzala*. Nessa nova identidade, o Paraná seria formado por imigrantes europeus, não portugueses; e por um tipo industrial de civilização – ao contrário das outras regiões, que eram do tipo pastoril e agrícola.

Ainda em relação à formação social do povo paranaense, para Wilson Martins esta teria a ausência do português e a quase inexistência da escravidão, fato contraditório visto que, até 1888, a sociedade paranaense era escravocrata e que, em 1955, a população negra e parda no estado do Paraná era de 35% do total.

É nesse contexto que esse autor contribuiu com o mito e o reforço do Estado branco, fruto da colonização europeia, e civilizado em vias de consolidação.

Portanto, tendo em vista os discursos de Saint-Hilaire, Romário Martins e Wilson Martins, verifica-se que a imagem identitária projetada para o curitibano não está relacionada com a imagem real depreendida da população do período, visto que nesta existia um número de negros/escravos considerável e que estes contribuíram para a formação e o progresso do Estado. Os discursos fundadores desses autores criam uma nova identidade para Curitiba. Cabe destacar que a identidade é uma construção que está em constante movimento, sendo resultado de um passado que não é estável, nem na memória nem nos modos como é abordado. Assim, apresentamos aqui uma breve noção de identidade.

Observa-se que os significados das palavras não são fixos, eles estão relacionados a objetos e/ou eventos externos à língua, ou seja, à similaridade e à diferença que as palavras têm umas com as outras. Pode-se dizer que eu sei o que é “branco” por causa da existência do “preto”. As palavras carregam ecos de outros significados, tudo que dizemos tem um antes e um depois. Portanto, podemos procurar um significado final (a identidade), mas este sempre é interferido por outros significados (a diferença). (HALL, 2006).

Como ato linguístico, a identidade e a diferença só tem sentido em uma cadeia de diferenciação linguística: “eu sei quem ‘eu’ sou em relação ao ‘outro’ que eu não posso ser” (HALL, 2006, p. 40). Desse modo, a identidade e a diferença possuem uma relação de dependência, visto que por trás de uma afirmação “sou negro” existe uma extensa cadeia de expressões negativas de identidades e diferenças, como “não sou branco”. Portanto, segundo Silva (2003, p. 75), assim como as afirmações sobre as diferenças só têm sentido se compreendidas por meio da sua relação com as afirmações sobre sua identidade, “as afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades”.

Além de ser dependentes, tanto a identidade quanto a diferença são resultados de um processo de produção simbólico, discursivo e linguístico, bem como de criações sociais e culturais, visto que são fabricadas no contexto de relações culturais e sociais.

Por ter relação social, elas estão sujeitas a relações de poder, isto é, a serem impostas. Assim, segundo Silva (2003, p. 81-82),

Podemos dizer que onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder. A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. [...] São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”).

Exemplos das marcas da presença de poder ocorridas por meio da diferenciação (identidade e diferença) podem ser verificados no tratamento dado aos negros no discurso fundador: que são excluídos da formação paranaense, inferiorizados, discriminados, amaldiçoados.

Desse modo, se o processo de identificação se efetiva por meio da representação, assim também acontece com o da identidade cultural. Segundo Coelho (1997, p. 201), a identidade cultural está relacionada “a um sistema de representações das relações existentes entre os indivíduos e os grupos e entre estes e seu território de reprodução e produção, seu meio, seu espaço e seu tempo”.

Contribuímos nessa identidade cultural ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores. Portanto, a identidade é uma forma de ligar, de unificar o sujeito ao mundo social e cultural. Segundo Hall (2006, p. 11),

[...] a sociedade é formada pela ‘interação’ entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.

Assim, por exemplo, por meio do discurso fundador da identidade paraense/curitibana percebe-se uma cultura do branqueamento, que buscava clarear a população negra por meio dos ideais europeus. Essa identidade cultural internalizada pelos negros fazia com que, muitos, mudassem a sua identidade em busca de uma vida melhor, ou seja, passavam a ter um comportamento social de acordo com o europeu.

Também segundo Hall (2006, p. 48), “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*” (grifo do autor). Por exemplo, nós só sabemos o que é algo por causa da forma como foi representado. Assim, ser negro, ser branco, ser curitibano é algo que produz sentido, é um sistema de representação cultural.

Nesse contexto, a cultura nacional pode ser considerada um discurso, “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a

concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006, p. 50). É a partir dessa produção de sentidos sobre a nação – obtidos em sua história (que liga passado e presente) e na construção de sua imagem –, e da identificação do indivíduo com ela, que as identidades são construídas.

Segundo Silva (2003, p. 97), a identidade

[...] não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder.

Segundo Hall (2006), as diferenças entre as nações estão na maneira como são imaginadas, ou seja, a cultura nacional funciona como um sistema de representação. Assim, verifica-se que o projeto de fundação identitária regional do Paraná se baseia na construção da identidade nacional. A partir de mudanças históricas, como a emancipação do Paraná e a chegada dos imigrantes, o Paraná iniciou a construção de uma identidade que refletiu, principalmente, na capital paranaense: Curitiba.

Como já dito, por meio do discurso fundador a identidade curitibana foi construída pelo princípio da alteridade – identidade nacional vs. identidade paranaense. Esse princípio consiste na diferença de papéis que dois sujeitos desempenham no discurso: um que produz o sentido no ato da linguagem e o outro que interpreta esse sentido. Por exemplo, o discurso da elite branca que projeta a ideologia racista (superioridade racial) e do branqueamento, e o negro/escravo, que aceita e internaliza esse discurso.

Portanto, verifica-se que essa identidade regional e cultural criada em Curitiba, que exalta o europeu e apaga o negro, produz um jogo de imagens. Na análise do discurso não tratamos do sujeito empírico, mas de um sujeito discursivo, isto é, da posição do sujeito projetada no discurso. Temos, então, as formações imaginárias, que são os jogos de imagens: a imagem que o sujeito faz dele mesmo, de seu interlocutor e do objeto do discurso. Essas formações imaginárias estão ligadas à identidade que o sujeito possui.

Assim, pode-se dizer que quando o negro/escravo internaliza o discurso fundador paranaense (que projeta as ideologias racista e do branqueamento), se vê como inferior à raça branca, conseqüentemente passa a seguir o modelo “imposto”, não tendo uma identidade marcada. Ao se colocar na posição do outro, o sujeito passa a trabalhar dentro da formação imaginária, ou seja, o dizer do sujeito é realizado da forma como idealizou, para que produza o efeito que este sujeito deseja. Assim, o que conta nessa relação imaginária é a projeção da posição social no discurso, por exemplo, não é do negro que estamos falando, mas da imagem que nossa sociedade faz dele.

Essa imagem idealizada proposta pelos autores Saint-Hilaire, Romário Martins e Wilson Martins é introjetada e assumida pela população, ou seja, a população aceita e adere a essa projeção identitária, resultando em um apagamento da presença do negro no Paraná, especificamente em Curitiba.

Portanto, é o discurso fundador que consolida a identidade criada de que o estado do Paraná seria “branco e europeu” desde sua fundação e, ainda hoje, reforça uma visão preconceituosa e práticas excludentes, como a invisibilidade dos negros.

Mesmo a população negra tendo crescido e se tornado parte importante em Curitiba, ela, e toda a sua contribuição histórica, ainda é invisibilizada. O negro é visto como não existente, logo continua sem espaço, não cabendo, assim, no estereótipo da identidade curitibana, nem tendo espaço para criar sua própria identidade.

2.3 NEGRO ESCRAVO, ONDE?

Mesmo existindo trabalhos que demonstrem que a participação de escravos e africanos, e de seus descendentes, foi bastante significativa na formação da população paranaense, desde o século XVII o negro passou a não existir na história do Paraná. O que se pode observar é que intelectuais, artistas, políticos, a elite, etc., vêm tentando esconder essa existência e a importância dessa população para o processo histórico no Estado.

Assim, esta seção tem o intuito recuperar historicamente a presença de negros e escravos em Curitiba através de anúncios e notícias do jornal *O Dezenove de Dezembro*, do ano de 1854.

Esse jornal teve sua primeira circulação em 1º de abril de 1854, e recebeu esse nome devido a data que o Paraná se tornou província. Inicialmente sua publicação era semanal, aos sábados. Em 1855, passou a ser publicado nas quartas-feiras e a se chamar *Dezenove de dezembro*. Em 1871, era publicado duas vezes por semana; e em janeiro de 1884 passou a ser publicado diariamente, exceto na segundas-feiras. No dia 5 de setembro de 1855, houve a fusão com o jornal *Província do Paraná*. Sua última publicação foi em abril de 1890, quando deixou de circular pela província.

Considerando que esse jornal iniciou sua publicação em 1854, e que foi o único a circular durante o período provincial do Paraná, os dados para esta pesquisa também serão referentes a esse ano – de abril a dezembro. Desse modo, a partir da análise de 40 exemplares, foi possível encontrar algumas informações relevantes, a saber.

Contrapondo ao discurso de Wilson Martins, que não considera relevante/significativa a presença do negro/escravo na história paranaense, a notícia a seguir contém dados referentes à quantidade de negros/escravos existentes em Curitiba no ano de 1854:

CURITYBA

(4.º termo judiciário e policial)

[...]

Tem a cidade de Curityba 27 quarteirões, que são os seguintes: 1.º o da cidade; 2.º o Ahú; 3.º Pilarzinho; 4.º Nossa Senhora das Mercês; 5.º Santa Quitéria; 6.º Tatuquara; 7.º Campo-comprido; 8.º Botiatuvinha; 9.º Campo-magro; 10 Atuba; 11 Palmitar; 12 Cachoeira; 13 Veados; 14 Ribeirão da Onça; 15 Capivary; 16 Boixininga; 17 Borda do Campo; 18 Campina-grande; 19 Arraial; 20 Serro-lindo; 21 Marmelleiro; 22 Botintuva; 23 Pacutuva; 24 Tranqueira; 25 Conceição; 26 Ourofino; 27 Assumguy de Cima.

Nestes 27 quarteirões existem 5,819 indivíduos, dos quaes são homens 2,940, e 2,879 mulheres. Não passam de 21 annos 3,674, de 40 annos 1,654, e sobem dessa idade 491. São solteiros 4,389, casados 1,279, e 151 viuvos. **São brancos 4,102, mulatos e pardos 955, e pretos 762, de que 473 são escravos.**

No anno passado houverão **614 baptisados, sendo 578 livres e 36 escravos**; o numero dos **mortos foi de 125, 17 dos quaes forão**

escravos, sendo por tanto o excesso dos nascidos sobre os mortos de 489, tendo havido **106 casamentos, dous dos quaes forão de escravos**.

[...]

(Sabbado, 25 de novembro de 1854, anno 1, n. 35, p. 3, grifo nosso)

Além disso, observa-se que a compra de escravos era uma prática comum e autorizada no Estado, visto que existem no jornal vários anúncios de tipografias (papelarias) que vendiam documentos de matrícula (identificação) dos escravos de acordo com o modelo encaminhado pela Corte.

Vende-se nesta typographia:

[...]

Mappas para matricula de escravos, papeis de venda dos ditos, conforme o modelo dado pela recebedoria do município da corte, &c.

(Sabbado, 19 de agosto de 1854, anno 1, n. 21, p. 4)

Outra informação encontrada no jornal que mostra a prática de comercialização de escravos, são os anúncios que visam lembrar aos proprietários de escravos a realização da declaração de bens – não bens materiais, mas de bens humanos: os escravos –, e cobrar o pagamento da taxa anual de proprietário de escravo. Isso demonstra que a necessidade de declarar os escravos, mais do que colocá-los na condição de propriedade, criam um estatuto para eles de bens econômicos, declaráveis e tributáveis.

DECLARAÇÕES

Pelo collectoria das rendas geraes d'esta cidade, se declara aos srs. e proprietários dos escravos residente dentro dos limites da cidade e da Villa de S. José dos Panhaes, que se tem de proceder a matricula geral dos mesmos escravos, para o que os outros proprietários apresentarão na collectoria até o dia 15 de julho próximo futuro, relações dos seus escravos incluzive os menores de 12 annos, com declarações de nome, naturalidade, cor, officio, sexo, idade, e as mais circumstancias que occorrer; assim como d'aquelles escravos que sendo de pessoas de fora da cidade e da dita Villa, os preditos proprietários os tiverem empregado em seu serviço ordinário por aluguer, empréstimo, uso-fruto, ou algum outro titulo. E para que chegue ao conhecimento de todos se faz este annuncio. Coritiba 20 de junho de 1854. O collector, *João Pacheco Amora Junior*. (Sabbado, 24 de junho de 1854, anno 1, n. 13, p. 6)

CURITYBA

ALVARA' DE EDITOS.

Pela collectoria das rendas geraes desta capital se publica para conhecimento dos senhores e proprietários dos escravos residentes dentro

dos limites da capital e da Villa de S. José dos Pinhais, que deverão até o dia 31 do mez vigente, pagar na collectoria a taxa annual dos mesmos escravos.

Collectoria das rendas geraes de Curityba, 7 de agosto de 1854.

O collector, João Pacheco Amora Junior. (Sabbado, 12 de setembro de 1854, anno 1, n. 20, p. 4)

Assim, como a prática de comercialização de escravos era comum na época, neste jornal encontramos vários anúncios de venda, compra e aluguel de negros, que demonstram que o negro era propriedade, escravo.

Observa-se que, para venda e aluguel de escravos, exigia-se que estes fossem jovens, sadios e trabalhadores, visto que seriam utilizados como mão de obra. Quando o escravo era do sexo feminino, esta era alugada ou vendida para realizar trabalhos domésticos, logo a exigência era que cozinhasse e soubesse cuidar das roupas (lavar, engomar).

VENDE-SE, na rua do Fogo n. 17, um escravo de nação, de 22 a 24 annos de idade, em vicio algum; serve muito bem para engenhos de erva, e affiança-se: trata-se na rua acima com Francisco Caetano de Sousa. A mesma casa acaba de chegar um [do] sortimento do novo galvanismo, de persistência é affiançável, por preços []dicos. (Sabbado, 1º de abril de 1854, anno 1, n. 1, p. 4 – jornal mutilado)

PRECISA-SE alugar um preto ou preta que saiba cozinhar e o mais arranjo de uma casa de família; na rua das Flôres n. 13. (Sabbado, 8 de abril de 1854, anno 1, n. 2, p. 4)

NESTA typographia precisa-se alugar um preto trabalhador.

PRECISA-SE alugar uma preta que saiba cosinhar e lavar; na rua das Flores n.º 13. (Sabbado, 15 de abril de 1854, anno 1, n. 3, p. 6)

VENDE-SE uma preta de vinte annos de idade, sadia e que cozinha, lava e engomma. Não se poe duvida em vender-se á praso, sendo o comprador abonado ou dando garantia; nesta typographia se dirá quem a vende. (Sabbado, 22 de julho de 1854, anno 1, n. 17, p. 4)

O engenheiro Seturnino Franciso de Freitas Villalva, director da nova estrada de carro que se vae construir desta capital á marinha, tendo de começar estes trabalhos deste mez em diante, convida ás pessoas que quizerem ali se empregar, ou que quizerem alugar seos escravos para os de enxada, machado e picareta, a dirigirem-se ao mesmo, na rua do Louro n. 3, ou no sertão da Graciosa para onde parte em dias da semana próxima futura. (Sabbado, 9 de setembro de 1854, anno 1, n. 24, p. 4).

PRECISA-SE alugar uma preta que saiba lavar, engommar e cosinhar; quem a tiver dirija-se à esta typografia. (Sabbado, 28 de outubro de 1854, anno 1, n. 31, p. 6)

PRECISA-SE alugar uma preta que saiba lavar, engommar e cosinhar; quem a tiver dirija-se á esta typografia. (Sabbado, 4 de novembro de 1854, anno 1, n. 32, p. 4)

VENDE-SE uma preta que cosinha, lava, &c., por preço commodo; nesta typographia se darão informações. (Sabbado, 16 de dezembro de 1854, anno 1, n. 38, p. 6)

VENDE-SE um preto crioulo de 30 annos. Trata-se com Soares & Azambuja. (Sabbado, 16 de dezembro de 1854, anno 1, n. 38, p. 6)

Além disso, observa-se, também, que o negro, muitas vezes, era vendido como mercadoria comum, sendo mais um item entre uma lista de produtos a serem vendidos.

ATENÇÃO!!

Quem quizer pexinchar, chege á rua da Carioca n.º 20 e verá: cortes de vestidos de seda lavrada, pretos, e de cores, ditos de chaly e seda, ditos brancos bordados, e rendados; ditos de cassa e chta barrados; manteletes de renda preta superiores; visitas de seda requissimas; panno azul, preto, e cor de pinhão de 1.º qualidade; chachemira preta e de cores de 1.ª e 2.ª sorte; cortes de brim de linho superiores; gravatas e lenços de seda de todas as qualidades; gregas com vidrilhos; quinquilharias, extractos, cheiros, macassá perola, pentes de tartaruga, e fingindo tartaruga, para trança, calçado para homem e para crianças, sapatos de marroquim, envernizados, setim, botinas, tudo para senhoras; luvas frescas de pelica, de seda de cores para homem e sras., meias de seda para homem e srar., chitas e morins de toda as larguras, vestidos de seda e cassa para meninas e roupinhas fraucezas, tudo pelos preços mais módicos possíveis.

Na mesma casa vende-se um negro sem vícios, que entende de trabalhos de roça, e engenhos de herva, por preço rasoavel. (Sabbado, 15 de abril de 1854, anno 1, n. 3, p. 6)

PELO juízo de orphãos desta capital se faz publico que no dia 28 do corrente mez, ás 10 horas da manhã, em casa do curador á herança o doutor Augusto Lobo de Moura, se hão de arrematar os bens do finado Antonio Teixeira de Carvalho, de fazendas seca, gêneros de armazém, alguma mobília, e roupa, dois cavallos, algumas rezes e 3 escravos; e no dia 10 de agosto próximo futuro ás mesmas horas, em casa do respectivo juiz se hade arrematar uma morada de casas com cosinha e quintal, sita na rua das Flores, pertencente ao mesmo finado. (Sabbado, 22 de julho de 1854, anno 1, n. 17, p. 4)

MOBILIA, &c. &c. &c.

VENDE-SE uma mobília de jacarandá, quase nova, uma cama franceza com colchão e travesseiro, 6 castiças com mangas, 4 jarras para flores, 1 toucador, 1 aparelho de porcelana, e 1 de louça chneza para chá, meio dito de mesa e outros vários objectos. Vende-se também uma preta de 20 annos

idade, sadia, e que cosinha, lava e engomma. Para informações nesta typographia. (Sabbado, 9 de setembro de 1854, anno 1, n. 24, p. 4)

No jornal encontramos ainda anúncios em que se buscam escravos fugitivos. Estes possuem alguns pontos comuns: os detalhes da caracterização feita sobre o negro escravo; a referência a eles como “crioulos”; e a intenção do dono em pagar gratificação para quem apreender e entregá-los.

FUGIU de Bento Laurindo de Castro, morador no Asonguy, districto da Capella, curato de Vetuverava, um escravo de nome Benedicto, de idade 50 annos pouco mais ou menos, pardo claro, altura ordinária, fino de corpo, bem barbado, bom carpinteiro, tem o braço direito deslocado do hombro, e por isso um tanto mais secco do que o outro. Este escravo foi crioulo do fallecido capitão Joaquim Antonio Guimarães de Paranaguá; quem o apreender e entregar em Paranaguá, ou em Antonina ao sr. José Dias Barbosa, ou em Morretes ao sr. Manoel Ribeiro de Macedo, ou em Coritiba ao sr. Floriano Berlintes Casto, será bem gratificado, pois o anunciante não recua diante de qualquer das penas que estes senhores facão com o dito escravo. (Sabbado, 6 de maio de 1854. p. 5).

FUGIO á Ponciano José de Araujo, morador em Guarapuava, no dia 13 de fevereiro de 1852, o escravo de nome Sebastião, creoulo, cor fula, estatura regular, reforçado do corpo, barba serrada, falla grossa; suppõe-se que tenha mudado de nome por assim o ter feito uma vez que andou fugido. Desappareceu quando se dirigia a esta cidade com uma tropa abandonando-a no mato da Ferraria; e desconfia-se que ande para os lados do Assungui, Ribeira, ou Morretes. Quem o apprehender, ou delle der noticia n'esta typographia, ou ao sr. Cypriano da Silveira Brasil, em Guarapuava, será gratificado. (Sabbado, 23 de setembro de 1854, anno 1, n. 26 , p. 4)

A JOÃO Francisco fugiu no dia 15 do corrente um escravo crioulo, de nome Simão, fulo, alto, pés grandes, e calcanhares rachados, idade mais ou menos 24 annos; levou poncho de panno azul novo; toca viola, e gosta de fandangos: quem o trouxer, não sendo apadrinhado, á rua das Flores n. 14, receberá de gratificação 50\$000. (Sabbado, 21 de outubro de 1854, anno 1, n. 30, p. 4)

FUGIO a Antonio José Alves, residente na Villa de Antonina, um escravo de nome Antonio, estatura ordinária, olhos pequenos, corpo reforçado, cabelo corredio, pernas grossas e um pouco zaimbras, cor parda, pés esparramados; levo vestido camisa e calça de algodão grosso, e um embrulho com mais alguma roupa. Quem o apprehender e leval-o á referida villa, alem d'uma gratidão eterda, será bem recompensado; é official de pedreiro. (Sabbado, 25 de novembro de 1854, anno 1, n. 35, p. 4)

FUGIO da Villa de Antonina, e consta que está nesta cidade, um preto, crioulo, escravo do sr. Francisco Rodrigues, de nome Virissimo, alto, magro, pouca barba, nariz pequeno; quem o apprehender e levar ao sr. Antonio

Pinto Porto, rua da Carioca n. 4, será gratificado generosamente. (Sabbado, 30 de dezembro de 1854, anno 1, n. 40, p. 4)

A'Francisco de Paula Guimarães, de Curityba, fugio uma escrava creoula, com os seguintes signaes: bem preta, de estatura ordinária, cara redonda, olhos grandes, boa dentadura, e dentes aguçados, maviosa e affectada, mãos grandes como de homem que trabalha com machado, tem as munhecas grossas, e os dedos curtos, um pequeno signal como de queimadura sobre as costas, chama-se – Amancia. – A quem a trouxer, além de pagar-se as despesas, se dará uma gratificação. (Sabbado, 16 de setembro de 1854, anno 1, n. 25, p. 4)

Nos trechos anteriores verificamos o tratamento animalizado dado aos negros, em que se destacam: deficiências, sinais, magreza, altura, tamanho dos pés, das mãos, dos olhos e dos narizes. Em contrapartida, muitos desses detalhes citados têm como objetivo mostrar os aspectos que contribuem para que estes negros/escravos sejam mão de obra importante, logo precisam ser encontrados.

Outro fato interessante encontrado no jornal diz respeito ao Decreto n. 13 do Governo Geral, que determina algumas regras a serem seguidas na cidade em relação a certas atividades de lazer, como batuques ou fandangos e jogos. Verifica-se que as penas para quem não cumprisse a lei incluíam negros/escravos, o que demonstra a participação desses na formação do estado do Paraná, bem como a existência dessa raça em Curitiba.

PARTE OFICIAL.
GOVERNO GERAL
DECRETO N. 13 – de 4 de setembro de 1854.

[...]

Art. 4.º Ficão prohibidos os batuques ou fandangos, mesmo fora das povoações, sem previa licença da autoridade policial, que só a poderá conceder a pessoa de reconhecida probidade, e por ocasião de casamentos. O dono da casa que consentir a introdução de filhos famílias e escravos sem consentimento de seus Paes e senhores, soffrerá a multa de seis a dez mil réis; tornando se extensiva esta mesma pena nos que fizerem taes divertimentos sem a licença acima declarada.

Art. 5.º Todo aquelle que, em casa, ou em qualquer outro lugar der tabolagem para jogos de azar, com cartas ou dados, ou consentir ajuntamento de dia ou de noite, de pessoas de qualquer qualidade, principalmente de filhos famílias, criados, e escravos, quer disso receba lucro, quer não, será primeira vez advertido pelo fiscal para não continuar em tal abuso, e quando não abstenha-se, soffrerá, de cada vez que for convencido desse abuso, alem da multa de quatro a oito mil réis, a pena de quatro a oito dias de prisão.

Art. 6.º Os que forem encontrados em lugares occultos, ou nos subúrbios da povoação em acto de jogar, sendo pessoas livres e de maior idade, soffrerão as penas do artigo antecedente, e sendo filhos famílias ou escravos serão levados a seus superiores, para por elles serem corrigidos, e pela terceira vez soffrerão estes a pena de um a três dias de prisão.
(Sabbado, 7 de outubro de 1854, anno 1, n. 28, p. 1)

Portanto, ao contrário do que é relatado nas obras de Saint-Hilaire, Romário Martins e Wilson Martins, por meio dos anúncios e notícias do jornal *O Dezenove de Dezembro* podemos verificar a presença da população negra/escrava na história paranaense, bem como a sua importância para a formação social do Estado e de Curitiba, visto que eram mão de obra em diversos setores profissionais e contribuíram com suas expressões culturais.

2.4 A CONCEPÇÃO URBANÍSTICA EM PROL DO DISCURSO DO MOVIMENTO PARANISTA E DA MODERNIDADE

Esta seção pretende demonstrar, a partir de um panorama histórico do planejamento urbano brasileiro e curitibano, como o discurso fundador da identidade paranaense, por meio do discurso do Movimento Paranista, foi retomado na contemporaneidade, especialmente no governo de Jaime Lerner – político, arquiteto e urbanista, que foi prefeito de Curitiba por três vezes (1971–1975, 1979–1984 e 1989–1992) e governador do Paraná por duas vezes (1995–1999 e 1999–2003) –, de modo a forjar uma identidade socioambiental de modernidade, arrojo e funcionalidade para a capital do estado, Curitiba.

O surgimento da cidade de Curitiba está ligado ao desenvolvimento socioeconômico e político do Brasil no período colonial. “Foi a partir da exploração do ouro e de outros minerais que se formou, no início do século XVII, a primeira ‘vila’ no território onde hoje Curitiba está localizada” (MENEZES, 1996, p. 55). Por causa do esgotamento do ouro, muitos mineradores passaram a ser também agricultores, fazendo com que, em 1693, fosse oficializada a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

No século XVIII, ainda sendo parte da província de São Paulo, a vila entrou no ciclo do gado, passando a ser parte da rota dos tropeiros. Por causa dessa rota, muitos fazendeiros alugaram suas fazendas para a época das invernadas (período

de inverno em que o gado permanecia engordando) e foram para a vila, investindo lá em lojas, armazéns, casas de diversão, tudo com interesse nos tropeiros. Nesse contexto, no final do século XVIII, a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais passou a ser o principal núcleo urbano da região e o segundo núcleo urbano de toda a província de São Paulo. Esse progresso fez com que em 1842 a Vila fosse elevada à condição de cidade, chamando-se de Curitiba.

Até meados do século XIX, Curitiba ainda fazia parte do ciclo de gado, depois entrou no ciclo da agricultura, especificamente com a extração e a comercialização da erva-mate.

Em 1853 o Paraná teve sua emancipação política, deixando de ser província de São Paulo. Para que Curitiba se tornasse sua capital, era necessário que fosse uma cidade organizada. Segundo Menezes (1996, p. 57),

[...] Era preciso apresentar uma infra-estrutura que oferecesse condições para os novos serviços e as novas demandas inerentes à condição de capital de província. A elite emergente do comércio do gado e da erva-mate passava a introduzir na cidade novos hábitos de consumo e novas demandas sociais: escolas, teatros, clubes, áreas de lazer e outros.

Em 1855 Curitiba passou por uma crise de produtos alimentícios. Isso fez com que se criasse uma política imigratória com o objetivo de formar colônias agrícolas que suprissem a falta desses produtos. Foi nesse período que um grande contingente de imigrantes europeus se deslocou para o núcleo urbano de Curitiba – a maioria alemães, poloneses e italianos, depois ucranianos, franceses, ingleses, austríacos, entre outros. Segundo Menezes (1996, p. 58), “calcula-se que aproximadamente 30 mil imigrantes chegaram à Curitiba entre 1872 e 1900 e cerca de 27 mil entre 1900 e 1920”.

Com esse aumento da população, ocorreram transformações no cenário urbano de Curitiba, principalmente problemas de infraestrutura, segurança, educação, etc. Foi nesse contexto que se criou, em 1895, o primeiro Código de Posturas de Curitiba, que visava manter a ordem da cidade a partir de normas e de um padrão urbano que buscava um crescimento desejável.

A presença dos imigrantes europeus em Curitiba introduziu costumes e valores em várias áreas – artes, arquitetura, engenharia e, principalmente, agricultura. Assim, ao mesmo tempo em que os imigrantes mudaram o perfil sociocultural e econômico de Curitiba, a distinguindo de outras regiões do Brasil,

garantiram seus espaços na cidade, acabando com o *status* preconceituoso atribuído a eles: substitutos do escravo negro. Segundo Menezes (1996, p. 60),

A dificuldade de comunicação, em virtude da língua; o confronto étnico e religioso; a discriminação; a exploração de sua mão-de-obra; o abandono pelas autoridades locais; tudo isso contribuía para que entre cada grupo étnico de imigrantes se formasse uma forte consciência coletiva de solidariedade. [...]

No início do século XX, Curitiba passou por fortes modificações físicas urbanas e as novas elites começaram a se preocupar em usar as cidades para estabelecer seu *status*. Segundo Menezes (1996, p. 61), “desenvolvem para isso um verdadeiro culto de aparência exterior, buscando modificar o espaço da cidade, onde introduzem novos códigos e símbolos de distinção”.

Assim, temos a divisão da cidade em zonas, cada uma com uma função, de acordo com o nível social e econômico da população. Cabe destacar que o preço do aluguel passou a ser utilizado como estratégia de seleção da população, com intuito de afastar da zona central de Curitiba tudo que interferisse negativamente na estética e funcionalidade da cidade. É nesse contexto que temos a exclusão da população pobre e negra das áreas centrais para as áreas periféricas.

Em 1913, foi criada uma política de higienização da cidade, que tinha o intuito de controlar a vida da população por meio de regras e normas. Quem infringisse essas normas passava a ser considerado marginal. Assim, bêbados, doentes, mendigos, vadios, prostitutas – e porque não incluir nessa lista os negros e pobres –, incomodavam, enfejavam e ameaçavam a elite de Curitiba, conseqüentemente eram afastados das zonas centrais pelo poder público e passavam a viver no subúrbio.

Nas décadas de 1920 e 1930, devido à estagnação econômica que marcou Curitiba, não houve transformações físicas na cidade, somente foram realizados melhoramentos das obras já iniciadas. No entanto, no Brasil, as mudanças continuaram a acontecer nesse período.

Em 1920, duas correntes ideológicas imperavam no Brasil: 1) para que as cidades brasileiras alcançassem a modernidade, o país deveria ter ordem urbana e industrial, ser civilizado e cosmopolita; 2) o país deveria descobrir sua brasilidade. Segundo Lins (2000, p. 11),

Essas duas correntes surgiram como alternativa a hoje insustentável (porém muito influente na época) teoria raciológica, esta condenava o povo brasileiro à eterna miséria; sua inferioridade intelectual e moral era fruto da decadência racial originada com a mescla das três raças: duas inferiores (o índio e o negro) decompondo uma superior (o branco).

Ao mesmo tempo em que essas duas correntes tentavam substituir o discurso de que a miscigenação das raças (com o negro, o índio e o branco) inferiorizava e debilitava o povo brasileiro, elas traziam um discurso que valorizava o europeu: para se obter a modernidade o modelo a ser seguido era o da sociedade branca europeia, especificamente o da França. Assim, conseqüentemente, por a França ser vista como o ideal de civilização, se impôs à sociedade brasileira os mais variados comportamentos e costumes franceses.

Segundo Menezes (1996, p. 61), “ideias grandiloquentes de modernização, higienização e funcionalidade passaram a fazer parte do discurso e das ações dos prefeitos que se seguiram. A meta era a criação de uma cidade identificada funcional e esteticamente aos moldes europeus”, como Paris. A transformação do meio construído seria então a maneira de solucionar questões urbanas. Reformar a cidade significaria reformar a vida das pessoas.

É nesse contexto que temos a aproximação do conceito de organismo ao de meio urbano. “Tal como um organismo vivo, a cidade também estava sujeita a disfunções. Pressupunha-se, então, a necessidade de higienização e de eventuais ‘intervenções cirúrgicas’ sobre a cidade para reconduzi-la ao seu ‘funcionamento normal’ ” (MENEZES, 1996, p. 61).

Assim, buscou-se cuidar da saúde das cidades por meio de uma europeização mais coerente com a realidade social brasileira. Medidas sanitárias, ou higienistas, foram utilizadas com o intuito de embelezar, higienizar as regiões centrais – as áreas periféricas foram abandonadas.

Tendo em vista a realidade social em que o Brasil se encontrava (desigualdades que interferiam na paisagem urbana), engenheiros e arquitetos, aliados a intelectuais, passaram a buscar novos rumos para a modernidade, que valorizasse a nação. O interesse em se contratar um dos mentores do urbanismo mundial, o francês Alfred Agache, para um plano de embelezamento das cidades, contradizia o ideal de brasilidade. No entanto, a escolha de Agache era para que a civilidade francesa ficasse mais presente no dia a dia do Brasil.

Agache foi contratado em 1928 e, por mais que respeitasse a regionalidade brasileira, possuía um discurso europeu e fisiologista: seu plano buscava diagnosticar a cidade por meio de seu passado e presente para poder classificar sua “doença” (problema); realizar “cirurgia”, como a desobstrução das artérias (ruas); e, se necessário, receitar uma “dieta” para que os problemas fossem controlados. (LINS, 2000, p. 25).

O Plano Diretor apresentado por Agache estava de acordo com os interesses das elites, seguia uma vertente positivista, que visava à modernidade, e reservava à elite um local nesse processo de modernização, pois a via como um cérebro social. No entanto, o ideal de brasilidade não existia, o que se buscava era transformar o Brasil a partir do modelo de urbanização de Paris/Europa.

Além disso, essa proposta de modernidade urbana, iniciada no Rio de Janeiro, visava o futuro da nação. A proposta era “mudar o ambiente para mudar o comportamento das pessoas” (LINS, 2000, p. 33), visto que, por meio da mudança na estrutura das cidades, se esperava criar uma ordem social que exigisse da população a contribuição e o esforço para o sucesso do plano. Entretanto, muito desse conceito social proposto por Agache perdeu-se nos anos 1920. O que ficou foi a influência das culturas europeias, principalmente a francesa, muito presente no Brasil. Acreditava-se que quanto mais o Brasil se parecesse com a França, mais ele teria uma identidade própria e reconhecimento mundial.

Já na década de 1930, o Brasil teve sua estrutura econômica alterada, que refletiu na fisionomia das cidades. Com a Nova República (pós-30), criou-se a necessidade de se diferenciar de governos anteriores. A modernidade industrial passa a ser o ideal urbano, e com isso deixa-se de atender à elite pseudoeuropeizada e passa-se a atender às necessidades técnicas para o progresso e a modernização das cidades. Coube ao Estado criar condições para o desenvolvimento urbano.

O processo de industrialização fez com que um grande número de pessoas que morava no campo viesse morar na cidade. Assim, o Estado formulou políticas públicas para as camadas menos favorecidas a fim de dar-lhes melhores condições sociais. Segundo Menezes (1996, p. 29),

[...] admitiam-se certos direitos sociais, mas se negavam todos os direitos políticos. Ou seja, a noção de justiça social emergente naquele momento advinha não de um desejo de atender às reivindicações da luta operária, mas do anseio nacionalista por se constituir um país industrial, moderno e soberano – “sem desigualdades sociais”.

Nessa época era gritante a diferença de classes nas grandes cidades brasileiras, até mesmo em Curitiba. Desse modo, com intuito de corrigir as desigualdades sociais, foram criadas políticas especiais para as favelas e políticas habitacionais, todas com base em um discurso ideológico-populista de valorização dos trabalhadores urbanos. Também foi necessário pensar e relacionar os problemas sociais à estrutura das cidades, isto é, havia uma questão urbana a ser considerada nas políticas públicas.

É nesse contexto que, em 1939, com a vinda definitiva de Agache para o Brasil, suas ideias ganharam o país. Muito mais que apenas recuperar o desenvolvimento urbano do Brasil, o urbanismo vem para colocar cidades, como Curitiba, na nova ordem nacional, a industrialização, e destacar seu desenvolvimento. Acreditava-se que investir no urbanismo era investir no nacionalismo, logo demonstrar para a nação a presença de um governo atuante.

Nos anos de 1940, a transformação estética e funcional das cidades brasileiras buscavam bem mais que o desenvolvimento e modernização: buscavam mudar um país, reconstruir a identidade de uma nação, ou Estado, por meio de modificações na paisagem urbana.

Assim como o Movimento Paranista, nessa época arquitetos e urbanistas, bem como escritores, músicos, pintores, artistas, jornalistas, cineastas, etc., trabalhavam na criação e/ou recuperação de mitos e símbolos que despertassem o espírito nacionalista. Segundo Lins (2000, p. 9), “durante o Estado Novo (1937-1945) os intelectuais foram convocados para reeducar o povo; socializá-los a nível nacional e unificá-lo a nível internacional”. O intuito era apagar o legado colonial brasileiro (como, por exemplo, as sequelas deixadas pelos anos de escravidão e as limitações econômicas) por meio da modernização.

Preocupado com a identidade do paranaense, “durante todo o século XX o Paraná convocou cidadãos de todo Brasil e do mundo para povoar seu interior que se encontrava, até então, praticamente virgem” (LINS, 2000, p.142). Verifica-se que essa política de ocupação aumentou com a Revolução de 30 e com o Estado Novo, porém, em razão das pretensões nacionalistas do Vanguardismo, não foi possível

criar uma identidade que reunisse toda a população da época à um sentimento paranista. (LINS, 2000, p. 143).

Em 1943, 250 anos após a sua fundação, Curitiba ainda era uma cidade provinciana, ou seja, sem características definidas. Na época, Curitiba possuía uma forte presença de imigrantes (italianos, poloneses, ucranianos, alemães, etc.) e essa variedade étnica contribuía na composição das casas e construções públicas da capital. Segundo vistoria (diagnóstico) de Agache, baseada em sua metodologia de trabalho, que analisava o passado e o presente da cidade para determinar os passos para o futuro, Curitiba era um aglomerado de casas sem características distintas e sofria com congestionamento e falta de saneamento e de órgãos funcionais (edifícios). Somente após solucionar esses problemas, ela passaria a ter uma fisionomia de capital. Inicia-se então a aplicação do plano diretor de Agache em Curitiba.

Assim, as transformações urbanas, na maioria das vezes associadas aos efeitos estéticos e sanitários, que visavam à expulsão dos socialmente indesejáveis, passaram a ter, depois do plano de Agache, um papel unificador de socialização e do bem-estar em Curitiba – buscou-se a preservação de áreas verdes ao redor do núcleo urbano e a criação de parques; e foram realizadas medidas preventivas para controlar o surgimento de novos loteamentos, a fim de se evitar o aparecimento de favelas, vistas como enfermidade das cidades. Cabe destacar, ainda, que a execução do Plano Agache não ocorreu efetivamente, mas foi ele o responsável pela integração territorial entre diversos grupos étnicos de imigrantes.

Ainda segundo Lins (2000, p. 68), a pretensão do plano Agache “era fazer de Curitiba uma cidade com aparência de Capital, com um conjunto estético que cause admiração e respeito, que simbolize as qualidades do Estado e a grandeza do futuro paranaense, e por extensão o futuro nacional”. No entanto, esse embelezamento era aplicado somente nas regiões centrais; já nos bairros periféricos procurava-se ordenar/estruturar o espaço urbano para o desenvolvimento industrial e o progresso – planejamento urbano que pode ser visto em Curitiba atualmente: maior construção de parques, bosques e monumentos nas regiões centrais e concentração de polos industriais nas regiões periféricas e metropolitanas.

Para superar o estilo vinculado ao passado (eclétrico), começou-se a utilizar um estilo arquitetônico mais refinado, *Art-Déco*, que serviria para reeducar o povo para os padrões da nova ordem. O objetivo era que a beleza das cidades

despertasse o orgulho de ser cidadão brasileiro – ideia de que o ambiente transforma a sociedade. Segundo Lins (2000, p. 67) “a história ensinava que um ambiente decadente – como o das antigas cidades industriais do século XIX – gerava comportamentos moralmente repreensíveis”. Desse modo, recuperando o meio, recuperava-se a sociedade; embelezando as cidades, conquistava-se a população.

Entretanto, em 1953, esteticamente, optou-se para o Paraná uma arquitetura moderna. Bento Munhoz da Rocha Neto, o governador da época, patrocinou a construção de prédios públicos para comemoração dos 100 anos de emancipação política do Estado, que enterraram de vez a estética *Art-Déco* encontrada nos esboços do plano de Agache. Segundo Lins (2000, p. 107),

como promessa de um futuro glorioso para o Estado que comemorava seu primeiro centenário de emancipação política, uma série de obras modernas são projetadas e executadas, principalmente na capital, na tentativa definitiva de instituir a modernidade na ex-província e, acima de tudo, dar ao Paraná um motivo de orgulho forte o suficiente para amenizar antigas rugas entre capital e interior.

A construção dessas obras teve o intuito de criar uma imagem moderna que despertasse na população o orgulho de ser paranaense, buscava-se, assim, criar uma imagem que unisse o Estado em prol do futuro. Observa-se que o discurso de Bento Munhoz condiz com o discurso do Movimento Paranista, que buscou construir uma identidade regional em Curitiba em que ser paranista era amar e se identificar com o Paraná.

Segundo Lins (2000, p. 136),

O paranismo surgiu durante a Primeira República, num momento em que a descentralização do poder do federalismo não questionava a regionalização das identidades. Os Estados mais atuantes na política e na economia nacional pareciam ter mais força porque possuíam, internamente, uma certa homogeneidade. Assim o paulista era paulista, o carioca era carioca, o gaúcho era gaúcho e o paranaense... bem, o Paraná era ainda um estado novo...

Essa busca pela identidade, fez com que muitos frutos originais do Estado (pinhão, pinha, pinheiro) e elementos do folclore paranaense (gralha azul) fossem utilizados nas fachadas das casas, literatura, hinos, a fim de cativar o cidadão paranaense. Entretanto, o plano de definir uma identidade local para o Paraná não poderia seguir o modelo do começo do século, o tradicional, mas um que envolvesse

o Paraná Novo. Assim, o neo-paranismo, que ganhou novo fôlego com a redemocratização do Brasil, em 1945, passou então a buscar uma identidade urbana mais neutra e “(inter) nacional” (LINS, 2000, p. 137). Com isso, a arquitetura moderna ganhou espaço no Paraná, nos anos de 1950, simbolizando a funcionalidade e sendo ícone do progresso.

No entanto, a inserção da arquitetura moderna no Estado como símbolo da modernidade, na prática, não resolveu o problema de identidade, mas serviu para fazer a população acreditar no potencial da cidade e investir nela. Além disso, essa arquitetura “servia aos propósitos do Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (1950-1955) que via na sua internacionalidade (ou neutralidade estética) o elemento chave para amenizar os problemas locais do Paraná, mais precisamente sua desunião” (LINS, 2000, p. 141), devido aos vários grupos étnicos existente no Estado, principalmente os europeus. Munhoz esperava com essa nova arquitetura criar uma imagem que todos os paranaenses pudessem se espelhar. Assim, usou as obras vanguardistas da comemoração do centenário da emancipação política do Paraná como símbolo do futuro do Estado, a fim de concretizar essa ambição política, ou seja, esse governador, quando assumiu o Estado, em 1951, se preocupou em transformar os brasileiros que viviam no Paraná (a maioria imigrantes europeus) em paranaenses. Temos aqui o jogo de imagem entre o brasileiro e o paranaenses, criando a dicotomia em que ser paranaense não é ser brasileiro; bem como a criação da ilusão referencial – o paranaense seria aquele com características europeia.

Para essa política de cativação do povo, a “arquitetura moderna exerceu um importante papel psicológico. Ela foi eleita o ícone do progresso regional, um registro de uma nova sociedade e de uma nova era” (LINS, 2000, p.143). Cabe destacar aqui não somente o uso dessas mudanças no urbanismo e na arquitetura como instrumento ideológico do poder público, mas também o caráter psicológico dessas intervenções. Segundo Lins (2000, p. 143), é por meio da incitação do imaginário – fantasia e o irreal –, que encontramos a força destas mudanças de ideias.

Em 1962, o então prefeito, Ivo Arzua Pereira, teve a intenção de rever/reexaminar o Plano Agache, devido este estar desatualizado frente aos problemas que a cidade de Curitiba enfrentava. Foi nesse mesmo período que um grupo de jovens engenheiros-arquitetos, dentre eles Jaime Lerner, recém-chegado de estudos na França, começou a discutir a necessidade de um novo plano

urbanístico. Desse modo, esse grupo juntou-se aos técnicos da Prefeitura influenciando na mudança de planos: agora a ideia era criar um novo plano para Curitiba, um planejamento global. Segundo Menezes (2000, p. 78), “no lugar de um Plano Diretor pronto e acabado, optou-se em Curitiba por um ‘Plano Preliminar’ aberto, passível de revisões e aperfeiçoamentos”.

Nesse contexto, em 1964 foi realizado um concurso público para a elaboração desse plano urbanístico, cujo projeto vencedor foi da Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda. e Jorge Wilhelm Arquitetos Associados. Essa empresa paulista passou a participar, duas vezes ao mês, de reuniões com uma equipe da Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Appuc)⁸, da qual Jaime Lerner fazia parte. Em junho de 1965 esse Plano Preliminar foi concluído e passou a se chamar Plano Serete. Cabe dizer que o grupo em que Jaime Lerner participava foi decisivo para a formulação do Plano, pois os integrantes conheciam a cultura local (valores e tradições étnicas da população), característica importante para a realização de um planejamento urbano.

O Plano Serete tinha como objetivo integrar funções e serviços urbanos a partir de um tripé: transporte, sistema viário e meio ambiente. Nele havia proposta de incentivo ao crescimento linear da cidade por meio de eixos estruturais (vias), a expansão urbana ao longo desses eixos, bem como o destaque para os transportes coletivos, que passariam ao lado desses eixos. Nesse Plano

estavam, também, a preservação e revitalização dos setores histórico-tradicionais; a pedestrianização da área central; o controle do uso do solo urbano e a humanização da cidade – traduzida na ideia de tornar a cidade ‘equipada’, apta a oferecer todos os equipamentos urbanos necessários ao convívio da população, ao ‘encontro’ das pessoas” (MENEZES, 1996, p.80).

As diretrizes desse novo Plano foram produzidas tendo em vista estudos e pesquisas que incluíam, entre outros:

plano viário, leis de zoneamento, lei do uso do solo, planos de transporte de massa, planos de revitalização do setor histórico, política de habitação, política de preservação de bacias hidrográficas (fundos de vale), pré-diagnóstico da região metropolitana, sistema de educação. (MENEZES, 1996, p. 87).

⁸ Em 1965 a Appuc foi transformada em Ippuc – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

No entanto, somente a partir de 1970 que a execução do Plano Serete começou a acontecer, num contexto em que

a maioria das grandes cidades eram planejadas para favorecer os pedestres, mas suas ruas eram cada vez mais alargadas; no qual se planejava a prioridade do transporte coletivo sobre o individual, mas se aumentavam cada vez mais a construção de viadutos e a frota de veículos em circulação; no qual se planejava o controle da poluição urbana, mas era cada vez mais frequente a instalação de indústrias poluentes nos centros urbanos. (MENEZES, 1996, p. 176).

É importante dizer que, no início da década de 1970, Curitiba tinha duplicado a população, se comparada à década de 1950, e as transformações feitas por meio do Plano Agache já estavam obsoletas. De acordo com Menezes,

O índice de áreas verdes por habitante era de menos de 1 m². Enchentes e inundações na área central eram frequentes; 'loteamentos clandestinos' vinham crescendo a cada ano (em 1971 havia 21 áreas consideradas favelas); o sistema de transporte era precário e não atendia à demanda de passageiros; o sistema de saúde e o de educação encontravam-se defasados, tanto em relação aos recursos materiais quanto humanos; o lazer público era, praticamente, inexistente. Uma atmosfera cinza permeava a cidade, não só em decorrência do clima, mas também envolvendo o inconsciente coletivo da população. (1996, p. 91).

Em 1971, quando o prefeito eleito, Jaime Lerner, assumiu seu posto, o Plano Serete efetivamente foi executado. Nessa época, Curitiba ainda não tinha uma característica especial, o curitibano não tinha sua marca. Assim, apesar da crítica ideológica sobre a eficácia do planejamento do Plano Serete, ele foi de grande importância para a construção da identidade curitibana – objetivo iniciado pelo Movimento Paranista. Além disso, com o início de sua execução, Curitiba passou a chamar a atenção do poder central, sendo vista como exemplo e modelo de eficácia do planejamento urbano.

Na contramão do contexto histórico de urbanização da época, o Plano Serete tinha como prioridade o homem, a humanização da cidade. Assim, a partir desse momento, a concepção de cidade compartilhada foi institucionalizada e passou a fazer parte do ordenamento do espaço e do convívio coletivo da população. A estratégia de envolver, responsabilizar os habitantes tinha como objetivo mudar a mentalidade da população, fazê-la sentir parte da cidade.

A concepção de cidade passou a ser como cenário de encontro e como uma causa a ser partilhada. Segundo Menezes (1996, p. 177), esse cenário de encontro

devia possibilitar aos cidadãos uma identidade, um sentimento de pertencimento, de ser cidadão, conseqüentemente maior seria o interesse do paranaense e seu envolvimento nas ações criadas “pelos governantes locais para conservar e/ou melhorar a qualidade de vida da cidade”. Novamente temos aqui o discurso fundante do Movimento Paranista: amar o Paraná.

Para isso, acreditava-se ser necessário resgatar a memória histórico-cultural da cidade, a fim de que a população conhecesse seu processo de formação e se identificasse, sentisse pertencente e tivesse orgulho dos valores e das tradições culturais. Nesse resgate histórico, a contribuição do negro na formação e desenvolvimento da cidade não estava presente, somente os feitos dos imigrantes europeus.

O curitibano deveria aprender a valorizar as coisas de sua cidade: seus pontos de encontro, seus monumentos, suas conquistas, os marcos que definiram uma etapa de sua história, um estágio da vida urbana. A crença era que estabelecida a relação de *identidade*, os habitantes passariam a se sentir *pertencentes* à cidade e conseqüentemente passariam a apoiar e a partilhar com os governantes locais a execução das diretrizes do Plano Serete, ou seja, a organização do novo cenário de encontro. (MENEZES, 1996, p. 177).

O curitibano passou, então, a ser envolvido em campanhas e programas do governo para despertar a consciência ambiental. Criou-se uma nova cultura, em que a população de classe média – aquela em que os membros da sociedade detêm os seus meios de subsistência inserindo-se em um patamar intermediário social –, a maioria de raça branca, assumiu a cidade e envolveu-se na conservação da sua qualidade de vida. Segundo Menezes (1996, p. 178),

[...] Ao propor à população o papel de protagonista na determinação da qualidade de vida da cidade, criaram-se as condições para construção social de uma identidade local, de uma ‘curitibanidade’, evidenciada no modo de ser, viver e conceber a cidade que o curitibano hoje apresenta.

Além disso, a organização desse novo cenário da cidade também ocorreu por meio da reorientação do seu crescimento e pelo desenvolvimento urbano integrando: “o sistema viário, o transporte coletivo, o uso do solo, o lazer, a conservação do meio ambiente, a preservação da memória histórico-cultural, a instalação de indústrias, entre outros” (MENEZES, 1996, p. 179). Essa reorientação tinha como intuito controlar o crescimento das cidades no nível físico (para onde

crescerá e onde a população irá se concentrar), econômico (como e do que vão viver) e cultural (ambientes de lazer e a cultura da população). Isso implicou na divisão de classes e, conseqüentemente, na divisão racial.

Cabe lembrar que no início da década de 1970, as cidades passaram a ser vistas como parte importante do processo econômico. Assim, o intuito era planejar as cidades para a industrialização, sinônimo de desenvolvimento e modernidade. No entanto, com o processo de industrialização acelerou-se a concentração da população brasileira das cidades e a metropolização dos maiores centros, causando o aumento da desigualdade social e fazendo com que a população das regiões metropolitanas passasse a viver em condições subumanas (má habitação, desemprego, subemprego, falta de saneamento).

Sobre a periferização da cidade, isso ocorreu devido às novas tecnologias que surgiram no meio rural, que fez com que agricultores e boias-frias migrassem para os centros urbanos do Estado, e à construção de hidrelétricas, que fez com que milhares de pequenos agricultores saíssem de suas terras. Nesse sentido, durante a década de 1970, a Região Metropolitana de Curitiba teve um considerável crescimento, visto que muitos dos imigrantes não possuíam um poder aquisitivo compatível com o valor da moradia ofertado nas regiões centrais. Assim, essa população recém-chegada instalou-se em áreas sem infraestrutura, na periferia e nos municípios periféricos. Isso fez com que se formasse um mercado imobiliário nessas regiões metropolitanas, que, com valores baixos, buscava chamar a atenção dos imigrantes e de famílias de baixa renda, conseqüentemente da população negra, que na maioria é pobre. É importante dizer que em 1973 a região metropolitana foi institucionalizada e passou a ser vista como parte importante para o desenvolvimento urbano, pois permitia a distribuição equilibrada da população e dos recursos existentes – bem como a seleção e exclusão da população indesejada (negros e pobres) com vistas à construção da imagem positiva da capital.

Em relação à criação de parques públicos, estes tinham um motivo: ao mesmo tempo em que se constituíam em novos locais de lazer, em novos pontos de encontro dos habitantes, eram projetados para ser criados em fundos de vale com a finalidade de evitar a habitação nessas áreas, preservar as matas ciliares existentes e, através de seus lagos artificiais, regular a vazão dos rios em períodos de enchente. (MENEZES, 1996, p. 179). Temos aqui, novamente, um planejamento urbano com a intenção de selecionar a população em certas áreas da cidade.

Já a revitalização do setor histórico e a pedestrianização da área central da cidade, tinham a intenção de reciclar os espaços que no passado foram pontos de referências e de encontro e incentivar a população a se ‘identificar’ com a cidade.

Em 1979, em sua segunda gestão, Jaime Lerner teve como lema: “Curitiba para todos”. Assim, houve a preocupação com a preservação e conservação do ambiente e com a habitação. Também foi a partir dessa época que os movimentos populares reivindicatórios por melhores condições de vida ganharam visibilidade. Esses movimentos vinham das camadas periféricas e, além de buscar melhor qualidade de vida, colocavam em evidência a ideologia do Estado de privilegiar os interesses da grande capital e esquecer as regiões periféricas. Cabe destacar aqui que o lema de Lerner, ao mesmo tempo em que se mostra abrangente, também promove a exclusão, visto que é na mesma época que surgem os movimentos de resistência, demonstrando que Curitiba nunca foi para todos, mas para apenas uma parcela da população.

Em 1980, o processo de democracia se consolidou no país e um grupo de políticos com uma nova visão ideológica e urbanística de gestão chegou à Prefeitura.

O contexto de crise recessiva que abalava a economia nacional, aliado ao aumento da demanda por atendimento básicos por parte da nova população de imigrantes, fez com que fosse fortalecida a já decidida opção ideológica do grupo político vitorioso de direcionar suas ações de governo ao atendimento às reivindicações populares e ao estabelecimento de uma infra-estrutura urbana básica nas regiões periféricas. Partia-se do princípio de que os governos anteriores haviam sido elitistas, autoritários e tecnocratas, preocupando-se apenas com a área central da cidade. (MENEZES, 1996, p. 181).

Assim, a finalidade e o conceito de cidade agora era de *espaço de direitos*, ou seja, visava ao direito da população, do cidadão, e não de *cidade-máquina*, em que se buscava criar uma cidade visando seu funcionamento econômico e industrial, como uma máquina. Essa nova cidade seria, então, resultado do trabalho de toda a população, do coletivo. O planejamento deveria ser feito de acordo com o interesse do povo, não excluindo a população periférica do processo de desenvolvimento urbano da cidade. Portanto, na década de 1980, Curitiba passou a ter um novo perfil de desenvolvimento urbano.

No período pós-constituente, os recursos e decisões passaram a ser de responsabilidade do município, ou seja, estes deveriam promover programas e

políticas públicas visando à qualidade de vida das cidades. Também foi nessa época que se determinou constitucionalmente a obrigatoriedade do Plano Diretor para as cidades com mais de 20 mil habitantes.

Após a nova Constituição (1989-1992), cidades como Curitiba tiveram uma gestão voltada para preocupação ambiental. “Buscou-se adotar um novo estilo de desenvolvimento urbano, baseado em políticas que privilegiaram a qualidade de vida dos habitantes e incentivaram a tomada de consciência sobre os problemas relacionados com o meio ambiente” (MENEZES, 1996, p. 54).

Desse processo, político-ideológico e urbanístico, surgiu um novo perfil administrativo no período 1989-1992, que priorizava as demandas sociais básicas da população, o planejamento global da cidade (crescimento e qualidade de vida – transporte, saúde, habitação, educação e lazer). “Metaforicamente, é como se tivesse ocorrido a fundição entre a *cidade-máquina* e a *cidade como espaço de direitos*, resultando na *cidade ecológica* ou na ‘capital ecológica’” (MENEZES, 1996, p. 183). Nessa cidade ecológica o meio ambiente urbano passa a ser visto como integrante do cotidiano urbano, a ecologia torna-se, então, parte do conceito de desenvolvimento urbano, significando inovação, ou seja, busca-se o desenvolvimento/a modernização urbano(a) sustentável das cidades, visto que uma boa imagem ambiental proporciona um sentimento de segurança emocional.

No final da década de 1980 e início da década de 1990 teremos o debate internacional sobre os problemas socioambientais e a mudança de valores e de práticas relacionadas ao meio ambiente. Assim, na terceira gestão de Lerner (1989-1992), o que marcou foi não só a preocupação com as demandas sociais básicas da população, mas também o planejamento global da cidade para seu crescimento com qualidade de vida (transporte, saúde, habitação, educação, lazer). Por causa dessa última gestão e das ações de desenvolvimento realizadas nas últimas duas décadas que Curitiba virou referência mundial em gestão ambiental.

Em 1989 Jaime Lerner assumiu a prefeitura pela terceira vez. Com a “campanha dos 12 dias”, com forte apelo emocional, e com a imagem simbólica de um coração, em referência ao coração curitibano, entusiasmou a classe média de Curitiba. Segundo Menezes (1996, p. 152), “aqueles que amassem e se identificassem com Curitiba” deveriam votar no Jaime Lerner.

A intenção de Lerner nesse mandato foi, além de melhorar a qualidade de vida da população, modificar seus valores e práticas com relação ao meio ambiente.

Novamente a participação da população era importante para o sucesso dos programas urbanísticos e ambientais. O destaque nessa gestão foi, principalmente, para os programas ambientais e a criação da imagem de “capital ecológica”. Essa ideia deveria ser desejável à população para que todos ajudassem a acontecer.

Tal como na década de 1970, ao propor-se a ideia de Curitiba como “capital ecológica”, procurou-se criar no imaginário da população um sentido de ‘identificação’ com a cidade, um sentido de orgulho em “pertencer” à cidade de Curitiba. Com isso, cada habitante deveria se sentir partilhando com a Prefeitura a responsabilidade de melhorar a qualidade de vida da “sua” cidade, da cidade com a qual se “identifica” e sente orgulho em “pertencer”. (MENEZES, 1996, p. 154).

Novamente vemos aqui a importância da criação da identidade curitibana e da necessidade da população se identificar com a cidade (discurso do Movimento Paranista), pois só assim ela se tornaria parceira e participativa nas ações para seu planejamento.

Verifica-se que, para a criação do imaginário curitibano, a mídia foi muito importante, pois reproduziu um repertório de imagens simbólicas – “cidade brasileira com melhor qualidade de vida”, “cidade do futuro”, “cidade-modelo” – a fim de destacar nacional e internacionalmente a cidade e fazer com que o curitibano se orgulhasse de Curitiba. Além disso, para essa identificação, a população das favelas também foi lembrada – para que ela se sentisse parte da cidade, foram criadas algumas ações, principalmente relacionadas à preservação ambiental. Assim, podemos dizer que houve uma política inclusiva: a população da favela, sempre excluída, foi inserida no processo de construção do imaginário urbano inscrito na FD do Movimento Paranista.

Foi também nessa terceira gestão de Lerner que foi criada a lei ambiental n. 7.447/1990, que determinava, em um dos artigos, “estímulo cultural à adoção de hábitos, costumes, posturas e práticas sociais e econômicas não prejudiciais ao meio ambiente”. Essa lei ficou vigente até o final de 1991. Em dezembro, Lerner sancionou a nova lei do meio ambiente, a Lei n. 7.833/1991, que revogava a anterior. Nessa nova lei foi assegurada a criação de novos bosques e parques públicos. É nesse momento que temos a criação de vários parques, monumentos e bosques em homenagem aos imigrantes europeus. E foi nesse contexto que Curitiba foi eleita como a cidade que melhor integrou o desenvolvimento urbano e o meio ambiente.

Esse destaque obtido pode ser encontrado em alguns dos principais periódicos internacionais, responsáveis pela opinião pública mundial, depois da pré-conferência Rio-92. A partir desse evento, jornalistas e estudiosos começaram a dar ênfase às ações que Curitiba estava desenvolvendo em busca de um desenvolvimento ambiental sustentável. Segundo Menezes (1996, p. 16), "tanto jornalistas como estudiosos passaram a conceber Curitiba como uma 'cidade diferente' das demais cidades brasileiras, cujo padrão de desenvolvimento urbano deveria ser seguido não só pelas cidades do hemisfério Sul, mas também pelas cidades do hemisfério Norte."

Dentre os jornais que deram destaque à Curitiba no ano de 1991 estão: o jornal *The Gazette*, de Montreal, mês de agosto, que afirmava que "no Brasil cicatrizado por favelas, uma cidade mostra o caminho pelo meio ambiente"; o jornal *The Financial Times*, de Londres, de 30 de agosto, que considerava Curitiba vanguarda por estar lutando contra a poluição; a revista *Newsweek*, dos EUA, de 14 de outubro, que dizia que Curitiba era uma cidade brasileira que funcionava, sendo "um modelo de modéstia para o Terceiro Mundo"; já a edição da mesma revista no Japão, de 31 de outubro, afirmava que Curitiba sabia transformar sem plano exagerado. Na revista *Time*, de 14 de outubro, Curitiba era comparada a uma cidade da Suíça ou Suécia e não com uma cidade sul-americana; a revista portuguesa *Expresso*, de 30 de novembro, afirmava que Curitiba é "o Primeiro Mundo Brasileiro", tendo destaque por ser a cidade que mais faz pelos seus cidadãos; o jornal francês *Le Monde*, de 26 de dezembro, dizia que Curitiba oferecia outra imagem do Brasil (aqui entende-se: uma imagem parecida com o modelo europeu imposto/desejado). (MENEZES, 1996, p. 16-17).

Já no ano de 1992, quando foi realizada, no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), novamente foi dado destaque à Curitiba em outros periódicos internacionais: o jornal holandês *De Volkskrant*, de 15 fevereiro, afirmava que "Jaime Lerner, com sua 'fábrica de ideias', transforma megalópole brasileira Curitiba em modelo para o Terceiro Mundo"; o jornal suíço *Le Nouveau Quotidien*, de 11 de abril, afirmava que Curitiba dava uma lição de urbanismo no mundo; o *Journal de Geneve et Gazette de Loussane*, de 1º de junho, dizia que Curitiba era exemplo de desenvolvimento durável; a *Asharq Al Awsat Magazine*, da Arábia Saudita, do mês de junho, afirmava que Curitiba era um ponto a favor do Brasil na Rio-92. (MENEZES, 1996, p.16-17).

Além das notícias dos jornalistas sobre a cidade de Curitiba, é possível encontrar, também em 1992, comentários de autoridades e estudiosos ligados à questão ambiental. Dentre esses comentários estão o do dirigente do Setor de Desenvolvimento Urbano do Banco Mundial, Michael Cohen, para o jornal *Wall Street*, de 10 de janeiro, que dizia que Curitiba é um modelo para cidades de Primeiro Mundo e não para o Terceiro (aqui se entende que os outros estados brasileiros não viam Curitiba como modelo, não seguiam o modelo das cidades de Primeiro Mundo); o do dirigente do Departamento de Proteção do Meio Ambiente de Nova York, Albert F. Appleton, para o jornal *Wall Street*, de 10 de janeiro, que em sua avaliação disse que “se existe uma cidade-modelo para o futuro, ela fará o que Curitiba está fazendo”; o do professor de planejamento urbano e regional da Universidade de Berkeley e consultor de planejamento para a cidade de São Francisco, Alan Jacobs, que constatou que Curitiba tinha o melhor programa de planejamento e desenvolvimento do mundo; e do diretor do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo da École Pratique des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris, Ignacy Sachs, que disse que em Curitiba a imaginação estava a serviço do desenvolvimento urbano e da ecologia, e que nela se tinha muito para ver e aprender. (MENEZES, 1996, p. 17-18).

Segundo Menezes (1996, p. 18), “essa imagem de ‘cidade diferente’, disseminada internacionalmente, também foi reproduzida internamente. Por intermédio de reportagens e ensaios de caráter opinativo, periódicos nacionais de diversos níveis preocuparam-se em explicar as razões ‘dessa diferença’”. E, assim, Curitiba passa a se destacar no Brasil como “cidade modelo”, “capital ecológica”, “cidade de primeiro mundo”.

O que podemos concluir com esse contexto histórico do planejamento urbano é que o discurso fundador, por meio do Movimento Paranista, foi atualizado durante todo o planejamento urbano de Curitiba. Os processos de higienização, embelezamento, sentimento de pertença, identificação, ambientalismo, destaque nacional e internacional, ajudaram na concepção urbanística que encontramos atualmente, em que negros e pobres estão nas regiões periféricas e imigrantes europeus são valorizados e destacados histórico e culturalmente. Assim, a memória do Movimento Paranista pode ser encontrada no planejamento urbano de Curitiba: a identidade da cidade ainda é aquela em que o paranaense ideal é o parecido com o

européu, em que os valores e as tradições são aqueles parecidos com os europeus, em que os espaços urbanos são os que lembram e comemoram o europeu.

2.4.1 A construção ideológica publicitária de modernidade em Curitiba

Como visto, houve uma tentativa, por parte da elite, de modernizar e europeizar o Brasil e, consequentemente, Curitiba-PR. Essa escolha pelo modelo europeu ocorreu devido às várias capitais da Europa, a partir da metade do século XIX, já terem implantado novos projetos urbanísticos, sendo referências de modernidade e urbanização.

Esse processo de urbanização no cenário europeu iniciou durante a primeira fase da Revolução Industrial, que vai até a metade do século XIX. Na época, os países que começaram a se configurar de uma maneira mais próxima com a qual conhecemos hoje, foi a Inglaterra e Suécia. Já na segunda fase da Revolução Industrial, Paris, após intervenções de Haussmann⁹, tornou-se o centro industrial do país e a França passou a ter maior destaque mundial, tendo prestígio no mundo todo, cultural, ideológico e urbanisticamente.

É nesse contexto que a França passa a ser vista como um modelo a ser seguido pelo Brasil no século XX – início do processo de industrialização brasileiro -, bem como para outros países da América Latina, como a Argentina. É assim também que a ideia de "superioridade" da Europa passa a ser propagada em todo o país.

Portanto, foi essa influência europeia que interferiu no planejamento urbano de Curitiba. Desde a emancipação do Paraná, verificou-se certo contraste no Estado, e na capital, que para a elite e políticos representava atraso. Assim, era necessária uma ação urbanística sobre a cidade para solucionar esse problema – que consistia desde problemas de circulação e saneamento, até hábitos sociais (como as religiões afro-brasileiras e práticas como o curandeirismo e a feitiçaria) e questões étnicas (população negra/escrava). Cabe destacar aqui, que para os países da Europa a presença de negro/escravo era sinônimo de atraso. Por serem

⁹ Georges-Eugène Haussmann, conhecido como Barão Haussmann, foi prefeito do departamento do Sena, em 1853, nomeado por Napoleão III. Durante o período de mandato foi responsável pela reforma urbana de Paris, tornando-se muito conhecido na história do urbanismo e das cidades.

mais desenvolvidos na época, eles foram os primeiros a abolirem a escravidão. Além disso, com o surgimento do liberalismo na Europa a escravatura foi considerada pouco produtiva e moralmente incorreta.

Como ocorrido em outros países, o planejamento de Curitiba-PR também foi direcionado pelos interesses da burguesia, consequentemente os planos urbanos imprimiram à cidade a aparência política da segregação entre ricos e pobres / brancos e negros. O intuito do planejamento urbano desde o início foi o de ordenar o espaço urbano e seus habitantes, ou seja, ordenar o que estava fora do lugar.

Essa ideia de organização proposta pela elite e pelos políticos teria, assim, o intuito de forjar o imaginário urbano. Como visto, em Curitiba, essa idealização ocorreu por meio das várias políticas de planejamento urbano: o Código de Posturas de Curitiba (1895), que buscava manter a ordem da cidade por meio de normas e padrões urbanos; a política de higienização (1913), que tinha o objetivo de cuidar da “saúde” da cidade, higienizar/embelezar as regiões centrais e controlar a vida da população por meio de regras e normas; o Plano Diretor Agache, que visava à modernidade e à civilidade francesa; o Movimento Paranista, que buscava reconstruir/criar uma identidade ao Estado, apagando o legado colonial escravagista; e o Plano Serete, que com a concepção de cidade compartilhada, buscou ordenar o espaço e o convívio da população. Todos esses difundiam o discurso fundador que valorizava o modelo europeu.

Nesse sentido, devemos considerar as cidades como um espaço simbólico, que está sobredeterminada pelo imaginário urbano. Segundo Barbosa Filho (2011, p. 2), a cidade é da ordem do real e é “compreendida não só como projeção de uma formação social no espaço, mas enquanto projeção dos processos históricos no/do espaço”; e o urbano é da ordem do imaginário, “que sobredetermina esse espaço, criando categorias, representações, limites, configurações e delimitações simbólicas”. Portanto, a organização (urbano) é que estabiliza os sentidos e controla/ordena o real (cidade), ou seja, no nosso caso, é o discurso fundador que estabilizou e controlou Curitiba tornando-a uma “cidade europeia”.

A cidade de Curitiba (espaço urbano) é sobrecarregada de sentidos atravessados pelo social, histórico e político. Alguns desses sentidos, como aqueles usados para criar sua identidade, são normalizadores, pois impedem a visão dos problemas urbanos e sociais, e uniformizadores da população como sujeitos ideais. Podemos dizer, então, que a imagem que o sujeito tem de Curitiba é atravessada

pelo discurso urbanista que se apoia no discurso fundador paranaense. Assim, o imaginário criado para Curitiba não é o que esconde o negro/escravo, mas aquele que evidencia o europeu. É o imaginário funcionando como real.

Segundo Orlandi (1998a, p. 5),

[...] As condições materiais concretas da cidade antes de serem trabalhadas já são evitadas pelo planejamento, pela administração. Os seus sentidos são domesticados por um gesto de interpretação urban(izad)o. Evitam-se os conflitos, silencia-se o que demanda sentido e evitam-se as transformações.

Desde o início do século XX a elite curitibana buscou modificar a aparência do espaço da cidade, instaurando sentidos através da urbanização. Para isso, por meio de planejamentos e da administração, criaram-se meios de excluir a população pobre e negra das regiões centrais, visto que interferia na estética e funcionalidade da cidade. Por conseguinte, evitaram-se conflitos étnicos, apagaram-se as desigualdades sociais e raciais existentes e evitaram-se transformações, como a visibilidade do negro. Assim, a organização do urbano impede “o trabalho de novas (e reais) necessidades da sociedade, isto é, de uma nova ordem social (já latente)” (ORLANDI, 1999, p. 17).

Verifica-se que a busca pela identidade paranaense tinha como foco o progresso e a modernidade, e, para isso, a cidade devia ser funcional e esteticamente igual à Europa. Segundo Orlandi (1999, p. 17), “do ponto de vista (do) urbano os espaços da cidade não são “vazios”, são projetos, são já destinados”. Curitiba é um desses casos em que o urbano se sobrepõe ao real; em que o discurso fundador paranaense instaura seu sentido na capital.

Sobre esses sentidos normalizadores presentes na organização da cidade, cabe dizer que eles são sedimentados não só pelo Estado e pelas próprias intervenções urbanas, mas também pela mídia, como os *slogans* criados para Curitiba, que contribuíram e muito para a fixação do discurso fundador paranaense.

Os *slogans* são considerados “enunciados destacados” / enunciados aforizantes, assim como máximas, provérbios, adágios. Seu destaque, segundo Maingueneau (2010, p. 10), é considerado constitutivo, visto que “por natureza não possuem contexto situacional nem cotexto original”, sendo independentes de um texto particular.

Os *slogans* instituem uma cena de fala onde não há interação entre dois protagonistas num mesmo plano, isto é, não há um sujeito particular, mas um locutor que possui autoridade “porque põe em cena, na sua fala, uma instância enunciativa denominada hiperenunciador, com que o enunciador mostra estar de acordo” (BARONAS, 2013, p. 87).

Segundo Maingueneau (2008, p. 109), o hiperenunciador seria uma instância que garante a unidade e a validade dos enunciados e confirma os membros da comunidade em sua identidade. Assim, os *slogans* implicam um lugar de um hiperenunciador, ou seja, de um sujeito universal. Esse hiperenunciador seria de uma instância responsável pela memória. No caso de Curitiba, podemos dizer que o hiperenunciador seria o discurso fundador paranaense instaurado no discurso do Movimento Paranista.

Ainda segundo Maingueneau (2010, p. 14), “a enunciação aforizante implica a utopia de uma fala viva sempre disponível, que atualiza o ‘memorável’: enunciando e mostrando que enuncia, ela se dá como parte de uma repetição constitutiva”. É nesse sentido que *slogans* como: “Curitiba, cidade modelo”, “Curitiba, cidade sorriso”, “Curitiba, capital ecológica” e “Curitiba, cidade primeiro mundo” permitem a atualização do discurso fundador paranaense, visto que por meio da repetição constitutiva do discurso desses *slogans* é atualizado o memorável, que institui como modelo a ser seguida cidades da Europa, como a França.

Portanto, os *slogans* tende a se cristalizar por meio do repetível, que ocorre através de “um lugar de participação (cartaz, panfleto, o mesmo *slogan* em diferentes suportes)”; ou “por aqueles que lhe dão destaque” (MAINGUENEAU, 2008, p. 104). Por exemplo, a imagem de Curitiba se cristalizou por meio da divulgação dos *slogans* na mídia e pela propaganda do prefeito Jaime Lerner, isto é, por meio de um lugar e de um enunciador.

Além disso, os *slogans* implicam um *ethos* apropriado. Esse *ethos* constitui na construção de uma imagem na cena a ele relacionada, ou seja, constrói-se uma identidade de acordo com o mundo, a cena, criada. No caso de Curitiba, por meio dos *slogans* criou-se a imagem/identidade de uma cidade de primeiro mundo e europeia, diferente das outras cidades brasileiras. Nesse contexto criado, o negro não teve lugar, visto que sua presença descaracteriza a cidade e a diferencia do modelo ideal europeu.

Assim, o que se verifica é que os *slogans* sobre Curitiba reverberam o discurso fundador paranaense, que, ainda hoje, constitui a memória discursiva do curitibano, tornando possível circular a formação discursiva do Movimento Paranista, que construiu e naturalizou discursos que silenciam/invisibilizam o negro. Por exemplo, como mencionado no texto, em 1979, na segunda gestão de Jaime Lerner, temos o *slogan* “Curitiba para todos”, que foi criado com a preocupação de preservar e conservar o ambiente e a habitação da cidade. No entanto, o pronome “todos” não englobava toda a população, havia uma exclusão, tanto que foi nessa época que apareceram os movimentos populares das camadas periféricas.

Em 1989, na terceira gestão de Lerner, temos os *slogans* “Cidade ecológica”, “Capital ecológica”, que tinham o intuito de criar na população o sentimento de orgulho de fazer parte da cidade e de motivar a população a melhorar a qualidade de vida de Curitiba. Neste caso, é possível perceber a causa coletiva dos *slogans*, visto que eles são dotados de uma memória compartilhada que busca unir a população em uma causa comum – no nosso caso, a europeização da capital.

É também nessa época (1989) que a mídia ajudou, com imagens simbólicas, a destacar nacionalmente Curitiba. Temos, então, os *slogans* “cidade brasileira com melhor qualidade de vida”, “cidade do futuro”, “cidade-modelo”, todos a fim de diferenciar Curitiba do resto dos estados brasileiros, ou seja, Curitiba não é igual ao Brasil, é diferente, é melhor, passa a ser a nova Europa/França a ser seguida.

Como também visto no texto, é a partir de 1991, por causa da conferência Rio-42, que Curitiba se destaca na mídia internacional como a “cidade brasileira que deu certo”, “cidade de primeiro mundo brasileira”, “cidade modelo para o Terceiro Mundo”. Observa-se, aqui, que em nenhum momento os países estrangeiros compararam Curitiba a seus países, mas sim a diferenciaram dos outros estados brasileiros, ou seja, ela é modelo para o Brasil e não para a Europa. Estes *slogans* pretenderam fixar a imagem de Curitiba e de sua população em determinados campos de sentidos, aqueles relacionados aos países de primeiro mundo, considerados modelo – a Europa, no nosso caso, visto que a maioria da população curitibana é de imigrante europeu.

Assim, observa-se que os ideais do Movimento Paranista foram materializados no planejamento urbano de Curitiba, tanto físico como simbólico. E foi o *marketing* que possibilitou criar e fixar no imaginário da maioria da população (paranaense, nacional e internacional) a realidade criada para a capital.

No caso brasileiro, a “cidade mercadoria”, a cidade paraíso, a cidade perfeição do marketing urbano, que freqüenta os noticiários dos grandes jornais televisivos é a cidade de Curitiba: vendida ao resto do País, à América Latina e ao Mundo como a grande experiência urbana que deu certo no Terceiro Mundo. (LIMA, 2000,¹⁰ *apud* ALMEIDA, 2006, p. 32)

Quando consideramos Curitiba como o discurso que se produz sobre ela, resistimos em vê-la como ela realmente é, e a aceitamos como ela nos é “vendida”, ou seja, acreditamos que é uma capital com características europeias que não teve na sua história a presença de escravos e não tem no seu presente negros.

Assim, verifica-se que o sucesso da concepção urbanística de Curitiba tem a ver tanto com o planejamento urbano criado para cidade quanto com os *slogans* divulgados. Foram esses mecanismos discursivos que fixaram o discurso do Movimento Paranista na/da cidade.

A imagem que a população tem de Curitiba já vem atravessada pelo discurso do urbano, que é baseado no discurso fundador; logo é essa imagem atravessada pelo imaginário urbano que apaga, silencia, não deixa ver os outros sentidos, aqueles da ordem do real – no caso de Curitiba, a presença do negro na formação e conformação da capital paranaense.

¹⁰ LIMA, Rogério. Mapas textuais do imaginário fragmentado da cidade. In: LIMA, Rogério; FERNANDES, Ronaldo Costa (Orgs.). *O imaginário da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 14.

3 A PERSPECTIVA DISCURSIVA – MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E SILÊNCIO¹¹

Nesse capítulo, iremos abordar as concepções teóricas da Análise do Discurso relacionadas ao tema dessa pesquisa: o silenciamento sobre a presença negra na cidade de Curitiba.

Como já é amplamente conhecida, a Análise do Discurso surgiu nos anos de 1960 e tem como objeto de estudo o “discurso”. Este perpassa a linguagem e está relacionado às condições de produção dos enunciados, é um fenômeno de manifestação espaço-temporal de um sentido social e histórico, onde encontramos as marcas do sujeito.

Um dos principais precursores da Escola Francesa de Análise do Discurso (doravante AD), Michel Pêcheux, provocou uma ruptura epistemológica no campo ideológico das Ciências Sociais, por meio da teoria do discurso (AD) e da Análise Automática do Discurso (AAD), ao criar uma intervenção teórica e construir um dispositivo experimental que procurou explicitar o processamento discursivo.

Segundo Gadet e Hak *et al.* (1997, p. 25), há duas razões para essa ruptura: a relação oculta/implícita entre a prática política e as Ciências Sociais; e a ligação entre a prática política e o discurso. Pêcheux

recusa completamente a concepção da linguagem que a reduz a um instrumento de comunicação de significações que existiriam e poderiam ser definidas independentemente da linguagem, isto é, “informações”. Esta teoria ou concepção da linguagem é, para ele, uma ideologia cuja função nas “ciências humanas e sociais” (onde ela é dominante) é justamente mascarar sua ligação com a prática política, obscurecer esta ligação e, ao mesmo tempo, colocar estas ciências no prolongamento das ciências naturais. (...) É claro que a coerção pode existir e existe sempre em um sentido. É claro, por exemplo, que qualquer um pode se ver obrigado a tomar um lugar definido em um sistema de trabalho, mas esse lugar não é um lugar no sistema de produção. (*apud* GADET; HAK *et al.*, 1997, p. 25-26).

Assim, é tentando romper com essa concepção de linguagem, entendida apenas como instrumento de comunicação, que Pêcheux propõe o trabalho com o discurso, teórica, conceitual e empiricamente.

A Análise Automática do Discurso (AAD) proposta por Pêcheux (1975) residia na articulação entre três áreas do conhecimento:

¹¹ As noções aqui apresentadas serão utilizadas no momento da análise dos discursos.

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria da ideologia;
2. a linguística como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (PÊCHEUX *apud* GADET; HAK *et al.*, 1997, p. 163-64).

Já a teoria do discurso (denominada Análise do Discurso), uma das áreas do conhecimento integrante da AAD, se constitui no entremeio de três domínios disciplinares: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Segundo Orlandi (2005, p. 20), a Análise do Discurso (AD):

[...] Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca pela Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Assim, o que a AD faz é trabalhar com um novo recorte dessas disciplinas, rompendo com o que estava sendo pesquisado no século XIX, visto que seu objeto de estudo passa a se constituir no discurso.

Ainda segundo Orlandi (2005, p. 19), i) por meio da Linguística busca-se mostrar a não transparência da linguagem – que a relação linguagem/mente/mundo não é unívoca; ii) pelo Marxismo temos o legado do materialismo histórico, em que se trabalha a forma material, que é a forma encarnada na história para produzir sentidos (forma linguístico-histórica); iii) e por meio da Psicanálise temos o deslocamento da noção de homem para a de sujeito, que se constitui na relação com o simbólico na história. Portanto, o sujeito da AD é afetado pela língua, pelo social e pela mente.

Essa ruptura apresentada por Pêcheux tinha como preocupação inicial mostrar a relação entre o discurso e a prática política, ligação esta que passa pela ideologia. Para Pêcheux (*apud* GADET, HAK, *et al.*, 1997 p. 24), “o instrumento da prática política é o *discurso*”, ou seja, “a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social”. Assim, é tomando como base o conceito de ideologia de Althusser, que Pêcheux introduz o sujeito enquanto efeito ideológico. Para Pêcheux (*apud* GADET, HAK, *et al.*, 1997), qualquer pessoa é interpelada a ocupar um lugar determinado na prática discursiva.

Portanto, não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. Temos, assim, uma relação entre língua-discurso-ideologia, em que a materialidade específica da ideologia é o discurso, e a materialidade do discurso é a língua. Desse modo, a língua só produz sentido por causa da ideologia; e é por meio da análise do discurso que é possível observar essa relação entre língua e ideologia, ou seja, é a partir da AD que podemos verificar como a língua produz sentido pelos/para os sujeitos.

O discurso está totalmente relacionado às posições ideológicas, e essas são organizadas com ideias, valores, normas ou regras que estabelecem o que e como a sociedade deve pensar, o que e como deve fazer, funcionando por meio de formações imaginárias. Segundo Foucault (2008, p. 43), há enunciados que possuem semelhante sistema de dispersão e outros em que os conceitos, as escolhas temáticas possuem regularidades (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos e transformações), estes são denominados de Formações Discursivas.

Como já é de ampla difusão, a noção de Formação Discursiva (FD) é consolidada pela AD a partir de Michael Foucault. Pêcheux atualiza essa noção a partir de Foucault e Spinoza, no texto *Remontemos de Foucault a Spinoza*, de 1977, apontando para o fato de que a sociedade tem regramentos - é também nesse texto que Pêcheux submete a noção de FD ao conceito de Formação Ideológica e à noção de contradição. Segundo Pêcheux (1997, p. 160, grifo do autor), a FD é "aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classe, determina o *que pode e deve ser dito*".

Ainda segundo esse autor (1997, p. 163) "a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)". Essa interpelação ocorre por meio de desdobramentos do sujeito em locutor (sujeito da enunciação) e em Sujeito universal. O sujeito enunciador seria aquele responsável pelo dizer, pelo conteúdo enunciado; e o Sujeito universal seria a forma-sujeito, relacionado ao interdiscurso, ou seja, aos sentidos mobilizados pelos sujeitos de acordo com suas filiações.

Cabe dizer que esses desdobramentos podem assumir diferentes modalidades discursivas, sendo duas delas importantes: a superposição do sujeito da enunciação pelo Sujeito universal, em que "o interdiscurso determina a formação

discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos 'em plena liberdade'" (Pecheux, 1997, p. 215); e a contra-identificação, em que o sujeito da enunciação se volta contra o Sujeito universal por meio de tomada de posição (questionamento, dúvida, revolta, etc.).

No caso de Curitiba, verifica-se que a interpelação da FD do Movimento Paranista, que valoriza o imigrante e invisibiliza o negro, pela população curitibana, se dá pelo discurso do bom sujeito, em que a superposição é consentida, não questionada. Observa-se que existem poucos maus sujeitos enunciator que se volta contra o Sujeito universal da ideologia, contra-identificando-se com a FD paranaense, que silencia e apaga o negro.

Essa identificação do sujeito com a FD se apoia em dois elementos do interdiscurso: os pré-construídos, que seriam o "sempre-já-aí", "sempre-já-lá", ou seja, os sentidos já existentes, universais de cada FD; e a articulação, que é a relação do sujeito com o sentido, sua sustentação, que determina a dominação da forma-sujeito (Sujeito universal).

São as FDs que delimitam o interdiscurso com enunciados possíveis e define um território como sendo de seu Outro, criando, assim, a noção de contradição discursiva – que não seria a oposição entre duas forças, uma contra a outra, mas a contradição no sentido de cada força utilizar a seu favor a mesma ideia. Assim, a posição de sujeito ocorre sempre na relação entre o sujeito enunciator e o sujeito de uma dada FD, isto é, entre o eu e o sujeito discursivo (Sujeito universal).

Pecheux remete também às concepções althusserianas de aparelhos ideológicos de Estado (instituições de poder), que colocam em jogo a separação de classes, causando realidades contraditórias e posições antagônicas. São essas forças confrontadas (luta de classes) por pensamentos diferentes (atitudes e representações que não são nem individuais nem universais) que os autores chamam de Formação Ideológica (FI).

Verifica-se que essas condições contraditórias são construídas em um momento histórico dado e para uma situação social dada pelos aparelhos ideológicos de Estado que a FD comporta, isto é, as FDs são componentes das Formações Ideológicas (FIs). Portanto, segundo Henry (1975, p. 94 *apud* COURTINE, 2009, p. 32), todo discurso é "duplamente determinado, de um lado, por formações ideológicas que remetem esse discurso a formações discursivas

definidas, de outro, pela autonomia relativa da língua”. No entanto, não é possível saber o que é de domínio de uma ou de outra determinação. Somente essa relação entre o linguístico com o ideológico que pode

autorizar a relevância das relações de contradição, antagonismo, aliança, absorção... entre formações discursivas que pertençam a formações ideológicas diferentes e dar conta, assim, do fato de que, em uma determinada conjuntura da história de uma formação social, caracterizada por um determinado estado das relações sociais, “sujeitos falantes”, tomados na história, possam concordar ou discordar sobre o sentido dado às palavras, falar diferentemente, falando exatamente a mesma língua. (COURTINE, 2009, p. 33).

Ainda segundo Courtine (2009, p. 72-73), são três os aspectos que articulam a relação das FIs com as FDs. O primeiro diz respeito ao fato de as FDs serem componentes interligados às FIs. Observa-se que as FDs que constituem a mesma FI podem ser distinguidas uma das outras por causa das FIs antagônicas que mantêm entre si relações contraditórias, ou seja, por causa do “eu” e do “Outro” que coexistem em uma determinada FD. O segundo aspecto é que cada FI comporta uma posição de classe. Assim, a partir de FIs antagônicas podemos falar de um mesmo objeto e deles falar diferentemente, visto que a mesma palavra terá sentidos diferentes. É a ideologia que permite/favorece o sentido das palavras e dos enunciados e que mascara a transparência da linguagem. Conforme Pecheux (1997, p. 160), o sentido de uma palavra, expressão, não existe em si mesmo, ele é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual essas palavras e expressões são produzidas e reproduzidas. Cabe dizer, ainda, que diferentes palavras, expressões e proposições podem, no interior de uma FD dada, ter o mesmo significado. E o terceiro aspecto, diz respeito ao assujeitamento do sujeito, ou seja, a ideia de que o sujeito desempenha diferentes papéis, dependendo das posições que ocupa no espaço interdiscursivo.

A noção de interdiscurso é introduzida para designar o exterior específico de uma FD: a rede do dizer, o conjunto do dizível – há algo falado antes, em outro lugar e independentemente do sujeito. É a partir do interdiscurso, que se constitui de pré-construídos (que correspondem ao “sempre-já-lá” da interpelação ideológica), que encontramos os objetos de que o sujeito enunciator se apropria para fazer deles seu discurso: o já-dito. E é da articulação desses objetos que temos o intradiscurso, que está relacionado à sequência discursiva enunciada. É também por meio do

interdiscurso que podemos analisar o assujeitamento. Segundo Courtine (2009, p. 74),

[...] É, então, na relação entre o interdiscurso de uma FD e o intradiscurso de uma sequência discursiva produzida por um sujeito enunciador a partir de um lugar inscrito em uma relação de lugares no interior dessa FD que se deve situar os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado-assujeitado como sujeito de seu discurso.

Entende-se por assujeitamento a interpelação do sujeito pela ideologia. É por ele que a instância ideológica contribui nas relações sociais. Isso ocorre sem que o sujeito perceba, sem que ele tenha consciência; ele acredita que tem livre arbítrio para escolher a posição social e seu discurso, quando na verdade é servo assujeitado – é seu suporte.

Assim, o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. A interpelação do indivíduo em sujeito se efetua pela identificação com a FD que o domina. Essa identificação apoia-se no interdiscurso, que determina a dominação da FD dominante. De acordo com Pêcheux (GADET; HAK *et al.*, 1997), existem dois tipos de esquecimentos: um da ordem ideológica e outro da ordem da enunciação. O primeiro cria a ilusão de que somos a origem do que dizemos; e o segundo, a ilusão de que selecionamos o que dizer, temos consciência do dizível e apagamos as outras possibilidades que não são enunciadas.

Em relação ao primeiro esquecimento, quando nascemos, o discurso já existe, ele não nasce em nós. A língua e a história se realizam em nós por meio da materialidade, é isso que produz os sentidos. E é por isso que os esquecimentos fazem parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. Quanto ao segundo esquecimento, sabemos que o sujeito não pode estar fora da FD que o domina. Assim, o dizível pelo sujeito já existe, apenas é retomado o já-dito. Os sentidos são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história, é por isso que significam. Segundo Orlandi (2005, p. 36),

[...] os sujeitos “esquecem” que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem como sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas, ao mesmo tempo, sempre outras.

Verifica-se que os sujeitos dominados por certa/determinada FD se reconhecem entre si como espelho um do outro. Segundo Pêcheux (1997, p. 170), “é nesse reconhecimento que o sujeito se “esquece” das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa – entendemos que, sendo “sempre-já” sujeito, ele “sempre-já” se esquece das determinações que o constituem como tal”. Isso explica a dupla forma do assujeitamento ideológico: pelo pré-construído, que remete àquilo que todo mundo sabe e àquilo que todos entendem (contexto social); e pela articulação, que corresponde, como já mencionamos, a como todo mundo sabe e como todos veem. É nessa perspectiva que o coletivo esquece das origens, em que o negro/escravo esteve presente, e assimila a historicidade/memória da europeização de Curitiba como se esta fosse a única versão dos fatos.

Além disso, é importante comentar que o interdiscurso se constitui na memória discursiva. Segundo Orlandi (2010b, p. 64), o sujeito é historicamente determinado pelo interdiscurso, pela memória do dizer: algo que “fala antes, em outro lugar, independentemente”. É o interdiscurso que sustenta o dizível a partir de formulações já-ditas (pré-construídos), mas esquecidas. É por meio dessa memória que não detemos o controle e que se constroem todos os sentidos.

Segundo Orlandi (1998b, p.10), temos sempre o “que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro”, consequentemente a presença do não dito no que é dito. É nesse sentido que dizemos que a presença é produzida por uma ausência necessária – em Curitiba o sentido do discurso sobre a importância do imigrante é produzida pela ausência do discurso sobre o negro.

Portanto, se todo discurso produzido se insere em um processo discursivo que o determina (FD), sob a forma dos elementos pré-construídos – ou seja, produzidos em outros discursos anteriores a ele e independentes dele –, que se reproduzem por ele (discurso) sob a determinação de seu interdiscurso (o que pode ou não ser dito), pode-se dizer que a constituição do discurso produzirá um esquecimento do interdiscurso. Isto é, produzirá o esquecimento de que sempre-já há discurso. (COURTINE, 2009, p. 60).

Nessa perspectiva, em relação ao discurso da construção de Curitiba, que se insere na FD do Movimento Paranista, não há apagamento de certos elementos (imigrantes europeus, ideologias racista e do branqueamento), mas sim o silenciamento de certos pré-construídos (negros, escravos, favela, periferia). Com

isso, há o apagamento das condições propriamente históricas de produção do discurso preconceituoso, racista, visto que esses pré-construídos não são ditos em benefício de uma nova condição de produção do discurso, em que não existem problemas raciais em Curitiba-PR, fazendo, assim, com que essa condição de produção discursiva determine efeitos de sentidos diferentes, em que a questão do negro não se coloque e, portanto, que a sua existência não ocorra.

3.1 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Antes de introduzir esses conceitos discursivamente, definiremos memória e esquecimento por meio da perspectiva sociológica de Halbwachs (1990) e Rossi (2010).

A noção de memória está relacionada às percepções da realidade. Ela tem como propriedade conservar certas informações e permite ao homem reler e atualizar impressões ou informações passadas, ou que representam o passado. Assim, a memória está intrinsecamente relacionada à história, visto que aquela se cristaliza e se refugia nos momentos desta, definida por Veyne (1971) como uma narrativa de acontecimentos reais. Ainda segundo o autor, a “história é conhecimento mutilado”, pois ela não nos permite reviver os fatos reais, ou seja, “como o romance a história selecciona, simplifica, organiza, faz resumir um século numa página” (VEYNE, 1971, p. 14). Então podemos dizer que a história é heterogênea, não linear, descontínua e construída.

A memória e a história são distintas, mas não dissociáveis, pois a memória é apreendida pela história. Enquanto a memória “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”, a história se liga “às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas”; enquanto a “história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, uma representação do passado, a memória “é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”. (NORA, 1993, p. 9).

Verifica-se, segundo Halbwachs (1990), que todo indivíduo participa de duas memórias: a individual e a coletiva.

De um lado, é no quadro de sua personalidade, ou de sua vida pessoal, que viriam tomar lugar suas lembranças: aquelas que lhe são comuns com outras não seriam consideradas por ele a não ser sob o aspecto que lhe interessa, na medida em que ele se distingue delas. De outra parte, ele seria capaz, em alguns momentos, de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo. (HALBWACHS, 1990, p. 53).

Portanto, há de se distinguir duas memórias: uma interior/interna e outra exterior; ou uma memória pessoal e outra social; ou, mais especificamente, a memória autobiográfica e a memória histórica. Cabe destacar aqui que o enfoque desse capítulo será a memória coletiva, visto que seu estudo é primordial para a análise da tese, no entanto para tratar sobre esse tipo de memória também será necessário apresentar algumas considerações sobre a memória individual.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa, mas ela também deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, isto é, como algo construído coletivamente, submetido a transformações, mudanças constantes, visto que os elementos constitutivos tanto da memória individual quanto coletiva são: i) os acontecimentos vividos individualmente ou pelo grupo (coletividade) a qual a pessoa pertence; ii) as pessoas, os personagens, que interagem com o indivíduo e/ou participam do coletivo; iii) os lugares, particularmente os ligados a uma lembrança.

Observa-se que a memória coletiva tira sua força e duração de homens membros de grupos. No entanto, essas lembranças comuns não são as mesmas, nem aparecem com a mesma intensidade para cada um, isto é, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, “este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo”, e este lugar “muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p. 51).

A memória individual, por vezes, acaba por confundir-se com a memória coletiva, pois se apoia nela para confirmar, buscar algumas lembranças. Mas o contrário não acontece: a memória coletiva, mesmo envolvendo a memória individual, não se confunde com ela.

Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. (HALBWACHS, 1990, p. 54)

O que se verifica é que a memória coletiva nos faz acreditar, muitas vezes, que certas reflexões são todas pessoais. Por exemplo: duas pessoas podem se sentir estreitamente ligados e ter pensamentos comuns, no entanto se em certo momento da vida elas percorrem meios diferentes, vivem experiências diversas, não tendo mais o contato diário, passam a não ter mais pensamentos comuns, suas lembranças passam a ser diferentes.

Acontece com muita frequência que nos atribuímos a nós mesmos, como se elas [as memórias] não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, idéias e reflexões, ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo. Estamos então tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros. (HALBWACHS, 1990, p. 47)

Nós não percebemos que somos um eco, acreditamos que pensamos e sentimos livremente. Não percebemos que “cada grupo social empenha-se em manter uma semelhante persuasão junto a seus membros” (HALBWACHS, 1990, p. 47). O que temos mais facilidade de lembrar é de domínio comum – são as lembranças que estão disponíveis para todo mundo. Assim, é por apoiarmo-nos nas memórias dos outros, que somos capazes de ter lembranças.

A memória individual, enquanto oposta à memória coletiva, não é uma condição necessária e suficiente do ato de lembrar e de reconhecer lembranças. Se a lembrança foi suprimida, se não mais a encontramos, é porque não fazemos mais parte do grupo em cuja memória ela se conservava. Em contrapartida, o fato de guardarmos a lembrança de impressões que nenhum de nossos companheiros, de outras épocas, pôde conhecer, não torna verdade que a nossa memória individual basta, nem que não temos sempre necessidade de apoiarmo-nos na memória dos demais para nos lembrar.

Conceder-nos-ão, talvez, que um grande número de lembranças reaparecem porque nos são recordadas por outros homens; conceder-nos-ão mesmo que, quando esses homens não estão materialmente presentes, se possa falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo. (HALBWACHS, 1990, p.36)

Assim, a memória só é possível junto a homens que fazem parte ou fizeram parte de uma sociedade e que, mesmo a distância, sofrem sua influência. Por exemplo, uma pessoa pode estar sozinha, sem a companhia de alguém, mas esse sozinho é somente na aparência, visto que “seus pensamentos e seus atos se explicam pela sua natureza de ser social, e que em nenhum instante deixou de estar confinado dentro de alguma sociedade” (HALBWACHS, 1990 p. 36-37).

Nossa vida é constituída por grupos: família, escola, amigos, colegas de profissão, relações amorosas, a sociedade política, religiosa e artística à qual tivemos a oportunidade de nos ligarmos. Cada um desses grupos tem uma história, que se renova e se transforma com o tempo. Neles distinguimos imagens e acontecimentos; discernimos dos grupos regiões distintas, e quando passamos de um para outro verificamos que não possuem as mesmas correntes de pensamentos e as mesmas sequências de lembranças que atravessam nosso espírito.

Em relação ao espaço, este também está relacionado à memória coletiva, visto que o passado se conserva no meio material que nos cerca. Esse espaço seria aquele que ocupamos, por onde passamos e que temos acesso, seria aquele que nossa imaginação/pensamento consegue reconstruir. Assim, existem tantas maneiras de representar o espaço quantos sejam os grupos, visto que a maioria dos grupos “também imprimem de algum modo sua marca sobre o solo e evocam suas lembranças coletivas no interior do quadro espacial assim definido” (HALBWACHS, 1990, p. 159).

Por ser algo construído social e individualmente, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade. Ela não só tem a ver com o passado, mas também com a identidade, bem como (indiretamente) com o futuro. Segundo Le Goff (1990, p. 477), a “memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Identidade seria o sentido da imagem de si, para si e para os outros.

Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 5).

Tudo o que aprendo de novo sobre alguém, e também sobre aqueles que foram ou estiveram com ele, todos os novos julgamentos que faço sobre a época em que este viveu, todas as novas reflexões que faço, à medida que me torno mais capaz de pensar e que disponho de mais termos de comparação, me faz retocar o retrato desse alguém. Assim, a memória não só descobre a identidade (pessoal), mas também contribui para a sua produção, gerando percepções, como a relação de semelhança, podendo, assim, ser considerada a origem da identidade pessoal. Cabe destacar, ainda, que a construção da identidade se produz em referência aos outros. Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de transformação, e sem ter relação com os outros. Portanto, a identidade está relacionada à alteridade, o diferente.

Observa-se que diferentes contextos sociais nos envolvem em diferentes significados sociais, pois nos posicionamos diferentemente nas diversas situações, nos representando, diante dos outros, e em cada contexto, também de formas diferentes. Assim, a identidade e a diferença estão associadas a sistemas de representação, visível e exterior, que atribuem sentido, ou seja, é por meio da representação que a identidade e a diferença adquirem sentido, passam a existir e se ligam a sistemas de poder.

Do mesmo modo que a identidade, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Assim, uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas, é serem senhores da memória e do esquecimento, enunciando alguns discursos e silenciando outros.

Essas noções podem nos servir para verificar a constituição da identidade histórica paranaense num processo que passou a ser conhecido como Movimento Paranista. Este, como já mencionamos, buscou criar uma identidade coletiva a fim de dar a cada membro do grupo o sentimento de unidade, continuidade e coerência. Assim, a memória coletiva paranaense cristaliza-se por meio de mitos de origem sobre a existência das etnias, criando uma história que apresenta uma série de fato

e que descreve e ordena esses fatos de acordo com as tradições estabelecidas. É essa história que constitui a memória coletiva, que confunde a história propriamente dita com o mito.

3.1.1 A memória mítica da identidade paranaense

A constituição histórica da identidade paranaense segue o protocolo descrito: cria-se, ou recria-se, o mito de origem das etnias que compõem essa sociedade.

Esse processo pode ser observado nos livros de Auguste de Saint-Hilaire, Romário Martins e Wilson Martins, que transformaram a memória coletiva do início do século XIX em inscrições, guardando e disseminando-a por meio de suas obras, criando, assim, o mito da cidade europeia e da inexistência de escravos/negros na história paranaense. Portanto, esses escritos são lugares de memória que sustentam o funcionamento ideológico das discursividades sobre a Curitiba de hoje, que silencia a presença do negro.

Como forma de construir essa memória, além do discurso dos livros, tivemos algumas manifestações importantes e/ou significativas para a fixação e sustentação da história do mito da formação do Estado a partir do século XX: a construção de monumentos e parques em homenagem aos imigrantes, que multiplicaram a memória, retendo o passado em unidades do presente, criando uma verdade visual e histórica.

Assim, nossa impressão sobre a vida, e tudo que vivemos, apoia-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros. Mesmo tendo lembranças individuais, estas permanecem coletivas, pois também são lembradas pelos outros devido a acontecimentos que vimos e em que estivemos envolvidos. Lembranças de leituras, pinturas, músicas, imagens, acontecimentos – no caso de Curitiba, de monumentos, parques e portais em homenagem aos imigrantes –, estão sempre com a gente. Encontramos em nós muito das ideias e modos de pensar dos outros, com os quais permanecemos em contato.

Segundo Halbwachs (1990, p. 21), a consciência do indivíduo se descobre na e pela sociedade e é a descrição dessa sociedade que permite a cada indivíduo

ter consciência. “Não podemos pensar nada, não podemos pensar em nós mesmos, senão pelos outros e para os outros”.

É nesse sentido que também temos a memória coletiva, que se constitui de lembranças históricas que podemos ampliar pela conversação ou leitura, uma memória emprestada, que não é individual. Por exemplo, existem acontecimentos, como a (não) presença de escravos em Curitiba-PR, que “lembramos” devido a discursos, livros, jornais, etc., que apresentam “informações”/“relatos” de pessoas que “presenciaram” este fato. Portanto, esta questão ocupa um lugar na memória da nação (população paranaense), mas nós mesmos não assistimos a isso pessoalmente. Quando evocamos esta lembrança, confiamos inteiramente na memória dos outros, “que não vem aqui completar ou fortalecer a minha, mas que é a única fonte daquilo que eu quero repetir” (HALBWACHS, 1990, p. 54).

Observa-se que as imagens de uma cidade estão relacionadas à sociedade e a seus costumes. É na cidade e na população que é possível observar traços de outrora. Segundo Halbwachs (1990, p. 68):

No mais, fora das gravuras e dos livros, na sociedade de hoje, o passado deixou muitos traços, visíveis algumas vezes, e que se percebe também na expressão dos rostos, no aspecto dos lugares e mesmo nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidas por tais pessoas e dentro de tais ambientes, nem nos apercebemos disto, geralmente.

Assim, é do ponto de vista dos grupos, dos quais faço parte nas diversas épocas, que considero o passado. É preciso, então, que, à medida que estou mais engajado em determinado grupo, minhas lembranças se renovem e se completem, ou seja, o passado é construído e atualizado dia a dia por meio da memória.

História e memória estão, portanto, relacionadas, visto que a história se nutre da memória e esta se constitui de história. Sabemos que a história nacional é um resumo dos acontecimentos mais importantes que modificaram uma nação. Ela difere das histórias locais, provinciais, urbanas, pois retém somente os acontecimentos que interessam aos membros da nação. Segundo Veyne (1971), a história é subjetiva, enfatiza os pontos mais convenientes e relevantes para quem a documenta. Assim, é importante não dissociar a história de seu funcionamento ideológico, visto que ela está relacionada a toda uma situação de produção.

A história, então, conserva a imagem do passado para que esta encontre lugar na memória coletiva de hoje, ela retém apenas aquilo que ainda interessa às nossas sociedades, isto é, bem pouca coisa. Diferentemente, a memória coletiva seria uma corrente de pensamento contínuo, em que é retido do passado “somente aquilo que ainda está vivo ou que é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 1990, p. 82).

A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta. Não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos e de antigas figuras. É porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram. (HALBWACHS, 1990, p. 84)

Assim, podemos dizer que as informações presentes nos livros de Auguste de Saint-Hilaire, Romário Martins e Wilson Martins relataram fatos históricos selecionados que passaram a ser inscritos na memória coletiva do paranaense por meio do discurso disseminado de mídias e manifestações. Quando se considera pertinente e interessante a imigração europeia para a formação do Estado paranaense, não importa dizer que outra etnia, como a negra, também teve participação histórica.

Todo indivíduo se conduz com a ajuda da memória do grupo, e esta não implica em ter presente um ou vários membros desse grupo – o indivíduo é influenciado por uma sociedade ainda que esteja distanciado desta. Basta então que ele carregue em seu espírito tudo o que o capacite para se posicionar do ponto de vista dos membros desse grupo, para que ele se envolva nesse meio e no tempo deles.

Em relação à memória coletiva e espaço, é importante destacar que os diversos lugares de uma cidade exercem influências sobre os grupos que a ela se adaptaram lentamente. A cidade se transforma no curso da história, e a memória coletiva se apoia nas imagens espaciais. Por exemplo, nossa casa, nossos móveis e a maneira como estão dispostos nos cômodos onde vivemos lembram nossa família e os amigos que víamos geralmente nesse quadro. Tudo que circula no interior de um grupo, como ornamentos, quadros, utensílios, são objetos de apreciações, de comparações, que carregam as novas direções da moda e do gosto, nos lembram costumes e distinções sociais antigas. É nesse sentido que os monumentos e parques criados em homenagem aos imigrantes europeus em Curitiba se tornaram

memória coletiva, visto que lembram a contribuição dos imigrantes para a formação da capital, valorizando certas etnias, e esquecendo outras, como o negro, contribuindo, assim, para a fixação e conservação do discurso do Movimento Paranista.

Assim, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é a reunião de toda a marca construída pelo grupo. “Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem” (HALBWACHS, 1990, p. 133). As imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva, visto que o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa.

Vale destacar, também, que “o lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras” (HALBWACHS, 1990, p. 133). Assim, também, o que constitui a cidade pode mudar, mas os grupos resistirão. Sem dúvida, a disposição anterior da cidade foi obra de um grupo. “O que um grupo fez, um outro pode desfazê-lo. Mas o desígnio dos antigos homens tomou corpo dentro de um arranjo material, quer dizer dentro de uma coisa, e a força da tradição local veio da coisa, da qual era a imagem” (HALBWACHS, 1990, p. 137).

Para eles [os grupos], perder seu lugar no recanto de tal rua, à sombra daquele muro, ou daquela igreja, seria perder o apoio de uma tradição que os ampara, isto é, sua única razão de ser. Assim se explica que de edifícios demolidos, de caminhos desfeitos, deles sobrevivem por muito tempo alguns vestígios materiais, nem que seja apenas o nome tradicional de uma rua, de um lugar, ou a tabuleta de uma loja [...]. (HALBWACHS, 1990, p. 138).

Assim, mesmo o Movimento Paranista tendo acabado, seu discurso e contribuições para a construção da identidade paranaense resistiram nos espaços de Curitiba, logo na memória coletiva da população. Isso pode ser verificado tanto nos mitos, lendas, símbolos, literatura criados na época, quanto no planejamento urbano realizado nas décadas de 1970 a 1990.

É por meio da interação com o meio que revivemos as lembranças e é na sociedade que encontramos todas as indicações necessárias para reconstruir partes de nosso passado, logo é por meio da memória que rememoramos o discurso da construção da identidade de Curitiba.

3.1.2 Esquecimento das marcas da presença negra em Curitiba

Segundo Rossi (2010), a memória refere-se a uma realidade intacta e contínua. A reevocação seria a recuperação de um conhecimento ou sensação anteriormente experimentada; lembrar seria uma espécie de busca voluntária entre os conteúdos da alma. Já o esquecimento estaria ligado “à perda definitiva ou provisória de ideias, imagens, noções, emoções, sentimentos, que um dia estiveram presentes na consciência individual ou coletiva” (ROSSI, 2010, p. 18).

Verifica-se que todo o conjunto das lembranças que temos em comum com os outros podem bruscamente desaparecer, porque quando nos afastamos de um grupo, perdemos o contato. Pouco a pouco nos distanciamos e nos isolamos de certos meios, dos quais conservamos apenas uma vaga lembrança. A questão do negro pode ser assim pensada: por não ser tratada, divulgada em Curitiba, se torna uma vaga lembrança, um assunto silenciado, que não faz parte da sociedade.

Cabe destacar que não há na memória um vazio absoluto. Não esquecemos nada. Para Henri Bergson (*apud* HALBWACHS, 1990, p. 77), “o passado permanece inteiramente dentro de nossa memória, tal como foi para nós; porém alguns obstáculos, em particular o comportamento de nosso cérebro, impedem que evoquemos dele todas as partes”. Desse modo, assim como existe a memória, que permite conservar o passado, temos também a reminiscência, isto é, a faculdade de evocar voluntariamente esse passado. É nesse sentido que há a importância da reminiscência do discurso sobre o negro, visto que com a criação da identidade paranaense ocorreu um afastamento e a diluição das lembranças do passado relacionadas a esse grupo, até serem totalmente apagadas. Segundo Rossi (2010, p. 32), “o apagar tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade”, ou seja, a questão do negro passou a ser apagada porque outro discurso o sobrepôs, o que valoriza o imigrante europeu.

Cada época há uma estreita relação entre os hábitos, o espírito de um grupo e o aspecto dos lugares onde ele vive. Portanto, “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Às vezes não lembramos de um fato específico, mas lembramos de um período, mas este talvez não seja a lembrança de um período, mas a soma das lembranças de alguns dias. Assim, muitas vezes temos imagens flutuantes, incompletas e, sobretudo, reconstruídas. No entanto, fica a dúvida: “quantas lembranças que acreditamos ter fielmente conservado e cuja identidade não nos parece duvidosa, são forjadas quase que inteiramente sobre falsos reconhecimentos, de acordo com relatos e depoimentos? (HALBWACHS, 1990, p. 73). Ou melhor, quantas lembranças conservadas da história do Paraná foram forjadas a fim de apagar o negro/escravo?

Sabemos que a história do Paraná foi marcada pelo Movimento Paranista, que buscou criar uma imagem para o Estado constituído por uma cultura e novas tradições regionais, e uma realidade simbólica e diferenciada das outras regiões do Brasil, que englobassem os grupos étnicos presentes nesse Estado (menos o negro), a fim de que estes participassem em harmonia da formação de um tipo ideal paranista (loiro, de olhos azuis). No entanto, também sabemos que esse discurso, ao longo do tempo, contribuiu, e muito, para a invisibilidade do negro na capital e a valorização do imigrante europeu. Assim, pergunto: como se pode saber que o negro/escravo existiu e participou da formação do povo paranaense se o grupo, o espaço, não conservasse a lembrança dele? Verifica-se que a sociedade não somente estabelece uma relação entre a imagem de um lugar e um escrito, mas considera o local enquanto este está relacionado a uma pessoa/um grupo. Os poucos lugares de memória sobre o negro em Curitiba permite essa relação, bem como conserva essa lembrança ocultada.

Segundo Halbwachs,

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 1990, p. 34)

Assim, o discurso sobre o negro tem que ser lembrado, revelado. Por mais que ele faça parte da memória coletiva de Curitiba, por não ser dito, se torna uma vaga lembrança, passa a ser esquecido, apagado, silenciado.

Verifica-se que na história do mundo, foram eliminadas inúmeras pessoas, dentre elas, principalmente, os negros, “depois tentaram apagar os apagamentos, negar os fatos, obstaculizar a reconstrução dos eventos, vetar a contagem das vítimas, impedir a lembrança” (ROSSI, 2010, p. 33). Assim, o passado é construído convenientemente, ele é atualizado dia a dia e depende da memória para isso. Esta é corrigida e reajustada a documentos escritos e depois essa ação é esquecida.

A história do século XX, conforme bem sabemos também quando tentamos esquecê-la, está cheia de censuras, apagamentos, ocultações, sumiços, condenações, retratações públicas e confissões de inúmeras traições, além de declarações de culpa e de vergonha. Obras inteiras foram reescritas, apagando os nomes dos heróis de um período [...]. (ROSSI, 2010, p. 33)

Ressalta-se que esquecer não implica apagar, mas deixar a memória suspensa. A palavra pode desaparecer, os livros podem ser trocados, mas o arquivo resiste à manipulação da história, ele apenas substitui a consciência, podendo ser ativado a qualquer momento.

Segundo Rossi (2010, p. 187), “não se esquece por apagamento, mas por sobreposição, não produzindo ausência, mas multiplicando presença”. É nesse sentido que o Paraná conseguiu violar a memória sobre o negro, distorcer o passado, por meio da sobreposição do discurso sobre o imigrante europeu e a criação de um passado mítico construído para servir ao poder.

No entanto, cabe lembrar que o passado é sempre novo, ele muda, ou porque vêm à tona partes que pareciam esquecidas ou porque parte dele desaparece por não ser considerado tão importante. É nesse contexto que pretendo contribuir com este trabalho. Segundo Umberto Eco (1987 *apud* ROSSI, 2010, p. 187) “não se pode destruir o significado de uma afirmação expressa em voz alta, mas se pode fazer outra ao mesmo tempo, de modo que as vozes se sobreponham”.

3.2 MEMÓRIA DISCURSIVA

Como visto, a memória está ancorada nos momentos da história, estando sempre em evolução e se conservando, enraizando, no meio material que nos cerca, no espaço, sendo, assim, relacionada à lembrança e ao esquecimento. Diferentemente dessa perspectiva sociológica, a Análise do Discurso também trata

da memória, do espaço de memória e da história, no entanto numa perspectiva discursiva, foco desta tese.

A reflexão sobre a memória sempre esteve presente nos estudos da Análise do Discurso (AD), sendo pensada sob designações diferentes, como interdiscurso. Essa reflexão dos sentidos iniciou-se pelas relações parafrásticas, visto que as repetições possibilitam retomadas de sentidos, logo o funcionamento da memória.

Assim, se há repetição é porque há retomada de sentidos que constituem uma memória que é social. Ou seja, é a retomada e a regularização dos discursos em circulação (sócio-históricos) que resultam dessa repetição que constituem a memória. Segundo Indursky (2011, p. 71) “a *memória* de que se ocupa a AD não é de natureza cognitiva, nem psicologizante. A memória, neste domínio de conhecimento, é social. E é a noção de *regularização* que dá conta desta memória” (INDURSKY, 2011, p. 70-71, grifo do autor).

A regularização de uma FD ocorre, portanto, por uma memória discursiva que faz ecoar uma memória coletiva, social. Desse modo,

[...] se a matriz de sentidos se institui através do processo de repetibilidade, ela também coloca os limites dessa repetição, pois a matriz de sentido estabelece o que pode e deve ser dito no interior de uma FD. O que equivale a dizer que há sentidos que nela não podem ser produzidos. (INDURSKY 2011, p. 68).

Ou seja, a memória discursiva não é plena, visto que nem todos os sentidos são autorizados a serem ditos em uma FD; ela é da ordem do ideológico. Por exemplo, a FD do Movimento Paranista tem como pré-construídos discursos de valorização e exaltação do imigrante europeu, bem como o apagamento do discurso sobre o negro, ou seja, tem resquícios do discurso fundador paranaense. Em relação ao esquecimento de discursos, estes desaparecem no âmbito de uma FD por meio do apagamento, que não implica apagar o sentido de seu interdiscurso (memória dos dizeres), mas apenas deixar de dizer, não relembrar o sentido no interior da FD. Assim, no caso do Movimento Paranista, a questão do negro existe na FD, mas é evitada sua rememoração.

Essa relação entre repetição, memória e sentido ocorre pelos pré-construídos – discursos produzidos anteriormente (já-ditos) em outros discursos e outros lugares. Assim, essa “noção de repetibilidade permite observar que os saberes pré-existem ao discurso do sujeito” (INDURSKY, 2011, p. 70), mas este não

percebe. Isso ocorre porque quando o sujeito formula seu discurso, o faz sob a ilusão de que é a fonte de seu dizer, esquecendo que os discursos pré-existem (esquecimento n. 2, segundo Pecheux).

Nesse caso, cabe aqui destacar que não há sujeito no interdiscurso, visto que há um lugar inominável (sem nome), mas existem posições de sujeito que regulam o ato de enunciação:

[...] o interdiscurso, sabe-se, fornece, sob a forma de citação, recitação ou preconstruído, os objetos do discurso em que a enunciação se sustenta ao mesmo tempo que organiza a identificação enunciativa (através do regramento das marcas pessoais, dos tempos, dos aspectos, das modalidades...) constitutiva da produção da formulação por um sujeito enunciador. E que acaba, assim, por desaparecer aos olhos de quem enuncia, garantindo, na aparição de um "eu", "aqui" e "agora", a eficácia do assujeitamento. (COURTINE, 1999, p.20)

É no interdiscurso que temos o domínio/saberes da memória. Segundo Courtine (1999, p. 20),

Citação, recitação, formação do preconstruído: é assim que os objetos do discurso, dos quais a enunciação se apodera para colocá-los sob a responsabilidade do sujeito enunciador, adquirem sua estabilidade referencial no domínio de memória como espaço de recorrência das formulações.

Essa citação, repetição, ao mesmo tempo é ausente e presente no enunciado. Ausente porque funciona sob o modo do desconhecimento e presente por causa de seu efeito, pois como é da ordem da memória, é lacunar e possui falhas. Portanto, segundo Courtine (1999, p. 22), a memória e o esquecimento são indissociáveis, visto que no primeiro o interdiscurso é "preenchimento, produtor de um efeito de consistência no interior do formulável"; e no segundo o interdiscurso é "oco, vazio, deslocamento, cuja intervenção ocasiona um efeito de inconsistência (ruptura, descontinuidade, divisão) na cadeia do reformulável". Assim, podemos dizer que é a partir do apagamento e esquecimento do discurso sobre o negro que temos o efeito da presença na ausência – por exemplo, o negro em Curitiba existe, mas não é lembrado.

Os espaços de memória e seus sentidos são objetos de repetição que cristalizam e, conseqüentemente, regularizam um conjunto de sentidos que passam a fazer parte da memória coletiva. No entanto, é importante dizer que se é a

repetição a responsável pela cristalização dos sentidos, também é ela que possibilita sua alteração/atualização.

Numa perspectiva discursiva, podemos dizer, então, que a memória coletiva estaria não nos espaços, mas nos lugares de memória – uma das materialidades do discurso, que podem ser tanto verbais quanto não verbais. Estes lugares teriam a função de rememoração, que faz funcionar o imaginário dos sujeitos em relação a eles mesmos, ao espaço e ao patrimônio que os constitui como sujeito da linguagem.

[...] um lugar só é lugar de memória se inscrever o acontecimento na ordem do imaginário e do simbólico, isto é, se constituir laços identitários e de representação entre sujeitos de uma formação social; se, na ordem do discurso, atualizar sentidos e se os sujeitos sociais e discursivos se reconhecerem nele, com base em valores constitutivos da FD a que estão assujeitados. (VENTURINI, 2009, p. 72)

Cabe dizer que o conceito de “lugar de memória”, utilizado neste trabalho, foi criado pelo historiador Pierre Nora, na década de 1970, para seus estudos relacionados ao campo do patrimônio cultural. Para esse autor, lugares de memória vão do objeto material e concreto, ao mais abstrato, simbólico e funcional.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre [...]. É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 21-22).

Assim, monumentos, documentos, museus, bibliotecas, cemitérios, festas, aniversários, entre outros, são lugares de memória que conservam restos da história; são locais materiais e imateriais em que se cristalizam a memória coletiva de uma nação, grupo ou povo.

Para se caracterizar como lugar de memória, o documento, o monumento, o evento etc., deve ter "vontade de memória", ou seja, deve ter uma intenção de memória, pois sem essa vontade, os lugares de memória são apenas lugares de

história. Desse modo, podemos dizer que nos lugares de memória subsiste uma consciência comemorativa. É nessa perspectiva que os parques, memoriais e portais em Curitiba são considerados lugares de memória que têm uma intenção memorativa: comemorar o imigrante europeu, contribuindo, assim, com a identificação e o reconhecimento do povo curitibano, bem como com sua formação identitária e o sentimento de pertencimento.

Observa-se que os sentidos e os sujeitos estão em constante movimento na história, sendo constituídos por suas relações com a sociedade e a história (tanto cronológica quanto discursiva). Assim nos interessamos pelo discurso na sua forma material, pois nele funcionam os sentidos produzidos no passado, bem como os sentidos que tem historicidade, memória. Segundo Orlandi (2010a, p. 28), ao analisar o discurso ouvimos “o que é dito ali ou em outro lugar, o que não é dito e o que deve ser ouvido por sua ausência necessária”.

Cabe lembrar que, como já dito, há uma diferença entre história e memória. A história trata do passado, presente e do futuro, visto que é o passado que reconstitui as sociedades de outrora; e a memória é escrita direcionada para a sociedade do presente. Além disso, “na perspectiva da história, o sujeito fala sempre de ‘um lugar’ e de um tempo” (VENTURINI, 2009, p. 37); já a memória trabalha com o que faz sentido na sociedade e permanece vivo nela, ela é instável, é da ordem do vivido.

No entanto, na AD há um deslocamento da história para a historicidade, do conteúdo (fonte unívoca de interpretação) para o efeito de sentido. A história na AD não tem um único sentido, ela é significação, interpretação produzida sob determinada condição de produção. Ela é vista como constitutiva da produção de sentidos, em que o arquivo é a materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos, onde cristalizam interpretações ideologicamente produzidas. Já a historicidade, segundo Orlandi (2010a, p. 22), é definida como “os meandros do texto, o seu acontecimento como discurso, seu funcionamento, o trabalho dos sentidos nele”.

Verifica-se que os lugares de memória trazem historicidade, ou seja, sentidos que se constituem por meio da exterioridade inscrita neles. Desse modo, assim como a memória discursiva, os lugares de memória são simbólicos, sendo considerados um depósito de vestígios históricos de memórias que não existem mais, mas que precisam ser lembradas.

É nesse caso que temos a memória institucionalizada: em que há uma organização do dizer e da memória, bem como do que não pode ser dito, que deve ser apagado e silenciado. Aquele que fala é autorizado a dizer porque busca transmitir informações referenciais sobre o objeto do discurso, ancorando-se no discurso de rememoração – discurso este que sustenta a memória e possibilita a constituição do objeto desse discurso em memória histórica.

A rememoração ocupa o espaço do já-dito que retorna pela repetição, estabilizando sentidos e instaurando o novo. Desse modo, para haver rememoração é necessário institucionalizar o lugar de memória por meio da repetição, isto é, normatizar as práticas sociais e discursivas para que sejam aceitas e significativas para os sujeitos do discurso. A rememoração seria, então, tomada pelo interdiscurso - pelas formações ideológicas e por

enunciados que veiculam saberes e sustentam outros enunciados, fazendo-os retornar pelo lugar da memória. Nesses dois sentidos, a rememoração e os saberes que a constituem irrompem na atualidade: no primeiro caso, pelo interdiscurso; no segundo, pelo mobiliário social e cultural, pela narrativa memorialística e pelas imagens que circulam na cidade. (VENTURINI, 2009, p. 52).

O discurso de rememoração estaria relacionado a redes de memória de redes identificadoras. Segundo Venturini (2009, p. 53), “essas redes identificadoras não são transferidas ou apreendidas pelos sujeitos por processos de aprendizagem ou interação, mas por sua inscrição em formações discursivas que determinam o que pode ou não entrar na ordem do discursivo”.

A rememoração funciona pelo que se repete e ressoa (interdiscurso), a partir de formações discursivas e da inscrição dos sujeitos, e aparece na linearização do discurso (intradiscurso), eixo das relações. Nesse sentido, a rememoração, que se constitui pelos discursos fundadores e pela memória, autoriza/ancora a comemoração, que no processo discursivo, ocorreria por meio de paráfrases, sinonímias, substituições. Assim, a rememoração e a comemoração funcionam juntas, pois não há como separar o que é da memória e o que é da linearidade da textualidade.

Nota-se que a rememoração do discurso fundador paranaense está sustentado/ancorado no discurso da comemoração, que em Curitiba rememora o imigrante europeu e possibilita a invisibilidade do negro. Essa repetição do discurso fundador, a qual se constitui na memória, é que sustenta a comemoração por meio

de lugares de memória (monumentos, parques, portais, etc.) e pelo desejo de lembrar.

O rememorado em Curitiba tem o objetivo de celebrar/comemorar o acontecimento idealizado a partir da formação discursiva do Movimento Paranista. Nesse sentido, são os lugares de memória que organizam a repetição e as lembranças do passado, bem como os esquecimentos, contribuindo para o controle dos sentidos históricos e culturais.

3.2.1 A presença negra em Curitiba frente a memória e o esquecimento institucional

Podemos dizer que os parques, portais, monumentos e *slogans* criados para comemorar os imigrantes de Curitiba funcionam como materialidade do discurso do Movimento Paranista, que tem como interdiscurso o discurso fundador paranaense, sustentando e legitimando o lugar de memória, isto é, o discurso de rememoração. Este traz para a atualidade vestígios de um passado que retorna como recordação e possibilita a interpretação pelos valores sociais do presente. Cabe dizer que é o assujeitamento do sujeito à ideologia que faz funcionar nos discursos de rememoração/comemoração o imaginário e o simbólico. Esse imaginário “remete à realidade, à ilusão constitutiva do sujeito de pertencimento a uma FD” (VENTURINI, 2009, p. 51).

Essa rememoração/recordação acontece por meio de uma rede parafrástica, que só é possível por causa dos domínios discursivos, que se constituem em memórias que se relacionam uma com as outras, instaurando sentidos outros, “constituindo, de um lado, a estabilidade, pela inscrição na rede de formulações, e, de outro, rompendo com ela e instaurando novos sentidos.” (VENTURINI, 2009, p. 250). Assim, em relação à construção do imaginário de Curitiba, os portais, parques e monumentos criados para homenagear os colonizadores representam o discurso do Movimento Paranista (valorização dos imigrantes europeus) e, por meio da rememoração/comemoração, tentam estabilizar o sentido de que não houve a participação dos negros na história de Curitiba.

Observa-se que os espaços urbanos são elementos determinantes para a efetivação da ilusão de certos discursos, visto que dão visibilidade ao objeto

discursivo. Essa materialização do discurso em lugares conserva a memória coletiva daquilo que é necessário ser mantido visível pelo Estado. Assim, os portais, parques e monumentos curitibanos mantêm vivo o discurso do passado (discurso fundador), que foi institucionalizado pelo Paraná.

Esses espaços urbanos seriam a representação do lugar de memória que busca impedir o esquecimento de antigas tradições, agindo como preservador destas, e teriam a função de resgatar traços de identificação entre o objeto de rememoração/comemoração e o espaço urbano.

Isso significa que o passado autoriza o discurso doutrinário, pois guarda valores a serem incorporados ao presente, tendo em vista o futuro. Na ausência de memórias espontâneas, especialmente em formações sociais em que a operação de memória não é mais natural, há a invenção de um passado inequívoco, que empurra para um futuro, dando a impressão, segundo Orlandi (2001c)¹², de que estamos dentro de uma história 'conhecida', porque nela ressoam outros discursos, que a sustentam e, ao mesmo tempo, sinalizam para a circularidade. (VENTURINI, 2009, p. 187)

As memórias localizadas ajudam no processo de identificação de grupos institucionais – como o do Movimento Paranista –, intervindo no cenário urbano, instituindo, assim, espaços memoriais que permitem olhar para o passado por meio de uma leitura simbólica do fato social rememorado/comemorado e fazem com que o sujeito tome uma posição, filiando-se, ou não, ao discurso de rememoração/comemoração. Cada um desses lugares constitui-se de uma memória relacionada a outras memórias, formando uma rede de filiações que encaminha e sustenta esses lugares de memória a uma formação social.

De acordo com Courtine (2006¹³, *apud* VENTURINI, 2009, p. 66), “o lugar de memória ocorre pela inscrição do lugar na ordem do simbólico e faz retornar enunciados já-ditos, significados, mas esquecidos. Não fosse assim, os lugares seriam apenas lugares de história, que guarda documentos”, visto que a memória quando arquivada deixa de ser recordação. No entanto, cabe dizer que o lugar de memória se faz necessário também como arquivo para que a memória não seja extinta e para ele que se constitua em história, como continuidade e estabilidade, gerando as memórias coletivas. Desse modo, o lugar de memória, como arquivo/documento, é

¹² ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Unicamp, 2001c.

¹³ COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Trad. de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

um objeto cultural que representa em si mesmo os conteúdos imaginários constitutivos dos objetos que arquiva. Nesse aspecto, o lugar de memória funciona duplamente: primeiro, guarda vestígios que irrompem no discurso da comemoração – eixo das relações – pelos objetos culturais que os ritos comemorativos convocam e celebram; segundo, constitui e dá visibilidade a esses objetos, ressignificando-os não somente como rastros do passado, mas como movimento contraditório pelo qual o passado é interpretado em função de um presente e encaminha a um futuro. (VENTURINI, 2009, p. 67-68).

Por meio dessa materialização do discurso, é dada visibilidade a uma determinada ordem social, significando-a de acordo com interesses institucionais, vivificando a memória. A história torna-se, assim, memórias coletivas “passíveis de constituir arquivo e de se tornar documentos históricos dados como herança a gerações futuras” (DAVALLON, 1993¹⁴ *apud* VENTURINI, 2009, p.60).

O lugar de memória possui duplo papel: impede o esquecimento de antigas tradições, como agente de mudança e transformação, pela preservação das tradições, e promove o resgate dos laços de continuidade. [...] Isso significa que o passado atua como um discurso doutrinário que guarda valores a serem incorporados ao presente, tendo em vista um futuro. (VENTURINI, 2009, p. 70).

Isso pode ser visto no processo de construção da identidade de Curitiba, em que o espaço urbano contribui para a preservação da imagem criada para a cidade – que considera os europeus em sua colonização e exclui os negros – por meio dos lugares de memória, aqui definidos como parques, monumentos e portais em homenagem aos imigrantes. Assim, é nessa materialidade do discurso que os ditos e não ditos são interpretados, e é pela rememoração (lembranças e recordações) que são atualizados, reconstruídos e reinventados sentidos sobre a história paranaense.

Esses espaços urbanos se desenvolvem e se mantêm imaginariamente em torno desse discurso do Movimento Paranista, por isso se transformam em lugares de memória que reforçam os valores institucionalizados em Curitiba, resultando na construção idealizada de identidades. Desse modo, a rememoração/comemoração do passado curitibano, por meio de lugares de memória, doutrina o discurso da construção da identidade de Curitiba como sendo o verdadeiro, ensinando no presente e tendo foco no futuro.

¹⁴ DAVALLON, Jean. Sociosémiotique des Images. In: DECROSSE, Anne (Org.). **L'esprit de société vers une anthropologie sociale du sens**. Liège: Margada Éditeur, 1993.

São esses lugares que guardam vestígios do passado e sustentam o que é dito. Os monumentos, parques e portais são a materialidade que leva o sujeito a crer porque está vendo, sendo então considerados discursos de rememoração/comemoração. Esses lugares representam aquilo que se mantém, seriam evidências, tendo, portanto, o sentido de uma informação referencial, institucionalizada, cristalizada, e funcionando no discurso de rememoração como o repetível, que sustenta, legitima e articula os discursos sobre a cidade de Curitiba.

No entanto, nesse discurso de rememoração/comemoração temos uma cultura apagando a outra: o destaque para os imigrantes europeus e a exclusão da raça negra. Segundo Venturini (2009, p. 88, grifo do autor), “ao constituir o *lugar de memória*, as instituições buscam, de alguma forma, controlar o passado e o presente, mudando imaginariamente o passado em função do presente pelo controle da memória”. Assim, o lugar de memória, por meio da rememoração/comemoração, além de atualizar a memória discursiva, determina as visibilidades e os apagamentos.

Os lugares de memória são referências que trazem para atualidade memórias fundantes. No caso dos lugares de memória de Curitiba, estes possibilitam a rememoração do discurso fundante do Movimento Paranista, em que os negros foram excluídos/invisibilizados na/da história do Paraná, bem como contribuem para sua presença ausente na cidade, visto que há uma memória que constitui os negros no espaço urbano como rememoração e recordação.

Cabe destacar que o que é apagado da memória e dos sujeitos, ou dos espaços sociais, como a presença do negro na história paranaense, ocorre não somente pelo esquecimento, mas também pelo silenciamento (censura), que tem o objetivo de impedir que a memória trabalhe, fique evidente. Desse modo, podemos dizer que há uma seleção da memória histórica (arquivo), que

exclui determinados acontecimentos e dá visibilidade a outros, de acordo com interesses institucionais. O procedimento de exclusão produz, pelo funcionamento do silêncio, uma forma de censura, fazendo esquecer o que é silenciado, mas, apesar disso, funda sentidos. (VENTURINI, 2009, p. 92).

São as instituições que escolhem o que fará parte da memória e o que será silenciado. Elas que são as legitimadoras de memória, que buscam determinar aquilo que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, destacando assim alguns

aspectos do objeto do discurso e apagando outros. Portanto, o sujeito é duplamente assujeitado: individualmente, pelo seu inconsciente, e socialmente, pela ideologia.

No caso de Curitiba, o silêncio do discurso sobre a população negra na história da colonização da cidade funciona nos lugares de memória do espaço urbano, que por trazer essa ausência, significa, ou seja, por deixar de falar sobre o negro reafirma o discurso racista.

Devemos considerar toda cidade como um discurso, que se apresenta pela materialidade urbanística e deve ser lida e decifrada.

Do ponto de vista discursivo, a cidade, segundo Orlandi (1999, p. 8)¹⁵, é um espaço simbólico que tem sua materialidade e que produz sua significância; ela dá forma a um conjunto de gestos de interpretação que constituem o urbano, cujo discurso se realiza no confronto entre o simbólico e o político. Nesse sentido, subordina-se ao imaginário urbano. (VENTURINI, 2009, p. 138)

É nesse imaginário urbano que encontramos o discurso sobre a cidade e a sua materialidade; e é esse discurso que organiza a cidade e silencia o real desse espaço.

É pelo discurso que a cidade se significa, e os sujeitos que a habitam reafirmam o seu pertencimento ao espaço pelas filiações identitárias que os inscrevem em redes de memória. [...] É pelo discurso, aparentemente homogêneo e linear, que a realidade imaginária da cidade liga o espaço urbano aos sujeitos no movimento descontínuo da história em sua relação com o real. (VENTURINI, 2009, p. 139-140)

O espaço urbano possui uma ordem, e esta deve ser seguida pelos sujeitos que nele vivem. É nesse sentido que temos uma relação de dependência entre a cidade e os sujeitos, visto que a cidade só existe por causa dos sujeitos que a constituem e os sujeitos são constituídos por ela, ou seja, um não existe sem o outro. Assim, podemos dizer que o discurso do Movimento Paranista vem das instituições e atende à demanda da cidade e dos próprios sujeitos, que buscam constituir laços de identificação com ela. É a memória que valoriza a imigração europeia e exclui o negro que permite à maioria dos curitibanos se reconhecer no imaginário urbano criado para Curitiba.

Esse discurso urbano que significa a cidade e os sujeitos, além de estar em enunciados verbais, também se encontra em enunciados não verbais que se tornaram lugares de memória. Desse modo, esses lugares cumprem a função de

¹⁵ ORLANDI, Eni. No limiar da cidade. **Rua**, Campinas: Unicamp, n. esp., p. 8-19.

cenário e de linguagem: cenário porque possui uma função ilustrativa e linguagem porque “é um processo de natureza parafrástica, em que algo se mantém pela repetição, constituindo a memória discursiva, que atualiza os dizeres” (VENTURINI, 2009, p. 130).

Como já dito, temos vários meios de fazer circular o discurso e construir um imaginário urbano. No caso de Curitiba, além dos locais urbanos – parques, portais, monumentos curitibanos – que fortalecem os traços de identificação entre o discurso do Movimento Paranista e a cidade, devido à visibilidade dada a esses espaços, temos, também, a partir da década de 1970, no período de mandato de Jaime Lerner (ex-prefeito e ex-governador de Curitiba), a mídia como lugar de memória, como lugar de atualização de saberes e dizeres.

A mídia utiliza o discurso do apelo e seduz o sujeito por aquilo que é importante na FD a que está assujeitado – no caso deste trabalho, a FD do Movimento Paranista e seu interdiscurso de valorização dos imigrantes europeus. O uso de *slogans* em referência à Curitiba, como “Curitiba, cidade europeia”, “Cidade sorriso”, “Cidade de primeiro mundo”, constituem-se de enunciados aforizantes, isto é, enunciados destacados constitutivos (enunciados curtos independentes de um texto particular), que foram/são sustentados por meio de discursos de rememoração e pela mobilização de fazer memórias (enunciados-imagens, como portais e monumentos).

É importante destacar que todo enunciado é passível de interpretação e passível a equívoco, podendo se tornar outro. Temos, assim, uma alteridade constitutiva do discurso – o interdiscurso, o outro discurso. Segundo Orlandi (1998b, p. 12),

Essa relação com a alteridade, a necessidade da interpretação e a possibilidade de transformação no sentido e no sujeito, seus movimentos, nos mostram que as coisas a saber são sempre tomadas em redes de memória nas quais os sujeitos se inscrevem filiando-se ao que os identifica.

Essa filiação do sentido que é considerada a memória do dizer. Assim, esses *slogans* significam pelo efeito de memória e relacionam dizeres, ancorando-se na situação de enunciação para significar. São esses enunciados de rememoração/comemoração que nos permitem lembrar o passado, mas com sentido outro, “transformado a partir de recordações (memórias) e do conhecimento

transformado e deslocado pelo funcionamento discursivo (historicidade)" (VENTURINI, 2009, p. 141).

Sobre esse sentido outro/novo, podemos trazer a questão da paráfrase e da polissemia – a primeira, seria a reinteração do mesmo, já a segunda, a produção da diferença, o deslocamento/deslizamento de sentidos. E nesse jogo entre o mesmo e o diferente o que funciona "é o imaginário na constituição dos sentidos, é a historicidade na formação da memória" (ORLANDI, 1998b, p. 15).

Portanto, podemos entender que o Movimento Paranista, constituído pelo discurso fundador, criou a cidade imaginária, ao passo que as instituições de poder tomaram esse discurso, institucionalizaram e o fizeram/fazem circular por meio dos lugares de memória (físicos e simbólicos) criados em/para Curitiba como rememoração/comemoração, que se constituem como o lugar em que se organiza, se estrutura e se difunde a memória que guarda os vestígios e os traços de identificação entre o povo e a cidade.

3.3 SILÊNCIO DISCURSIVO

Como visto, a falha é constitutiva da memória e do esquecimento, mas a questão do negro na cidade de Curitiba não é uma falha, mas uma falta, um silenciamento do dizer a partir da sobreposição do discurso sobre o imigrante, assunto a ser tratado nesta seção.

A memória, ou interdiscurso (já-dito), é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Essa memória não é a individual, mas sim a memória social inscrita em práticas e construída na história. Segundo Pêcheux (2010, p. 56), o real histórico é uma remissão necessária ao outro exterior, ou seja, é "a causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior".

O domínio da memória é constituído por um conjunto de sequências discursivas que pré-existem à sequência discursiva de referência, mas que ao serem realizadas produzem efeitos de lembranças, de redefinição, de transformação, mas também efeitos de esquecimento, de ruptura, de denegação do já-dito. É a partir do domínio de memória que se poderá aproximar os processos que garantem a

referência do dito ao já-dito e autorizar a correferencialidade a fim de se obter sentido. (COURTINE, 2009, p. 112).

A memória é como estruturação de materialidade discursiva. Ela

[...] seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2010, p. 52).

Assim, a memória discursiva toma a forma de repetição (citação, remissões, paráfrase), e é essa repetição (efeito material) que assegura certa estabilidade produzida por recorrência. Para Pêcheux (2010, p.52),

[...] haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma “regularização” (termo introduzido por P. Achard) se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (que podem a meu ver conduzir à questão da construção dos estereótipos).

Pode-se compreender por regularização as Formações Discursivas, que conforme formulação de Foucault, retomada por Maingueneau (1993, p. 14), constituem-se de “regras anônimas determinadas no tempo e no espaço de uma época e relacionadas com as condições sociais, econômicas, geográficas ou linguísticas apresentadas no enunciado”.

Verifica-se que essa regularização discursiva pode se modificar sob o peso de acontecimentos discursivos novos, que acabam por perturbar a memória, como o deslocamento e a desregulamentação dos implícitos (pré-construídos) associados ao sistema de regularização anterior. Portanto, há um jogo de força na memória, que, segundo Pêcheux (2010, p. 53), “visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula [...]; mas também, ao contrário, o jogo de força de uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede dos ‘implícitos’”.

Esse jogo de força da regularização ocorre na retomada dos discursos e constitui uma questão social. A regularização se apoia no reconhecimento do que é repetido. Assim, o papel da memória discursiva é a valorização de certos sentidos por meio da familiaridade ou ligação de situações que são reconstruídas pela paráfrase.

Os implícitos são enunciados cujo conteúdo é memorizado, e é por meio da paráfrase que esses implícitos aparecem.

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podem provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo. (ACHARD, 2010, p. 13).

É importante destacar que o passado, mesmo que memorizado, só pode ser significado se for reenquadrado no discurso concreto em que se está inserido, ou seja, para que haja a construção do sentido ele deve ser dito, visto que a memória é reconstruída na enunciação. Desse modo, para poder atribuir um sentido é preciso admitir que as repetições/paráfrases fazem parte de regularidades, isto é, de uma FD que seleciona certos implícitos.

Todavia, essa FD deve ser vista a partir de todas as formas de alteridade que a constituem. É importante “definir a relação interna que uma FD estabelece com seu exterior discursivo específico”, pois as FDs se organizam, também, em função de interesses ideológicos colocados em jogo pelas classes sociais (COURTINE, 2009, p. 236). Nesse caso, o sujeito pode sofrer processos de individualização e de socialização pelo Estado por meio de diferentes formas de poder. “É nessa instância que se dão as lutas, os confrontos e onde podemos observar os mecanismos de imposição, de exclusão e os de resistência” (ORLANDI, 2010b, p. 61).

Cabe destacar, ainda, a política que inventa formas de dominação legitimadas por uma política sem memória, como a da censura, do silenciamento. Para isso, tem-se a questão do esquecimento da memória, que, de acordo com Orlandi (2010b, p. 59), se constitui “de sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos”. Portanto, “falar é esquecer. Esquecer para que surjam novos sentidos, mas também esquecer apagando os novos sentidos que já seriam possíveis mas foram estancados em um processo histórico-político silenciador” (ORLANDI, 2010b, p. 61-62).

Verifica-se, assim, que a inscrição do acontecimento no espaço da memória é frágil, e pode ocorrer de duas formas: “a. o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; e b. o acontecimento que é absorvido na memória,

como se não tivesse ocorrido” (ORLANDI, 2010b, p. 60). É no entremeio dessa fragilidade da memória que temos o silenciamento: “é como se não houvesse ocorrido [o acontecimento] (b), não porque foi absorvido, mas, ao contrário, justamente porque escapa à inscrição na memória (a)” (ACHARD, 2010, p. 60).

O silêncio é uma forma de não se ter um já-dito, um já-significado. Uma forma de não se ter novos sentidos. Essa “falta” coloca fora do discurso o que poderia ser significado a partir dele. “Não há um esquecimento produzido *por* eles, mas *sobre* eles. Fica-se sem memória. E isto impede que certos sentidos hoje possam fazer (outros) sentidos. Como a memória é, ela mesma, condição do dizível, esses sentidos não podem ser lidos.” (ORLANDI, 2010b, p. 65-66, grifo do autor).

Assim, esses sentidos silenciados (excluídos) não podem significar, pois não foram trabalhados socialmente a fim de haver identificação pelos sujeitos. Segundo Orlandi (2010b, p. 66), “o que está fora da memória não está nem esquecido nem foi trabalhado, metaforizado, transferido. Está in-significado, de-significado”, ou seja, o que foi silenciado está em suspenso, somente sendo resquício na memória do dizer.

Em relação ao discurso silenciado sobre o negro, podemos dizer que o silenciamento ocorre não no entremeio dessa fragilidade da inscrição do acontecimento na memória, mas no sentido contrário: a questão racial está inscrita (ao contrário de **a** – que escapa à inscrição), pois ao não falar sobre essa temática toma-se uma posição; mas ela não é absorvida pela memória (ao contrário de **b** – que é absorvido pela memória e se dissipa), pois ao silenciar deixa-se de dizer, então a memória fica em suspenso. Temos, então, o **efeito de inexistência** que impede ler os sentidos que poderiam/deveriam ser lidos.

Por exemplo, verifica-se que os portais, monumentos e parques de Curitiba funcionam como memória social, estabelecendo relação entre as FDs e entre um discurso e outro. Esses locais, assim como os enunciados verbais, comportam sentidos atualizados pela memória discursiva e pela relação do sujeito com a ideologia que o domina, sendo afetados também por não ditos, silêncios. Assim, esses locais atualizam o discurso do Movimento Paranista ao mesmo tempo em que silenciam o discurso sobre a presença do negro/escravo na história da formação de Curitiba.

Observa-se que em Curitiba temos dois monumentos em homenagem ao negro, a Praça Zumbi dos Palmares e uma placa em bronze em homenagem às personalidades negras paranaenses. Além disso, também temos alguns locais

sociais referentes aos negros que funcionam como lugares de memória de resistência - luta contra o sistema escravagista e racista. No entanto, todos esses lugares são silenciados pelo discurso fundador, mas não deixam de significar, pois se constituem de memória.

Segundo Venturini (2009, p. 133), “O silêncio funciona nos textos verbais e não verbais, significando que o dizer e o não-dizer/não-mostrar relaciona-se à história e à ideologia. É justamente pela historicidade inscrita no texto que se pode “olhar” o silêncio e ver nele a ausência que significa”. Portanto, há um sentido no silêncio que instaura efeitos de sentidos diversos. É por meio da relação ideológica e da determinação histórica que as noções de imaginário, real e simbólico ocorrem. Assim, é a partir da relação do imaginário com o real, abordado por Pêcheux, que apreendemos a materialidade do silêncio, sua opacidade e seu processo de significação.

Segundo Orlandi (1997, p. 177-178),

Podemos então pensar a função do silêncio na distinção entre: a) a realidade que é o que se chama de contexto de situação; b) do real do discurso que é o silêncio e que nos indica que o sentido pode sempre ser outro; c) da noção de exterioridade tal como ela funciona na análise de discurso e que se representa, no trabalho do silêncio, a produção do interdiscurso, que é o efeito da relação da materialidade histórica com a da língua, resultando na “memória” do discurso, seu “saber”; a relação do discurso com o real.

O silêncio não é sobreposto pela intenção do locutor, há um sentido no silêncio. Segundo Orlandi (1997, p. 23), “se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante”. Existem palavras cheias de sentidos a não se dizer e outras em que o silêncio as faz significar. Portanto, o silêncio não é o implícito. Neste, o não dito remete ao dito; aquele não remete ao dito, ele é o silêncio e significa como tal.

Ainda segundo Orlandi (1997), o silêncio é caracterizado como fundante – em que todo processo de significação é relacionado ao silêncio; e político – em que o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir da posição do sujeito, e que ao dizer algo não diz “outros” sentidos.

Quando atentamos para o silêncio, tematizando razões “constitutivas”, fazemos o percurso da relação silêncio/linguagem e estamos no domínio do silêncio fundante. Quando circulamos pelas razões políticas, trabalhamos a dimensão do silenciamento na “formulação” dos sentidos. (ORLANDI, 1997, p. 55).

Em relação ao silêncio fundador, este é aquele que existe nas palavras, que significa o não dito, é a forma de silêncio que torna toda a significação possível.

O silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é o mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é “fundador”. (ORLANDI, 1997, p. 13)

Observa-se que sempre dizemos a partir do silêncio. Este não é complemento da linguagem, mas matéria significante. É ele que possibilita ao sujeito trabalhar sua contradição constitutiva, que permite perceber que todo discurso sempre remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa.

De acordo com Orlandi (1997, p. 94), “quando o interdiscurso “apaga” o silêncio fundador, enquanto tal, fazendo com que o não-dito se sobreponha (coincida) ao já-dito, ele produz a impressão de que o sentido não pode ser, na origem, senão *um*”. No entanto, os sentidos não se fixam nessa ilusão, eles continuam a produzir seus efeitos de sentido. E é o silêncio fundador que permite os múltiplos sentidos que tornam possível certa distância do sujeito em relação ao “dizível”: uma em relação ao “outro dizer”, à outra Formação Discursiva; e outra, em relação ao discurso social, ao consenso (ORLANDI, 1997, p. 91).

Em relação ao silêncio político, ou política do silêncio, este se caracteriza pelo fato de que ao dizer algo apagamos outros sentidos possíveis, mas indesejáveis. Enquanto o silêncio fundador significa em e por si mesmo, o silêncio político produz um recorte entre o que pode ou não ser dito. Segundo Orlandi (1997), a política do silêncio se subdivide em: i) silêncio constitutivo – em que para dizer é preciso não dizer; e ii) silêncio local – que se refere à censura (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura).

O silêncio constitutivo pertence à ordem e produção de sentido e preside em qualquer linguagem. Ele representa a política do silêncio quando determina o que é preciso não dizer para poder dizer, apagando assim os sentidos que busca evitar, não deixando o sentido de outra Formação Discursiva se instalar. Já o silêncio local

é a manifestação mais visível da política do silêncio, constituindo-se na interdição do dizer e do sentido. Aqui entra toda a questão do “tomar” a palavra, “tirar” a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar, etc. Segundo Orlandi (1997, p. 31), em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência).

Como já dito, as Formações Discursivas é que determinam o que pode e deve ser dito. No entanto, são as relações de força que estabelecem o que do dizível não deve (não pode) ser dito. Desse modo, a questão do silenciamento não se trata do dizível sócio-historicamente definido pelas Formações Discursivas, mas sim do que não se pode dizer do que se pode dizer.

Como exemplo disso, cito o resultado da minha dissertação, intitulada “A identidade do movimento *hip-hop* curitibano a partir da análise do discurso de letras de *raps*” (CARVALHO, 2011). Após análise de *raps* curitibanos, foi verificada a ausência do discurso sobre o negro. A questão da marcação de identidade negra faz parte do interdiscurso do Movimento *Hip-Hop* nacional e internacional, ou seja, pode ser dita na FD a que se vincula. No entanto, verificou-se que há um apagamento dessa questão nos *raps* curitibanos: a questão do negro em Curitiba não é dita, é silenciada.

Podemos verificar, com isso, que o silenciamento funciona do lado da opressão, pois quando a FD proíbe ou evita dizer certas palavras/expressões, proíbem-se os sentidos. Ao silenciar, proibimos os sujeitos de ocuparem certos lugares e posições, isto é, o silenciamento interdita a inscrição do sujeito em Formações Discursivas determinadas, conseqüentemente a identidade do sujeito é afetada enquanto sujeito do discurso, visto que ele só pode ocupar o lugar que lhe é destinado e produzir os sentidos que não lhe são proibidos.

Nota-se que o silenciamento sobre o negro em Curitiba acontece devido a memórias que o colocaram/colocam nesse “não lugar”, ou seja, a formação discursiva do Movimento Paranista propaga o discurso fundador que apaga o negro da história do Paraná e o oprime. Portanto, o silenciamento não significa exclusão da memória, mas sobreposição de outras memórias.

Cabe dizer, ainda, que, ao ficar em suspenso, a memória continua trabalhando, produzindo sentidos. Desse modo, a questão do negro em Curitiba seria “uma ausência presente”, pois não é dita, mas sabemos que existe. Ao ser

silenciado, deixa-se de dizer, logo a questão do negro passa a ser ignorada, produzindo efeito de inexistência. Portanto, silenciar torna-se um ato político, uma tomada de posição.

O silenciamento evita que haja um trabalho histórico do sentido e da identidade dos sujeitos. Ao não se falar sobre o negro (questão racial) em Curitiba, está-se intervindo no movimento que faz a história; na trajetória dos sentidos, negando o percurso já-feito; e nos processos de identificação, negando a identidade do outro.

4 ANÁLISE DOS DISCURSOS DA IDENTIDADE PARANAENSE

Neste capítulo serão analisados os discursos que contribuíram para com a identidade paranaense, especificamente, curitibana, em que o negro é silenciado/apagado e o imigrante valorizado.

Como visto, foi a partir da emancipação do Paraná, em 1853, que se iniciou a criação de uma identidade para o estado do Paraná, logo para Curitiba, devido a este Estado não ter, até então, características marcantes.

O discurso sobre o Paraná, nessa época, era negativo, tanto em relação ao povo quanto à geografia, como pôde ser visto no discurso de Brasil Pinheiro Machado (*apud* PEREIRA, 1998, p. 69),

O Paraná é um Estado typico desses que não tem um traço que faça delles alguma coisa notável, nem geograficamente como a Amazônia, nem pitorescamente como a Bahia ou o Rio Grande do Sul. Sem uma linha vigorosa de história como São Paulo, Minas e Pernambuco, sem uma natureza característica como o Nordeste, sem lendas de primitivismo como Matto Grosso e Goyaz. Dentro do Brasil já principiado o Paraná é um esboço a se iniciar. Falta-lhe o lastro dos séculos. Apesar de ser o estado de futuro mais próximo, forma nessa retaguarda característica de incaracterísticos. (...) eu poderia afirmar sem errar por muito que o paranaense não existe. O paranaense não existe, dentro do complexo brasileiro (...) O Paraná é um estado sem relevo humano. Em toda a história do Paraná nada houve que realmente impressionasse a nacionalidade. Nenhum movimento com sentido mais ou menos profundo. Nenhum homem de Estado. Nenhum sertanista. Nenhum intellectual. Nem ao menos um brasileiro de letras, que saindo d'elle, representasse o Brasil, como o Maranhão teve Gonçalves Dias, a Bahia Castro Alves, o Ceará José de Alencar e Minas Gerais Affonso Arinos, etc. A história e a geografia não tiveram forças bastantes para affirmarem o Estado do Paraná. Ella se resumiu na conquista anonyma da terra e na colonisação (iniciativa de fora) sobe a selvageria, a semi-civilisação ou o deserto. E depois da época dos bandeirantes ella dormiu até a imigração estrangeira. O aspecto geográfico, de pleno acordo com a história, é formado de trechos de toda a configuração do Sul do Brasil. (*apud* PEREIRA, 1998, p. 69, grifo nosso).

No discurso apresentado, encontramos alguns operadores que direcionam a argumentação, assumindo valores/sentidos. Esse termo “operadores argumentativos” foi criado por Ducrot, a fim de mostrar que alguns elementos da gramática (conjunções, advérbios, locuções conjuntivas, conectivos) servem para indicar a força argumentativa em enunciados.

Assim, a seguir, apresento breve análise dos sentidos que esses operadores instituem à identidade paranaense.

No trecho citado anteriormente, de Brasil Pinheiro Machado (*apud* PEREIRA, 1998), é possível verificar a utilização de certos operadores argumentativos que orientam para a negação total do discurso sobre características positivas ou identitárias próprias do Estado paranaense (a) e sobre a sua população (b).

a)

*O Paraná **não** tem um traço que faça dele alguma coisa notável.*

*O Paraná **não** tem uma linha vigorosa de história.*

*O Paraná **não** tem uma natureza característica.*

*O Paraná **não** tem lendas de primitivismo.*

*A história e a geografia **não** tiveram forças bastantes para afirmarem o Estado do Paraná.*

b)

*O paranaense **não** existe.*

*O paranaense **não** existe dentro do complexo brasileiro.*

*O Paraná é um estado **sem** relevo humano.*

O emprego da negação sempre pressupõe o contraponto a um discurso de afirmação. No caso destacado na citação de Brasil Pinheiro Machado e reproduzido nos exemplos anteriores (em “a” e “b”), as características que são negadas ao Estado e à sua gente reforçam e se contrapõem às mesmas características atribuídas a um Outro: a) outros estados têm traços notáveis, linhas vigorosas de história, naturezas características, lendas primitivas, história e geografia afirmativas; b) dentro do Brasil existe o brasileiro e as pessoas naturais de outros estados; todos os outros estados possuem relevo humano. Ou seja, nas sentenças apresentadas temos um discurso que visa a mostrar a discrepância existente entre o Paraná e os outros estados brasileiros na época.

Além desses operadores de negação, também encontramos na citação de Brasil Pinheiro operadores argumentativos de afirmação (toda) e de negação plena (nada, nenhum); e operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão (nem), assinalando como argumento mais forte para a conclusão a falta

de característica notável geograficamente e pitorescamente no Paraná (c); e a falta de um brasileiro (paranaense) representante da literatura (d).

c)

*O Paraná é um Estado típico desses que não tem um traço que faça dele alguma coisa notável, **nem** geograficamente como a Amazônia, **nem** pitorescamente como a Bahia ou o Rio Grande do Sul.*

d)

*Em **toda** a história do Paraná **nada** houve que realmente impressionasse a nacionalidade. **Nenhum** movimento com sentido mais ou menos profundo. **Nenhum** homem de Estado. **Nenhum** sertanista. **Nenhum** intelectual. **Nem** ao menos um brasileiro de letra [...]*

Nota-se, também, no discurso do trecho citado em (d), o sentido Outro: outros estados já impressionaram a nacionalidade; em outros estados há movimentos com sentidos mais ou menos profundo; em outros estados há homem de destaque, há sertanista, há intelectual e há brasileiro de letra. Ou seja, novamente vemos um discurso transversal, que reforça e contrapõe as características do Paraná.

Outro operador encontrado na citação de Brasil Pinheiro é o “apesar”. Este, na sentença, indica uma relação de oposição entre “o futuro do estado do Paraná” e sua falta de característica.

e)

*A pesar de ser o estado de futuro mais próximo, forma nessa retaguarda **característica de incaracterísticos**.*

Além disso, temos um discurso afirmativo, com argumentos negativos sobre a colonização paranaense, sobre seu povo semicivilizado e seu aspecto geográfico (deserto).

f)

*Ella [história e geografia do Paraná] se resumiu na **conquista anonyma** da terra e na **colonização (iniciativa de fora) sobe a selvageria, a semi-civilização ou o deserto.***

Por fim – como argumento final do discurso do autor –, é enfatizado que foi somente por meio da imigração estrangeira (principalmente europeia) que o Paraná acordou, renasceu:

g)

*E depois da época dos bandeirantes ella dormiu **até** a imigração estrangeira.*

No trecho anterior, temos o operador argumentativo **até**, que direciona para o argumento mais forte do discurso, determinando a conclusão de que foi a partir da “imigração estrangeira” que o Paraná começou a se desenvolver/progredir. Assim, por meio desse discurso é possível verificar a comparação realizada entre o europeu e o paranaense, em que este seria um sujeito inferior até a chegada do europeu – visto como superior.

Portanto, esses operadores analisados sustentam a argumentação desse discurso que visa criar uma nova identidade para o Paraná, consequentemente para o povo paranaense. O que se observa é que, após todas essas constatações citadas por Brasil Pinheiro, viu-se a necessidade da criação de um traço identificador que faça do Paraná um estado notável. Temos, então, a partir desse discurso, uma justificativa para a criação dessa identidade e para o surgimento do discurso fundador, em que o imigrante europeu é valorizado e o negro esquecido/apagado.

4.1 DISCURSOS FUNDADORES DA IDENTIDADE PARANAENSE

Consideramos como discurso fundador as obras, já comentadas, *Viagem pela Comarca de Curitiba*, de Auguste de Saint-Hilaire; *História do Paraná*, de Romário Martins; e *Um Brasil Diferente*, de Wilson Martins. São elas que fixam um

imaginário em que Curitiba é identificada com a Europa e que o imigrante europeu é valorizado. Esse discurso que trabalha tanto a exclusão quanto a fixação de certos efeitos de sentidos que produzem a identidade de Curitiba, a saber.

Segundo Saint-Hilaire e Wilson Martins, são as condições geográficas e climáticas de Curitiba que justificam a identificação do europeu com a cidade.

[...] Entre todas as partes desse império que percorri até agora, **não há nenhuma outra onde uma colônia de agricultores europeus tenha possibilidade de se estabelecer com mais sucesso do que ali. Eles encontrarão um clima temperado, um ar puro, as frutas do seu país e um solo no qual poderão desenvolver qualquer tipo de cultura a que estejam acostumados, sem grande dispêndio de energia.** [...] (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 32, grifo nosso).

[...] **as condições de clima e a colonização anterior o fazem atrativo para a imigração europeia**, terra onde os imigrantes que deixaram tudo para trás, deixando a sua pátria e o seu lar, **encontram, de novo, e quase inesperadamente, o melhor ambiente físico e social para atenuar o desajustamento em terra e entre gentes estranhas.** (MARTINS W., 1989, p. 102, grifo nosso)

É esse discurso que estabelece semelhança entre Curitiba e as cidades da Europa, propagando e fixando, até hoje, o imaginário de Curitiba com clima europeu, solo fértil e ambiente físico e social compatível à etnia. Cabe destacar, na primeira citação, o trecho “sem grande dispêndio de energia”, em que temos um sentido outro: o de que, diferentemente da Europa, os imigrantes teriam em Curitiba uma vida menos árdua, ou seja, um discurso que remete à vida dura que o imigrante levava em sua terra de origem. Já na segunda citação, no enunciado “colonização anterior”, referente aos portugueses, é criado o sentido de que há uma nova colonização: a dos imigrantes - discurso também visto no trecho do livro de Romário Martins:

Em todas as zonas povoadas do Estado, os elementos étnicos da **segunda fase do nosso povoamento** estão representados por imigrantes ou por seus descendentes de origem alemã, austríaca, italiana, polonesa, russa, ucraniana, holandesa, sírio-libanesa, em grande número, e por várias outras etnias de menor vulto. **Conjuntamente com os descendentes dos povoadores fundamentais**, essa população por toda a parte aí está construindo a Babel de todas as raças, irmanadas na mesma obra civilizadora, integrada no espírito novo, de cooperação e de fraternidade, com que marchamos para o futuro. (MARTINS R., 1995, p. 351-352).

Assim, vemos por meio desse discurso que o imigrante europeu passa a ser considerado como o antepassado do paranaense/curitibano, o novo colonizador. Temos, então, todo um discurso sobre o imigrante europeu, em que este é sempre o centro e nunca o Outro na história da formação do Paraná, bem como na conformação de Curitiba. Como diz Wilson Martins (1989, p. 172, grifo nosso), “o ‘homem paranaense’ é, jurídica e sociologicamente, o homem que nasce no Paraná, mas **o homem que nasce no Paraná é, do ponto de vista étnico, profundamente internacional**”. Temos aqui o jogo entre as formações imaginárias para a constituição de um novo sentido. Nessa resignificação de sentido (efeito polissêmico), o paranaense passa a ser o internacional, o imigrante europeu, consequentemente este passa a ser o principal pré-construído desse discurso.

O discurso fundador, então, contribuiu para com a valorização do imigrante europeu por meio de discursos em que se elogiam as características físicas do paranaense, que se assemelham às dos estrangeiros.

Em nenhuma outra parte do Brasil encontrei tantos homens genuinamente brancos quanto no distrito de Curitiba. [...]. De um modo geral eles são altos e bem constituídos, têm cabelos castanhos e pele rosada; suas maneiras são afáveis, sua fisionomia é franca, e eles não mostram o menor sinal daquela *basófia* que comumente torna insuportáveis os empregados e os comerciantes da capital do Brasil. As mulheres têm traços mais delicados do que as de todas as outras regiões do império que já visitei até agora, elas são menos arredias e conversam agradavelmente. (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 118-119).

A bela raça paranaense, que está se formando com o cruzamento do anglo-saxão, do latino, do eslavo, inteligente, viçosa, empreendedora, é digna de toda a solicitude, de todos os sacrifícios, para não desmerecer de seu brilho (Dr. Trajano Reis *apud* MARTINS W., 1989, p. 134).

Nos trechos anteriores temos a caracterização do paranaense ideal, aquele formado pelo cruzamento com o europeu e com características europeias (branco, olhos e cabelos claros), bem como um discurso que valoriza a etnia branca – diferente da do resto do Brasil (mestiça, negra).

É esse discurso fundador que preconiza a superioridade da raça ariana/branca e confere aos imigrantes o progresso e civilização do povo natural.

Será um erro supor que a maioria dos habitantes dos Campos Gerais seja composta de mestiços. **Há nessa região um número infinitamente maior de homens realmente brancos** do que nos distritos de Itapeva e de Itapetininga, e, à época de minha viagem, quase todos os operários da cidade de Castro pertenciam à nossa raça. **Não é, pois, de admirar que os**

habitantes dos Campos Gerais, apesar de sua profunda ignorância, falem um português muito mais correto do que os que habitam os arredores da cidade de São Paulo; eles que o pronunciam melhor; [...]. (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 17, grifo nosso).

Com a esperada afluência de novos imigrantes de nacionalidade alemã, polaca e italiana, pode-se afirmar que é desta mescla com o nacional que se formará o futuro tipo paranaense, constituindo certamente uma sub-raça inteligente e vigorosa, que saberá aproveitar as grandes riquezas de que a natureza dotou o solo deste futuro estado. (Silvio Romero *apud* MARTINS W., 1989, p. 125, grifo nosso).

Nos trechos anteriores vemos, ainda, que a convivência do paranaense natural (ignorante) com o imigrante, o tornaria uma “sub-raça” inteligente e vigorosa. Aqui o discurso fundador institui como o Outro – em relação ao imigrante europeu – o paranaense/brasileiro, construindo um discurso de superioridade da raça branca, europeia.

É esse discurso que criou o imaginário construído para a significação da cidade e da sua população, em que o negro é silenciado; e que o outro, considerado contraponto do paranaense, é o europeu, tanto como antepassado quanto como imigrante, como pode ser visto no trecho do livro de Wilson Martins:

Se é verdade, como se diz, que em algumas regiões do Brasil não há brasileiro sem uma gota de sangue negro, **no Paraná pode-se dizer que não há brasileiro, principalmente os de velhas famílias paranaenses, sem uma gota de sangue estrangeiro.** (MARTINS W., 1989, p. 329, grifo nosso).

Assim, podemos dizer que é esse discurso fundador paranaense que determina a política do silêncio no qual se diz X para não se dizer Y, ou seja, em que se exalta o europeu (branco) para não ter que dizer sobre o negro.

Verifica-se que após a emancipação do estado do Paraná, o negro, devido ao tráfico de escravo, estava visível na constituição da população. Com o intuito de se criar uma identidade paranaense, buscou-se, então, apagar essa visibilidade. Isso pode ser encontrado no discurso fundador paranaense: evita-se considerar a existência negro/escravo; quando a admite, caracteriza o negro/escravo negativamente; e prevê a extinção desta raça devido à miscigenação (ideologia do branqueamento).

Cabe destacar, ainda, que mesmo invisibilizando o negro, o discurso fundador paranaense não deixa de considerar a sua existência, como pode ser visto nos trechos abaixo (e mais para frente, com os dados estatísticos referentes a eles):

Como os índios, os negros foram agentes da riqueza colonial, individual e pública, e elemento formador da nossa nacionalidade. (MARTINS R., 1995, p. 152).

O negro africano concorreu, e muito, com a exuberância dos seus instintos afetivos, de resignação e de cordura, despertados pela disciplina das senzalas para este espírito de tolerância e de desprendimento que forma o fundo do nosso caráter. (MARTINS R., 1995, p. 154).

Ambos os discursos confirmam a contribuição do negro na cultura e formação do povo brasileiro, logo paranaense. No entanto, ao considerar o negro, este é caracterizado negativamente:

Fetichistas ao extremo, adoravam ídolos de grosseira confecção e até mesmo simples pedaços de osso, penas, etc.

[...]

Como artistas foram detestáveis. Os seus trabalhos de pintura eram de uma infantilidade sem progresso, e a sua escultura era informe. Na música e na dança, porém, revelam gosto e aptidão.

[...]

Quase todas as tribos eram polígamas e a forma de casamento, a compra de esposas. Mas em algumas tribos já as mulheres iam conquistando certos direitos domésticos. (MARTINS R., 1995, p. 153).

Ao povo cumpria obedecer e fazia-o passivamente [...].

Os sentimentos dos negros escravizados em nosso país eram, em regra, os melhores possíveis, embora **sua pouca capacidade de assimilação da cultura ariana** se mostrasse desde logo evidente (MARTINS R., 1995, p. 154, grifo nosso).

Esse discurso visa a inferiorizar o negro, se comparado com o paranaense, logo com o imigrante europeu. Nele encontramos comentários negativos sobre a religião (adoração), a arte e a cultura (casamento) afro, bem como característica da personalidade (passividade), que contribuem para sua exclusão, visto que o discurso negativo é sobreposto pelo discurso positivo sobre o imigrante europeu. Em relação ao trecho “incapacidade de assimilação de outra cultura”, além de poder ser interpretado como incompetente, temos um sentido outro: o de resistência à imposição da cultura ariana.

Verifica-se, ainda, que, em alguns casos, a construção da imagem do branco é feita através do discurso sobre negro.

A necessidade da emancipação do escravo sempre esteve presente **no espírito e nos sentimentos de nossa raça**. (MARTINS R., 1995, p. 379, grifo nosso).

[...] o escravo no Paraná não estava no eito dos cafezais e canaviais, sob a vigilância do feitor, em geral ganancioso, humilde ao patrão e feroz para com os escravos. As fazendas de criar como eram as nossas, em geral, ocupavam os crioulos, **para os quais os senhores, principalmente os moços, olhavam com mais sentimentalismo. De sorte quando se apelou para a generosa bondade paranaense, a libertação precipitou-se, fez-se sem ruído e sem violências**. A emancipação a 13 de maio de 1888 encontrou aqui quase tudo feito. (MARTINS W., 1989, p. 130, grifo nosso)

Temos, então, a constituição de um discurso como mero pretexto para mostrar como é o paranaense/a raça branca: um ser de sentimento, generoso, bom, ou seja, um discurso que na realidade valoriza a raça branca/o povo paranaense.

Além desse discurso que exclui o negro, temos o discurso que busca o invisibilizar da história da fundação do Estado: a ideologia do branqueamento por meio da miscigenação.

São tais os efeitos do cruzamento de mestiços de negro observados no Brasil, **que se pode prever, ainda para este século, o desaparecimento total dos seus restantes índices etiópicos na fisionomia da parte da população nacional que lhe é correspondente**. (MARTINS R., 1995, p. 157, grifo nosso).

É que o negro, sem o dinamismo reprodutivo que se observou em outras províncias brasileiras, **sempre sofreu, e continua sofrendo, no Paraná, da tendência a desaparecer**. É o que observa Romário Martins, atribuindo-o a várias causas: **seu pequeno número relativamente à população branca; à precoce mortalidade do mulato; às 'cruzas e recruzas' com brancos; as mudanças, e outras causas de menor importância**. (MARTINS W., 1989, p. 133, grifo nosso).

Nesse sentido, verifica-se que o discurso fundador paranaense prevê, com o tempo, o desaparecimento dos traços étnicos da raça negra, ou seja, a evolução étnica e social paranaense e a assimilação dos elementos da raça branca europeia na formação da sua população.

Também encontramos no discurso fundador o apagamento da raça negra e da escravidão, em que não se admite a existência destes na formação do Paraná.

[...] a presença do imigrante, em primeiro lugar, e, depois, a ausência do português e a **inexistência da escravatura**, de tal forma que os dois últimos não chegaram a atuar como forças sociologicamente ponderáveis. (MARTINS W., 1989, p. 05, grifo nosso)

Ele poderia acrescentar que esse belo tipo físico, corado e de cabelos castanhos se distinguia, ainda, dos demais brasileiros, por um traço de fundamental importância: não se misturava com o **negro, existente em reduzidíssimo número em toda a província no decorrer da sua história, e que por isso não chegou a invadir sexualmente os hábitos desses rústicos senhores primitivos. Ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravidão o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras**, como a que compreende o Rio de Janeiro e o Nordeste, por exemplo. (MARTINS W., 1989, p. 128, grifo nosso)

Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. **Sem escravidão, sem negro**, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira. [...] (MARTINS W., 1989, p. 446, grifo nosso).

Conforme observado nos discursos anteriores, o negro/escravo não chegou a influenciar o tipo físico do paranaense (europeu), o diferenciando assim do tipo físico brasileiro (mestiço) – novamente um discurso que exalta o imigrante. Verifica-se também que esse discurso fundador que busca invisibilizar/apagar o negro traz como argumento de autoridade dados estatísticos que visam a comparar o número de brancos e de negros/escravos e demonstrar a quantidade superior da raça branca no Paraná. Auguste de Saint-Hilaire, Romário Martins e Wilson Martins apresentam dados sobre a formação da população paranaense que seguem certa ordem cronológica.

O discurso de Saint-Hilaire sobre o recenseamento de Curitiba indica que, em 20 anos (1818 a 1838), a população total do distrito de Curitiba aumentou de 11.014 para 16.155. Essa população é assim dividida pelo autor:

1818	1838
11.014 habitantes	16.155 habitantes
3.036 mulatos livres	4.119 mulatos livres
251 negros livres	289 negros livres
544 mulatos escravos	704 mulatos escravos
1.043 negros escravos	1.237 negros escravos
1.587 escravos	1.941 escravos.

Observa-se que esse discurso considera a presença de negro/escravo em Curitiba, no entanto o intuito desses dados é demonstrar que esse crescimento não ocorreu de forma considerável em todas as castas/raças: mulatos livres, negros livres e escravos tiveram pouco crescimento, já a população branca foi a que mais cresceu.

Não se deve pensar que o aumento tenha sido na mesma proporção para todas as castas, pois para os brancos foi de 1 para 1,59, para os mulatos livres, de 1 para 1,35, para os negros livres, de 1 para 1,29 e para os negros escravos de 1 para 1,18; por conseguinte, a população branca é a que mais cresceu [...]. (SAINT-HILAIRE, p. 115)

Portanto, o discurso fundador de Saint-Hilaire busca apagar o negro/escravo da formação de Curitiba, fixando a ideia de que a raça negra estava diminuindo. Entretanto, nota-se, por meio desses dados, que tanto em 1818 quanto em 1838 mais da metade da população do distrito de Curitiba era negra ou descendente de africanos, ou seja, mesmo não havendo um aumento populacional negro considerável, o negro ainda era a maior parte dos habitantes de Curitiba.

Verifica-se que é no discurso de Romário Martins que o imigrante europeu ganha destaque na formação da população paranaense. Segundo esse autor, de 1829 a 1929, possivelmente, 128.953 imigrantes europeus entraram no Paraná (MARTINS R., 1995, p. 351). Ao contrário de Saint-Hilaire, que apenas destaca o crescimento “mínimo” do negro/escravo, Romário Martins compara o aumento da população branca e negra, para depois apagar o negro da história.

1872	1890
126. 722 habitantes	249.491 habitantes
116.162 brancos 10.560 negros e mulatos.	12.898 (5,17%) negros 46.555 (18,66%) mulatos, de diversas matizes.

Observa-se, por meio desses dados, que o discurso de Romário Martins busca mostrar que a população negra e mestiça, no Paraná, nunca conseguiu ser numerosa. “O máximo total a que os escravos negro e mulato atingiram entre os

paranaenses foi, em 1872, de 10.560 numa população branca de 116.162 almas” (MARTINS R., 1995, p. 158). Em 1890, também temos dados que buscam mostrar o aumento insignificante de negros, se comparado ao branco: “nossa população em geral era em 1890, de cerca de 250.000 almas e de 5,17% o coeficiente negro” (MARTINS R., 1995, p. 391). É importante destacar nesse discurso o uso da palavra “almas” para indicar a raça branca, que, no cristianismo, conota a pureza, e que diferencia o tratamento do negro, tido como propriedade, do homem branco.

Além disso, o discurso de Romário Martins visa a inferiorizar o negro e a valorizar a raça branca.

Em 14 anos [1858-1872] o aumento foi apenas de 1.560 negros e seus mestiços, o que demonstra a pouca proliferação de ambos e a sua curta vida nas altitudes elevadas como as nossas, circunstâncias essas motivadas pela pouca resistência dos órgãos respiratórios do mulato” (MARTINS R., 1995, p. 392).

Assim, vemos um discurso biológico sobre a miscigenação do negro com o branco, ou seja, do mais fraco com o mais poderoso.

Por fim, temos o discurso de Wilson Martins, que nos apresenta uma análise comparativa da população brasileira e o aumento de estrangeiros no país.

1873	1900	1955
126.722 habitantes	331.509 habitantes.	550.000 habitantes
12.672 (10%) negro 8.870 (7%) indígena (caboclos) 105.179 (83%) branco	Mais de 100.000 estrangeiros	400.000 nacionais 150.000 de origem estrangeira, aproximadamente

Observa-se, por meio desses dados, que o discurso desse autor busca destacar a quantidade da raça branca e de estrangeiros no Brasil, conseqüentemente silencia a raça negra de seu discurso.

Além disso, esse autor apresenta em seu discurso algumas informações sobre escravidão, que contribui para a ideia da inexistência de escravos no Paraná. Segundo Wilson Martins, no período da escravatura no Brasil (1873-1882) o Paraná diminuiu seus escravos de 10.669 para 7.668; já em setembro de 1884, baseado em informações do jornal *Dezenove de Dezembro*, diz haver apenas 200 escravos em Curitiba. É importante destacar neste discurso a contradição com o discurso de Romário Martins, que diz que 1884 havia na província paranaense 6.721 escravos, 527 só no município de Curitiba (o restante estava distribuído nos 24 municípios do Paraná) – um número bem maior que o apresentado por Wilson Martins.

Portanto, o discurso fundador paranaense silencia/apaga a existência do negro em sua formação histórica e cultural, tanto quando admite sua presença, colocando-o à margem da sociedade/da história, tanto quando não o admite. É um jogo de imagem sobre a realidade e o imaginário construído – como realmente é e como deveria ser. E é esse discurso fundador, difundido por meio da Formação Discursiva do Movimento Paranista, que, por meio de interdiscursos, determina identidades e divide sentidos.

Verifica-se que, enquanto Saint-Hilaire, Romário Martins e Wilson Martins, por meio de seus discursos, invisibiliza o negro, o jornal *O Dezenove de Dezembro*, de 1854, em contrapartida, atesta a presença de escravos em Curitiba através de seus anúncios. Portanto, enquanto no dito do discurso fundador estão os imigrantes e os brancos, no funcionamento do discurso, nas práticas sociais, nos discursos que circulam, por exemplo, nos anúncios dos jornais, os negros aparecem.

Desse modo, temos então uma imprensa que confirma a presença de escravos em Curitiba em oposição a um discurso fundador que busca apagá-lo.

CURITYBA

(4.º termo judiciário e policial)

[...]

Tem a cidade de Curityba 27 bairros, que são os seguintes: 1.º o da cidade; 2.º o Ahú; 3.º Pilarzinho; 4.º Nossa Senhora das Mercês; 5.º Santa Quitéria; 6.º Tatuquara; 7.º Campo-comprido; 8.º Botiatuvinha; 9.º Campo-magro; 10 Atuba; 11 Palmitar; 12 Cachoeira; 13 Veados; 14 Ribeirão da Onça; 15 Capivary; 16 Boixininga; 17 Borda do Campo; 18 Campina-grande; 19 Arraial; 20 Serro-lindo; 21 Marmelleiro; 22 Botintuva; 23 Pacutuva; 24 Tranqueira; 25 Conceição; 26 Ourofino; 27 Assumguy de Cima.

Nestes 27 bairros existem 5,819 indivíduos, dos quaes são homens 2,940, e 2,879 mulheres. Não passam de 21 annos 3,674, de 40 annos

1,654, e sobem dessa idade 491. São solteiros 4,389, casados 1,279, e 151 viúvos. **São brancos 4,102, mulatos e pardos 955, e pretos 762, de que 473 são escravos.**

No anno passado houverão 614 baptisados, sendo 578 livres e 36 escravos; o numero dos mortos foi de 125, 17 dos quaes forão escravos, sendo por tanto o excesso dos nascidos sobre os mortos de 489, tendo havido 106 casamentos, dous dos quaes forão de escravos.

[...]

(Sabbado, 25 de novembro de 1854, anno 1, n. 35, p. 3, grifo nosso)

Assim, de acordo com dados do jornal, temos, em 1854:

Brancos	4.102
Mulatos e pardos	955
Pretos	762

Cabe destacar que dentre os considerados pretos, 437 eram escravos. Nesse caso, não considerar a presença de escravos na formação histórica paranaense seria um erro.

Consideramos o jornal *O Dezenove de Dezembro* como um lugar de memória da presença de escravos no Paraná. Como valor documental, a imprensa, além de informar e desempenhar um papel social, permite verificar a ideologia da época em relação ao escravo – como eram tratados e eram vistos.

Nos jornais analisados encontramos anúncios de compra, venda e aluguel de escravos, que demonstram o tráfico interprovincial; bem como anúncios de fuga. Estes anúncios constroem a imagem do negro/escravo como sujeito-objeto, propriedade particular da sociedade paranaense.

Nota-se que tanto os anúncios de venda quanto os de aluguel destacam traços descritivos do negro/escravo, como: idade, vícios, estado físico, sua habilidades profissionais:

VENDE-SE, na rua do Fogo n. 17, **um escravo de nação, de 22 a 24 annos de idade, em vicio algum; serve muito bem para engenhos de erva**, e affiança-se: trata-se na rua acima com Francisco Caetano de Sousa. A mesma casa acaba de chegar um [do] sortimento do novo galvanismo, de persistência é affiançável, por preços []dicos. (Sabbado, 1º de abril de 1854, anno 1, n. 1, p. 4 – jornal mutilado, grifo nosso)

VENDE-SE **uma preta que cosinha, lava, &c., por preço commodo**; nesta typographia se darão informações. (Sabbado, 16 de dezembro de 1854, anno 1, n. 38, p. 6, grifo nosso)

PRECISA-SE **alugar uma preta que saiba lavar, engommar e cosinhar**; quem a tiver dirija-se á esta typografia. (Sabbado, 4 de novembro de 1854, anno 1, n. 32, p. 4, grifo nosso)

Também é possível verificar que as mulheres eram vendidas ou alugadas para trabalhos domésticos, já os homens para serem mão de obra em engenhos.

VENDE-SE **uma preta de vinte annos de idade, sadia e que cozinha, lava e engomma**. Não se poe duvida em vender-se á praso, sendo o comprador abonado ou dando garantia; nesta typographia se dirá quem a vende. (Sabbado, 22 de julho de 1854, anno 1, n. 17, p. 4, grifo nosso)

PRECISA-SE **alugar uma preta que saiba lavar, engommar e cosinhar**; quem a tiver dirija-se à esta typografia. (Sabbado, 28 de outubro de 1854, anno 1, n. 31, p. 6, grifo nosso)

PRECISA-SE **alugar um preto ou preta que saiba cozinhar e o mais arranjo de uma casa de família**; na rua das Flôres n. 13. (Sabbado, 8 de abril de 1854, anno 1, n. 2, p. 4, grifo nosso)

O engenheiro Seturnino Franciso de Freitas Villalva, director da nova estrada de carro que se vae construir desta capital á marinha, tendo de começar estes trabalhos deste mez em diante, convida ás pessoas que quizerem ali se empregar, **ou que quizerem alugar seos escravos para os de enxada, machado e picareta**, a dirigirem-se ao mesmo, na rua do Louro n. 3, ou no sertão da Graciosa para onde parte em dias da semana próxima futura. (Sabbado, 9 de setembro de 1854, anno 1, n. 24, p. 4, grifo nosso).

Cabe dizer que os anúncios de venda de escravos fazem parte da coluna do jornal referente aos anúncios de vendas gerais – produtos alimentícios, objetos, animais, imóveis, tecidos, ferragens, entre outros.

ATENÇÃO!!

Quem quizer pexinchar, chege á rua da Carioca n.º 20 e verá: cortes de vestidos de seda lavrada, pretos, e de cores, ditos de chaly e seda, ditos brancos bordados, e rendados; ditos de cassa e chta barrados; manteletes de renda preta superiores; visitas de seda requissimas; panno azul, preto, e cor de pinhão de 1.º qualidade; chachemira preta e de cores de 1.ª e 2.ª sorte; cortes de brim de linho superiores; gravatas e lenços de seda de todas as qualidades; gregas com vidrilhos; quinquilharias, extractos, cheiros, macassá perola, pentes de tartaruga, e fingindo tartaruga, para

trança, calçado para homem e para crianças, sapatos de marroquim, envernizados, setim, botinas, tudo para senhoras; luvas frescas de pelica, de seda de cores para homem e sras., meias de seda para homem e sras., chitas e morins de toda as larguras, vestidos de seda e cassa para meninas e roupinhas fraucezas, tudo pelos preços mais módicos possíveis.

Na mesma casa **vende-se um negro sem vícios, que entende de trabalhos de roça, e engenhos de herva, por preço rasoavel.** (Sabbado, 15 de abril de 1854, anno 1, n. 3, p. 6, grifo nosso)

Além disso, observa-se uma linearização dos sintagmas, em que os negros são colocados à venda ao lado de produtos. Desse modo, o escravo passa a ter traços semânticos não humanos – é mercadoria dentre tantas outras vendidas.

PELO juízo de orphãos desta capital se faz publico que no dia 28 do corrente mez, ás 10 horas da manhã, em casa do curador á herança o doutor Augusto Lobo de Moura, se hão de arrematar os bens do finado Antonio Teixeira de Carvalho, de fazendas seca, gêneros de armazém, alguma mobília, e roupa, dois cavallos, algumas rezes e **3 escravos**; e no dia 10 de agosto próximo futuro ás mesmas horas, em casa do respectivo juiz se hade arrematar uma morada de casas com cosinha e quintal, sita na rua das Flores, pertencente ao mesmo finado. (Sabbado, 22 de julho de 1854, anno 1, n. 17, p. 4, grifo nosso)

MOBILIA, &c. &c. &c.

VENDE-SE uma mobília de jacarandá, quase nova, uma cama franceza com colchão e travesseiro, 6 castiçaes com mangas, 4 jarras para flores, 1 toucador, 1 aparelho de porcelana, e 1 de louça chneza para chá, meio dito de mesa e outros vários objectos. **Vende-se também uma preta de 20 annos idade, sadia, e que cosinha, lava e engomma.** Para informações nesta typographia. (Sabbado, 9 de setembro de 1854, anno 1, n. 24, p. 4, grifo nosso)

Em relação aos anúncios de fuga de escravos, estes são verdadeiros “retratos falados”, pois apresentam as características físicas (cor da pele, do cabelo, dos olhos; altura; sinais/marcas/defeitos no corpo; formato do nariz, etc.), o nome, a idade, a vestimenta; além de descreverem as habilidades profissionais, informarem de quem os escravos é propriedade e onde poderiam ser encontrados. O intuito dessa descrição minuciosa é aumentar a chance de encontrar o escravo, visto que ele é propriedade privada.

FUGIO á Ponciano José de Araujo, morador em Guarapuava, no dia 13 de fevereiro de 1852, o escravo de nome Sebastião, creoulo, cor fula, estatura regular, reforçado do corpo, barba serrada, falla grossa; suppõe-se que tenha mudado de nome por assim o ter feito uma vez que andou fugido. Desappareceu quando se dirigia a esta cidade com uma tropa

abandonando-a no mato da Ferraria; e desconfia-se que ande para os lados do Assungui, Ribeira, ou Morretes. Quem o apprehender, ou delle der notícia n'esta typographia, ou ao sr. Cypriano da Silveira Brasil, em Guarapuava, será gratificado. (Sabbado, 23 de setembro de 1854, anno 1, n. 26 , p. 4)

A JOÃO Francisco fugiu no dia 15 do corrente um escravo crioulo, de nome Simão, fulo, alto, pés grandes, e calcanhares rachados, idade mais ou menos 24 annos; levou poncho de panno azul novo; toca viola, e gosta de fandangos: quem o trazer, não sendo apadrinhado, á rua das Flores n. 14, receberá de gratificação 50\$000. (Sabbado, 21 de outubro de 1854, anno 1, n. 30, p. 4)

FUGIO a Antonio José Alves, residente na Villa de Antonina, um escravo de nome Antonio, estatura ordinária, olhos pequenos, corpo reforçado, cabello corredio, pernas grossas e um pouco zaimbras, cor parda, pés esparramados; levo vestido camisa e calça de algodão grosso, e um embrulho com mais alguma roupa. Quem o apprehender e leval-o á referida villa, alem d'uma gratidão eterda, será bem recompensado; é official de pedreiro. (Sabbado, 25 de novembro de 1854, anno 1, n. 35, p. 4)

FUGIO da Villa de Antonina, e consta que está nesta cidade, um preto, crioulo, escravo do sr. Francisco Rodrigues, de nome Virissimo, alto, magro, pouca barba, nariz pequeno; quem o apprehender e levar ao sr. Antonio Pinto Porto, rua da Carioca n. 4, será gratificado generosamente. (Sabbado, 30 de dezembro de 1854, anno 1, n. 40, p. 4)

Nota-se que nos anúncios de vendas e aluguel predominam a indeterminação do sujeito, ou seja, o apagamento do sujeito proprietário. Isso pode ser interpretado como forma do paranaense se isentar da prática de comércio de escravos, imagem que condiz com o discurso fundador, que propaga a ideia de que o Paraná era antiescravagista. Já nos anúncios de fuga, é possível encontrar a marcação dos nomes dos proprietários dos escravos, isto devido, provavelmente, a se tratar da perda de um bem material e econômico, ou seja, o sujeito proprietário só é apresentado nos anúncios quando envolve prejuízo financeiro e de mão de obra.

Por meio desses anúncios do jornal também é possível encontrar a construção da imagem do negro/escravo, ou seja, é nesse veículo que o negro/escravo ganha corpo e visibilidade, sendo visto como sujeito (fugitivo) e não mais como objeto – mas ainda assim como propriedade.

Outro fato importante observado através da análise dos anúncios do jornal são as descrições de sinais/marcas presentes no corpo dos escravos, consequência dos castigos físicos sofridos por eles.

FUGIU de Bento Laurindo de Castro, morador no Asonguy, districto da Capella, curato de Vetuverava, um escravo de nome Benedicto, de idade 50 annos pouco mais ou menos, pardo claro, altura ordinária, fino de corpo, bem barbado, bom carpinteiro, **tem o braço direito deslocado do hombro, e por isso um tanto mais secco do que o outro**. Este escravo foi crioulo do fallecido capitão Joaquim Antonio Guimarães de Paranaguá; quem o apreender e entregar em Paranaguá, ou em Antonina ao sr. José Dias Barbosa, ou em Morretes ao sr. Manoel Ribeiro de Macedo, ou em Coritiba ao sr. Floriano Berlintes Casto, será bem gratificado, pois o anounciante não recua diante de qualquer das penas que estes senhores facão com o dito escravo. (Sabbado, 6 de maio de 1854. p. 5, grifo nosso).

A'Francisco de Paula Guimarães, de Curityba, fugio uma escrava creoula, com os seguintes signaes: bem preta, de estatura ordinária, cara redonda, olhos grandes, boa dentadura, e dentes aguçados, maviosa e affectada, mãos grandes como de homem que trabalha com machado, tem as munhecas grossas, e os dedos curtos, **um pequeno signal como de queimadura sobre as costas**, chama-se – Amancia. – A quem a trouxer, além de pagar-se as despezas, se dará uma gratificação. (Sabbado, 16 de setembro de 1854, anno 1, n. 25, p. 4, grifo nosso)

Assim, a partir desses anúncios, o negro passou a ter visibilidade na sociedade paranaense, mas essa visibilidade não tinha o intuito de valorizá-lo e sim de somente identificá-lo como escravo, mantendo-o no lugar criado para ele, o de propriedade de senhores brancos da elite paranaense. Fato que pode ser atestado por meio da publicação do Decreto n. 13/1854 do Governo Geral, que regulamenta alguns comportamentos a serem seguidos pelo povo (incluindo os negros/escravos), relacionados a jogos e reuniões, bem como o cerceamento em torno de elementos da cultura afro, como o batuque e o fandango.

PARTE OFICIAL.

GOVERNO GERAL

DECRETO N. 13 – de 4 de setembro de 1854.

[...]

Art. 4.º Ficão prohibidos os batuques ou fandangos, mesmo fora das povoações, sem previa licença da autoridade policial, que só a poderá conceder a pessoa de reconhecida probidade, e por ocasião de casamentos. O dono da casa que consentir a introdução de filhos famílias e escravos sem consentimento de seus Paes e senhores, soffrerá a multa de seis a dez mil réis; tornando se extensiva esta mesma pena nos que fizerem taes divertimentos sem a licença acima declarada.

Art. 5.º Todo aquelle que, em casa, ou em qualquer outro lugar der tabolagem para jogos de azar, com cartas ou dados, ou consentir ajuntamento de dia ou de noite, de pessoas de qualquer qualidade, principalmente de filhos famílias, criados, e escravos, quer disso receba lucro, quer não, será primeira vez advertido pelo fiscal para não continuar em tal abuso, e quando não abstenha-se, soffrerá, de cada vez que for

convencido desse abuso, além da multa de quatro a oito mil réis, a pena de quatro a oito dias de prisão.

Art. 6.º Os que forem encontrados em lugares occultos, ou nos subúrbios da povoação em acto de jogar, sendo pessoas livres e de maior idade, soffrerão as penas do artigo antecedente, e sendo filhos famílias ou escravos serão levados a seus superiores, para por elles serem corrigidos, e pela terceira vez soffrerão estes a pena de um a três dias de prisão. (Sabbado, 7 de outubro de 1854, anno 1, n. 28, p. 1)

Nota-se, por meio desse decreto, que o governo impede a inserção da cultura afro na sociedade paranaense. Temos aqui a política do silêncio sendo aplicada: a interdição de uma cultura, consequentemente a interdição do dizer e do sentido sobre o negro/escravo.

Portanto, por mais que o jornal *O Dezenove de Dezembro* ateste a presença de negro/escravo em Curitiba, seu discurso ainda vai ao encontro do discurso fundador, sendo a voz do opressor. Assim, o negro/escravo seria o oprimido, aquele que tem seu lugar e posição determinados na formação discursiva da elite branca paranaense.

4.3 LUGARES DE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NA CONSTITUIÇÃO DO URBANISMO CURITIBANO

Após termos verificado por meio da análise do discurso fundador a exaltação do imigrante europeu e o apagamento do negro/escravo na conformação do Estado paranaense, bem como de Curitiba, cabe agora mostrar a presença desse discurso nos lugares de memória do planejamento urbano da capital.

Como visto, após a emancipação do estado do Paraná, e a chegada dos imigrantes, houve a necessidade da criação de uma identidade para o Estado paranaense, logo para sua capital, Curitiba. O discurso fundador dessa nova identidade era inscrito em formações discursivas do racismo e do branqueamento. Por volta do final do século XIX, iniciou-se o Movimento Paranista, formado por intelectuais, literatos, artistas, etc., que tinha em sua formação discursiva memórias do discurso fundador. Foi a partir desse movimento que foi forjada uma identidade cultural para o Estado, com heróis e mitos de origem onde o negro não é citado.

Além disso, entre 1960 e 1970 o projeto urbanístico criado para Curitiba, que visava um modelo de desenvolvimento planejado e a modernização, ajudou na materialização desse discurso que invisibiliza, silencia e esquece o negro. Surgem então os lugares de memória, a materialização do discurso em objetos discursivos, que fazem sentido na sociedade e permanecem vivos nela. Segundo Venturini (2009, p. 70), o lugar de memória “impede o esquecimento de antigas tradições, como agente de mudança e transformação, pela preservação das tradições, e promove o resgate dos laços de continuidade”.

No entanto, esse projeto urbanístico só foi concretizado por meio da política de planejamento político-institucional, na gestão do arquiteto e urbanista Jaime Lerner. Dentre as mudanças realizadas no planejamento urbano, como já apresentado, estavam a criação do sistema de ônibus expresso; do sistema de circulação; de parques e áreas verdes; de um setor histórico; e da Cidade Industrial – esta, uma estratégia de desenvolvimento que tinha o intuito de atrair investidores para capital.

Esse projeto, que tinha como objetivo solucionar alguns problemas urbanos que haviam surgido (como loteamentos clandestinos, devido ao crescimento desordenado; inundações frequentes no centro da cidade, entre outros), contribuiu para invisibilidade/exclusão do negro e para a preservação da positividade em torno da imagem da capital Curitiba, ajudando a criar a ideia de Curitiba ser uma das melhores cidades do mundo para se viver. Os municípios ao redor cidade, por não terem uma coordenação efetiva, ou uma regulamentação tão rígida, acabaram recebendo todas as “mazelas” e problemas vetados de ingressar na capital. Segundo Oliveira (2000, p. 186), em Curitiba, a “maioria dos seus pobres não se encontra no núcleo, mas espalhada pela sua periferia, confirmando a funcionalidade do papel desempenhado pelos municípios vizinhos na absorção de mazelas sociais e ambientais”. Assim, verifica-se que dentre essas “mazelas”, também se encontram muitos dos negros que aqui vivem, visto que a maioria é pobre.

Outra mudança significativa na cidade que contribuiu para a invisibilidade do negro foi a construção de parques e de monumentos em homenagem aos imigrantes, que podem ser vistos como poder de persuasão simbólico das ideias paranistas, em que se tem a valorização do elemento europeu. Esses lugares trazem à lembrança os vestígios de um passado, mas a falta em relação ao negro

atualiza saberes e fixa uma identidade criada, direcionando sentidos pelo que apagam e pelo que deixam visível.

A seguir cito os lugares de memória que homenageiam os imigrantes, inaugurados, em sua maioria, na década de 1990:

- Bosque Boa Vista / Bosque Dr. Martim Lutero, inaugurado em 1996 em homenagem ao reformador **alemão** e prócer da Reforma e renovação da Igreja no século XVI, localizado no bairro Boa Vista;
- Bosque do **Alemão**, inaugurado em 1996 em homenagem aos primeiros imigrantes a se estabelecer em Curitiba, localizado no bairro Vista Alegre;
- Bosque Fazendinha, inaugurado em 1995 e localizado no bairro Fazendinha, na antiga chácara da família Klemtz, de origem **alemã**, pioneira na indústria da olaria em Curitiba. O museu do bosque foi feito dentro da casa da família, que data de 1896;
- Bosque Irmã Clementina, inaugurado em 2008, em homenagem a Clemence Bertha Van Hombeeck (Irmã Clementina), freira e pedagoga **belga** naturalizada brasileira, localizado no Bairro Alto;
- Bosque do Papa João Paulo II e Memorial **Polonês**, inaugurados em 1980 em homenagem à comunidade polonesa, localizados no bairro Centro Cívico;
- Bosque de Portugal, inaugurado em 1994 em homenagem ao povo e à cultura **portuguesa** no Brasil (lá existe o Memorial da Língua Portuguesa), localizado no bairro Jardim Social;
- Bosque Prof. Erwin Gröger, inaugurado em 2010 em homenagem ao Prof. Erwin Gröger, engenheiro agrônomo **austriaco** radicado em Curitiba, localizado no bairro Abranches;
- Bosque Reinhard Maack, inaugurado em 1989 em homenagem ao geólogo, cartógrafo e biólogo **alemão**, Reinhard Maack, descobridor do Pico Paraná (o ponto mais alto da Região Sul do Brasil, com 1.922 metros de altitude), localizado no bairro Hauer;
- Bosque São Cristóvão / Bosque Italiano, inaugurado em 1990 em homenagem aos **italianos**, aberto para realizações de eventos: Festa da Uva e Festa do Frango, Polenta e Vinho (julho), localizado no bairro Santa Felicidade;

- Bosque Zaninelli / Unilivre, inaugurado em 1992 em homenagem ao **francês** Jacques Cousteau, localizado no bairro Pilarzinho;
- Casa da Memória, de estilo **alemão**, que possui documentos sobre a história de Curitiba, localizada no bairro São Francisco;
- Casa Romário Martins, de arquitetura colonial **portuguesa**, localizada no bairro São Francisco;
- Jardim Botânico, inaugurado em 1991 à imagem dos jardins **franceses**, localizado no bairro Jardim Botânico;
- Memorial Ucraniano, inaugurado em 1995 em homenagem ao centenário da chegada dos imigrantes **ucranianos** em Curitiba, localizado no Parque Tingui, no bairro São João;
- Monumento Semeador, do artista polonês João Zaco Paraná, inaugurado em 1924, uma homenagem da colônia **polonesa** ao Centenário do Brasil Independente, localizado no Centro de Curitiba;
- Museu de Arte Sacra da Arquidiocese de Curitiba, onde se encontram memórias dos primeiros **portugueses**, localizado no Largo da Ordem;
- Parque da Imigração Japonesa, inaugurado em dezembro de 2012 após recuperação de terreno degradado no Parque Iguaçu; idealizado em homenagem ao centenário da imigração **japonesa** no Brasil comemorado em 2008; localizado na divisa do bairro Uberaba e a região metropolitana de São José dos Pinhais;
- Portal Italiano e Memorial da Imigração **Italiana**, localizado no bairro Santa Felicidade;
- Praça Gibran Khalil Gibran, em homenagem ao escritor libanês, e Memorial Árabe, ambos inaugurados em 1996 em homenagem aos imigrantes **árabes**, localizados no Centro;
- Praça da Espanha, inaugurada em 1955 em homenagem à colonização **espanhola**, localizada no bairro Bigorriho;
- Praça da França, em homenagem aos **franceses**, localizada no bairro Seminário;
- Praça da Polônia, em homenagem aos **poloneses**, localizada em Campo Largo, região metropolitana;

- Praça da Ucrânia, inaugurada em 1967 em homenagem ao povo **ucraniano**. Nela tem-se uma estátua de bronze do poeta ucraniano Tarás Schevtechenko, feita pelo escultor francês Charles. A praça está localizada no bairro Bigorrilho;
- Praça do Japão, onde encontramos o Memorial da Imigração **Japonesa**, inaugurada em 1993, localizada no bairro Água Verde;
- Praça Elias Abdo Bittar, inaugurada em 1979 em homenagem a um dos principais exportadores de madeira do estado do Paraná, nascido na **Síria**, localizada no bairro Água Verde;
- Praça Himeji, inaugurada em 1988, ano do 80º aniversário da imigração **japonesa** no Brasil. Himeji, no Japão, significa cidade-irmã de Curitiba, localizada no bairro Mercês;
- Praça Itália, em homenagem aos **italianos**, localizada no bairro Jardim Botânico;
- Praça Portugal, em homenagem aos **portugueses**, inaugurada em 1994 com a presença do então Presidente de Portugal, Mário Soares. Inclui oito colunas com os nomes dos países de língua portuguesa e, ao longo da trilha paralela ao córrego Tarumã (denominada Alameda dos Cantares), 20 colunas com trechos de poemas de autores portugueses e brasileiros. A praça fica localizada no bairro Alto da Glória;
- Praça Ryu Mizuno, em homenagem a um empreendedor e político **japonês**, presidente da Koukoku Shokumin Gaisha ("Companhia de Emigração Imperial"), que transportou os primeiros imigrantes japoneses para o Brasil em 1908, localizada no bairro Jardim das Américas;
- Praça Santos Dumont, em que há homenagem ao historiador Romário Martins, um dos líderes do Movimento Paranista, localizada no Centro;
- Praça Tito Schier, em homenagem ao seleiro e comerciante, filho de imigrantes **austriacos** e fundador da Selaria Tito Schier, localizada no bairro Portão;
- Praça Tsunessaburo Makiguti, inaugurada em 1996 em homenagem ao educador e geógrafo **japonês**, criador da teoria pedagógica de criação de valor, localizada no bairro Jardim das Américas;

- Praça Zacarias, inaugurada em 1915 em homenagem a Zacarias de Goes Vasconcellos, primeiro presidente da província do Paraná, de 1853 a 1855, localizada no Centro. Essa praça antes era denominada “Largo da Fonte”, nome dado em decorrência do chafariz público construído na praça, em 1871, pelo Eng. Antônio Rebouças.

Nota-se que a maioria desses lugares de memória (31) rememora/comemora o imigrante e a participação dele na conformação da cidade. A seguir, apresento a quantidade por etnia:

Imigrante europeu	Quantidade de lugares de comemoração
Alemão	5
Português	4
Francês	3
Italiano	3
Polonês	3
Austríaco	2
Ucraniano	2
Bélgica	1
Espanhol	1
Total	24

Outros imigrantes	Quantidade de lugares de comemoração
Japonês	5
Árabe	2
Total	7

Assim, observa-se que a materialização do discurso do Movimento Paranista está no planejamento da cidade: valorização do imigrante e invisibilidade do negro. Isso ocorre devido a haver memórias e discursos que autorizam esse dizer. Ou seja, temos em Curitiba um imaginário em torno do imigrante que o valoriza como trabalhador, inteligente, como um povo que trouxe a tecnologia e o progresso; e um imaginário sobre o negro que o vê como escravo, passivo, inferior às outras raças. Portanto, temos um discurso que legitima essa rememoração/comemoração sobre o imigrante e naturaliza o trabalho escravo.

Essa valorização do imigrante pode ser visto tanto pelo que é rememorado/comemorado como pelo local da comemoração: a maioria dos lugares foi construída na região central, ou seja, na área de maior visibilidade da cidade e rota turística, como destacado no mapa a seguir:



147

Desse modo, a memória discursiva da representatividade do imigrante europeu na formação da cidade de Curitiba ficou impressa na cidade por meio desses lugares de memória rememorativos/comemorativos, que são lembrados através do tempo, passando assim a fazer parte da memória coletiva dos curitibanos. É nesses lugares que o funcionamento ideológico da discursividade sobre a Curitiba de hoje silencia a presença do negro social, cultural e historicamente.

Portanto, é possível verificar que as modificações urbanísticas realizadas estão relacionadas com o Movimento Paranista. Verifica-se que o poder de persuasão simbólica das ideias paranistas, logo do discurso fundador, foi mantido. Esse discurso está nos lugares de memória (parques, monumentos e bosques) que causam a impressão de que somente os imigrantes europeus foram os responsáveis pela história e cultura da cidade. São esses lugares que corroboram para o processo de exclusão e de estigmatização do negro e demonstram a assimilação do discurso da representação e da imagem da cidade que nega o passado escravocrata e a presença do negro.

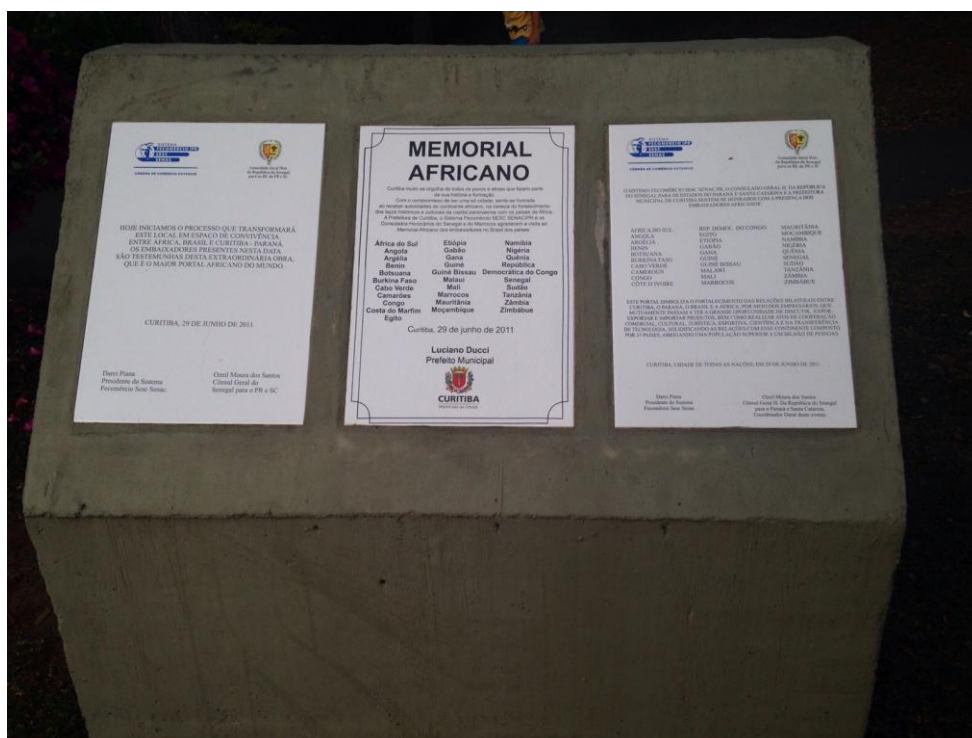
Cabe destacar que, dentre a construção do imaginário de Curitiba, foram construídos dois lugares em homenagem ao negro: a Praça Zumbi dos Palmares e seu Memorial Africano e uma placa em bronze em homenagem a personalidades negras paranaenses.

A Praça Zumbi dos Palmares foi inaugurada em 1991 e, em 2010, ganhou um portal de entrada, o Memorial Africano – um conjunto de pilares com as bandeiras e a localização de cada um dos países da África. Essa praça está localizada na região periférica (bairro Pinheirinho), fora da rota turística curitibana, logo sem visibilidade.

Texto-imagem¹⁶ 1 – Praça Zumbi dos Palmares e Memorial Africano



Texto-imagem 2 – Informações sobre o Memorial Africano

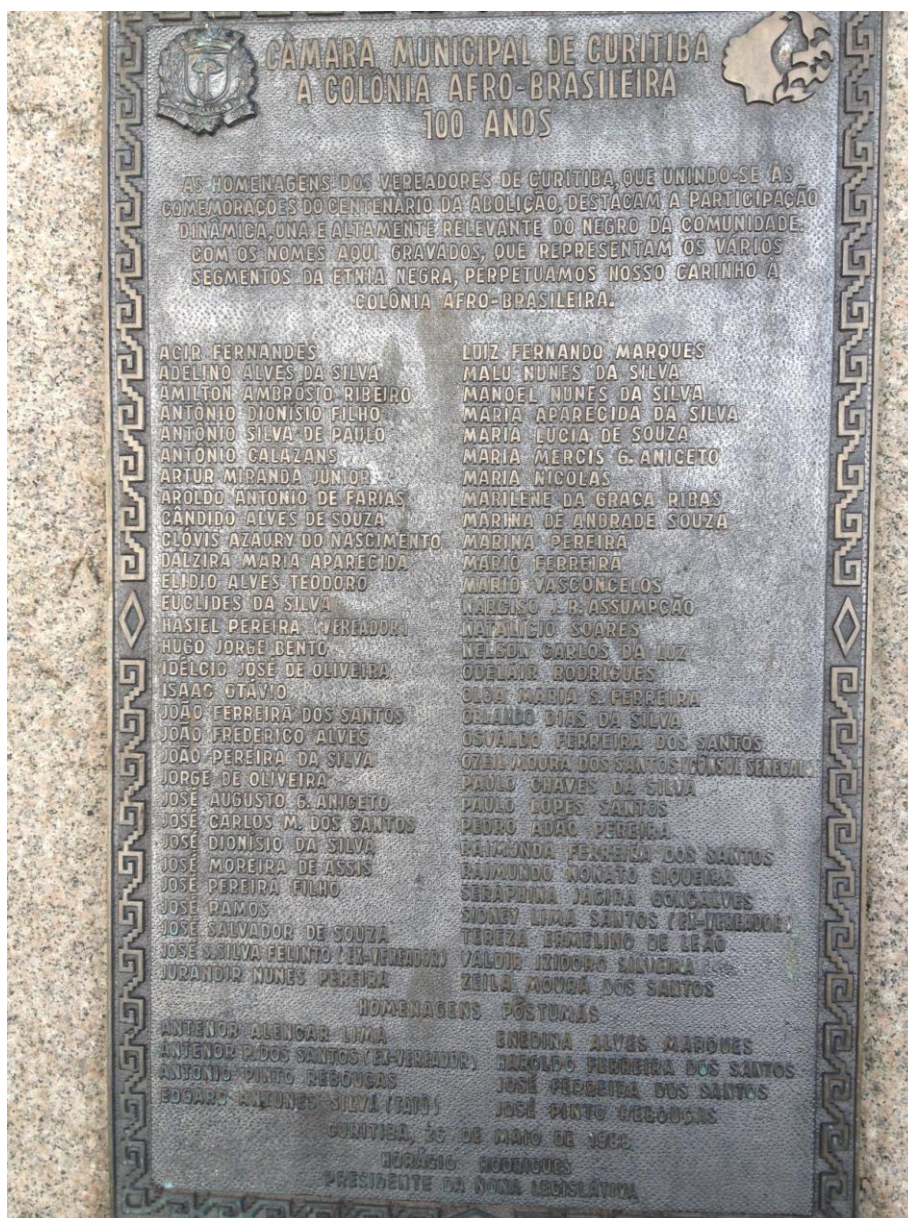


¹⁶ Decidi nomear as fotografias/figuras como “texto-imagem”, pois se trata de textos em que estão inscritos discursos que significam pela memória e ideologia a que pertencem.

Verifica-se que esse lugar, construído na região periférica, não visibiliza a participação do negro na história do Paraná, mas rememora/comemora um líder negro do Quilombo dos Palmares, Zumbi dos Palmares, ou seja, esse lugar ressoa a memória de resistência dos escravos e não a memória da participação do negro na história e formação de Curitiba. Nesse sentido, esse lugar de memória ainda materializa o discurso do negro escravo, produzindo uma memória de resistência tanto pela lembrança do líder da resistência abolicionista quanto por ser um discurso antagônico à FD do Movimento Paranista, e do discurso fundador: a confirmação da presença de escravo no Brasil, logo no Paraná.

Além dessa praça, temos uma placa em bronze localizada na Praça Santos Andrade, na frente ao prédio histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR), instalada em 1988 como homenagem da Câmara de Vereadores de Curitiba à população afro-brasileira do Paraná, em que é apresentada uma lista com alguns nomes de personalidades negras de Curitiba.

Texto-imagem 3 – Placa em homenagem à população afro-brasileira



Ao contrário da praça Zumbi dos Palmares, este lugar de memória encontra-se em um ponto de visibilidade da cidade, no entanto não produz o efeito de rememoração/comemoração que deveria fazer, visto que não visibiliza os homenageados. Por ser uma placa não muito atrativa, que contém uma lista grande de nomes em letras pequenas, ela demanda um esforço do transeunte (parar, olhar e, principalmente, ler), dificultando a produção de sentido.

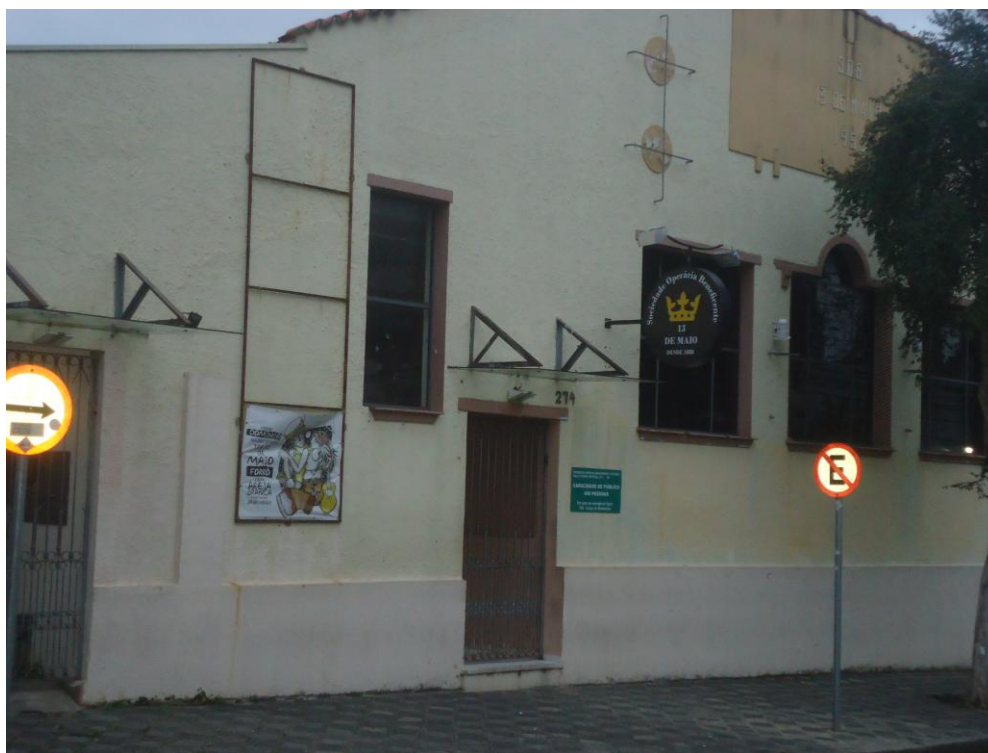
O que é possível verificar é que, assim como esses dois lugares, outros lugares de memória referentes aos negros, encontrados em Curitiba, não conseguem produzir sentido dentre tantos outros que reforçam a rememoração do

discurso fundador do Movimento Paranista. É nesse sentido que os negros seriam uma presença ausência: não estão no discurso fundador da FD do Movimento Paranista, mas ressoam, porque há memórias pelas quais eles se tornam visíveis.

A seguir, destaco outros lugares de memória da presença do negro¹⁷ em Curitiba e seus efeitos de sentido sobre a identidade curitibana:

- **Sociedade Treze de Maio:** fundada em 1889, ano seguinte da Abolição da Escravatura, a mais antiga e tradicional instituição de cultura negra do Paraná, que, inicialmente, tinha o objetivo principal de dar suporte aos escravos libertos pela Lei Áurea; e hoje, funciona como clube social e centro de cultura africana.

Texto-imagem 4 – Fachada da Sociedade Treze de Maio



¹⁷ Muitas dessas informações foram obtidas no dia 23/07/2015, através da “Linha Preta” – um passeio monitorado, no centro histórico de Curitiba, por lugares em que há registros da presença negra. Esse *tour* estava dentro da programação do II Congresso dos/as Pesquisadores/as Negros/as da Região Sul (Copene Sul), realizado na UFPR entre os dias 21 a 24 de julho de 2015. Cabe destacar que esse passeio foi uma iniciativa de participantes do movimento negro.

Texto-imagem 5 – Placa da entrada da Sociedade Treze de Maio



Verifica-se que esse lugar de memória rememora/comemora a resistência escrava. Seu nome, “Sociedade 13 de maio”, ressoa a memória da abolição da escravatura, ou seja, novamente temos um discurso que dá visibilidade à luta dos escravos para se libertarem. Assim, temos um discurso de resistência tanto em relação ao que é rememorado (a abolição da escravatura) quanto em relação ao discurso que contrapõe o discurso fundador (que nega existência de escravos na capital) – ou seja, temos um discurso fundador que valoriza o imigrante contrapondo-se a um lugar de memória que demonstra a presença do escravo na capital curitibana.

- **Ruínas de São Francisco:** remanescentes de uma construção inacabada da Igreja de São Francisco de Paula, iniciada em 1811, pelos portugueses, mas construídas por negros – fato histórico comprovado por meio de um quadro de Debret, que, segundo pesquisas, refere-se a essa construção.

Texto-imagem 6 – Ruínas de São Francisco (2015)



Texto-imagem 7 – Quadro de Debret



DEBRET, Jean-Baptiste. (1768-1846)
Curitiba, 1827. Aquarela. 12 x 21 cm.
Fonte: Coleção Marquesses de Bonneval (pertenceu a Antonio Almeida Correia)

Em relação às ruínas da Igreja de São Francisco, estas não são um lugar de memória, pois não rememoram/comemoram o negro/escravo. Por outro lado, a pintura de Debret¹⁸, que faz referência a essas ruínas e registra a presença do negro/escravo na construção da cidade Curitiba, é lugar de memória que rememora/comemora o papel desempenhado pelos negros na sociedade da época – mão de obra escrava. Temos então um discurso que ressoa a presença de escravidão na cidade, criando um efeito de sentido que ainda relaciona o negro ao escravo.

- **Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Benedito**, localizada no coração do Centro Histórico de Curitiba, fundada por uma irmandade negra, em 1737. Como forma da preservação da memória da identidade negra, é realizada, todo dia 20 de novembro, a lavagem da escadaria.

Texto-imagem 8 – Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Benedito



¹⁸ Esse quadro é o primeiro registro que se tem de Curitiba, e lá está, em primeiro plano, a figura de um negro trabalhando.

Texto-imagem 9 – Lavação das escadarias da Igreja



A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Benedito é outro lugar que rememora/comemora a resistência escrava. No entanto, como muitos a conhecem apenas por “Igreja do Rosário” (não seu nome completo), a memória discursiva sobre a história da fundação dessa igreja passa a não ser dita, logo o negro/escravo passa a ser esquecido.

- **Museu Paranaense**, fundado em 1876, que possui um pequeno espaço destinado ao escravo, em que estão expostos instrumentos de tortura.

Texto-imagem 10 – Instrumentos de tortura



Esse arquivo da memória da cidade não dá a importância devida ao negro/escravo paranaense, visto que este não encontra um espaço de destaque, ou de igualdade, dentro do museu, ou seja, este lugar, que tem o intuito de rememorar/comemorar o escravo, por ser pequeno, apaga/invisibiliza o negro em meio às outras memórias da cidade.

- **A escultura do “Homem nu”**, de Erbo Stenzel e Umberto Cozzo, inaugurada junto com a Praça 19 de Dezembro, em 1953, que foi criada para significar o “Paraná dando passo para o Futuro”.

Texto-imagem 11 – Escultura do Homem Nu



A princípio, essa escultura não foi bem recebida pela população, que solicitaram a sua retirada por ela ofender a moral e por causar uma interpretação “absurda” da característica física do povo paranaense: homem negro sem as características físicas do paranaense ideal – branco, de origem europeia. Verifica-se, assim, que esse lugar de memória rememora/comemora a presença do negro, mas também se configura numa memória de resistência, visto que ressoa a presença do negro em meio a um discurso filiado a uma FD que tinha como interdiscurso a ideologia do branqueamento.

- **Pelourinho**, de 1668, localizado na Praça José Borges de Macedo, utilizado não só para castigo, mas para apresentação das decisões municipais.

Texto-imagem 12 – Pelourinho



Verifica-se que esse lugar rememora/comemora a escravidão existente em Curitiba, bem como os castigos cometidos ao escravo. Aqui temos o discurso escravagista que contradiz o discurso fundador que referia à generosidade, bondade do povo paranaense, e tentava mostrar que a escravidão daqui era diferente da de outros estados.

- **Fonte de bronze Maria Lata D'água**, inaugurada em maio 1996, em Curitiba, que homenageava os negros. Esta obra, esculpida em gesso, em 1944, no Rio de Janeiro, por Erbo Stenzel, teve como modelo uma mulher negra e carioca (Anita, possível namorada do escultor). Seu nome original era “Água para o Morro”, mas após chegar em Curitiba e ser instalada na Praça Generoso Marques, foi nomeada, pelo então prefeito Greca, como “Maria Lata D'água”.

Texto-imagem 13 – Maria Lata D'água



Supõe-se que este novo nome pode ter sido originado da marchinha de carnaval “Lata d'água”, de Jota Junior e Luiz Antônio, gravada por Marlene em 1951, visto que a letra retrata a cena da obra de Erbo Stenzel.

Lata d'água

Lata d'água na cabeça,
lá vai Maria, lá vai Maria,
Sobe o morro e não se cansa,
Pela mão leva a criança,
lá vai Maria...
Maria lava roupa lá no alto
lutando, pelo pão de cada dia
sonhando, com a vida do asfalto
que acaba, onde o morro principia.

Em relação à Maria da Lata D'Água, essa estátua é um lugar de memória que rememora/comemora a cultura afro e a sensualidade das negras/escravas. Não temos um discurso de valorização das características femininas da raça negra, mas a construção de sua identidade como uma serviçal, ou pelo menos, como uma batalhadora. Além disso, ela também é um lugar de resistência, visto que é uma imagem de uma personagem negra em meio a uma formação discursiva que ecoa o discurso fundador da ideologia do branqueamento, ou seja, é a representação de um negro em meio ao discurso de que o negro iria desaparecer em Curitiba.

Observa-se que esses lugares de memória rememoram/comemoram o negro e escravo – mesmo sem intenção, pois a memória em si não é controlável –, constituindo-se pelo que se repete e pelo que ressoa: a memória coletiva de luta/resistência do negro/escravo. Ou seja, os lugares de memória sobre o negro contradizem o discurso fundador, que buscou apagar a existência do negro/escravo em Curitiba, mas ao mesmo tempo corroboram com a propagação e fixação desse discurso que inferioriza o negro e o vê somente como escravo, submisso, mão de obra. Em decorrência disso, temos a invisibilização do negro por meio da sobreposição dos lugares de memória que rememoram/comemoram o imigrante, tanto pela quantidade de lugares inaugurados quanto pelo que ressoam – as contribuições dos imigrantes para com o Estado.

Além desses lugares de memória, também destaco algumas personalidades negras paranaenses que contribuíram para a história do Paraná e por essa razão foram homenageadas:

- **Antônio Pereira Rebouças Filho e André Pinto Rebouças**, engenheiros negros que, entre outras obras, assinam a Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá. Os dois chegaram a estudar na Europa, apesar das limitações impostas aos negros naquela época, por volta de 1863. Antônio e André eram filhos do deputado negro e autodidata Antonio Pereira Rebouças – filho de uma escrava alforriada e de um alfaiate português, que conseguiu o direito de advogar em todo o país e foi representante da Bahia na Câmara dos Deputados e Conselheiro do Império. Em homenagem a eles temos a Rua Engenheiro Rebouças, no bairro Rebouças.

Texto-imagem 14 – Engenheiros Rebouças (pai e seus dois filhos)



- **João Teixeira Soares**, engenheiro negro que também trabalhou, no final do século XIX, para concluir a mesma ferrovia que André Rebouças. Em sua homenagem temos a rua Teixeira Soares, bairro do Seminário e o prédio que leva seu nome ao lado da antiga estação ferroviária.
- **Zacarias de Goes e Vasconcelos** foi o primeiro presidente da província do Paraná, em 1853-1855, e era mulato. Nascido na Bahia, em 1815, formou-se em Direito pela Faculdade de Recife e, pela Academia de Olinda, tornou-se Doutor. Em sua homenagem temos a Praça Zacarias, no Centro da cidade, inaugurada em 1871. Nesta praça, antes denominada de Largo da Fonte, possui um chafariz público, que foi criado pelo Eng. Antônio Rebouças, também negro.

Texto-imagem 15 – Busto do presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos



Texto-imagem 16 – Monumento em homenagem ao presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos



Texto-imagem 17 – Zacarias de Goes e Vasconcelos e esposa



- **Pamphilo de Assunção**, que, na década de 1930, entre a maioria de advogados brancos, foi o 1º presidente da OAB do Paraná e membro da Academia de Letras. Em sua homenagem temos a Rua Dr. Pamphilo de Assunção, no bairro Rebouças.
- **Enedina Alves Marques**, graduada em Engenharia Civil, em 1945, na hoje Universidade Federal do Paraná, foi a primeira mulher engenheira e negra do Sul do Brasil com apenas 32 anos. Antes dela, dois negros se formaram em Engenharia na instituição, Otávio Alencar, em 1918, e Nelson José da Rocha, em 1938. Depois dela, formou-se o negro Adelino Alves da Silva, em 1947. Após Enedina morrer de ataque cardíaco, em 1981, ela tornou-se nome de rua na Vila Oficinas, no bairro Cajuru. Além da usina Capivari-Cachoeira, que leva sua marca, tem em seu currículo a construção de várias escolas, como o Colégio Estadual do Paraná e a Casa do Estudante Universitário.

Texto-imagem 18 – Enedina Alves Marques



- **Domingos Nascimento**, cafuzo militar intelectual republicano, filho de pescador negro e mãe indígena guarani, escritor do Hino do Paraná.
- **João Pedro**, o Mulato, primeiro artista plástico paranaense, anterior a Debret (1806-1817). Pintor, aquarelista e caricaturista, residiu nas cidades de Paranaguá, Paraná e de Florianópolis, Santa Catarina, e dedicou-se à produção de aquarelas e ilustrações caricatas de tipos e costumes próprios da região Sul do país.
- Carnavalesco “**Chocolate**”, natural de Antonina-PR e radicado em Curitiba, fundador da escola de samba Ideais do Ritmo. Em sua homenagem foi criada a Praça Mansueden dos Santos Prudente.

É importante dizer que essas homenagens a essas personalidades têm o intuito de rememorar/comemorar a participação do negro na formação de Curitiba. No entanto, verifica-se que elas não causam esse efeito, pois a maioria da população curitibana não reconhece essas personalidades como negras, nem tem o conhecimento de quem elas são ou o que fizeram na história no Estado.

Assim, mesmo existindo esses lugares de memória, o negro ainda é invisibilizado. Isso ocorre porque no lugar dele, na memória social, estão os brancos, os imigrantes. Nesse sentido, podemos dizer que essa invisibilidade sobre o negro é fabricada no discurso, mas não pode ser gerenciada - tanto que há esses lugares de

memória em que os negros/escravos são rememorados/comemorados, e isso ocorre porque eles são memória.

Portanto, a construção da identidade curitibana através do espaço urbano só vem a reforçar a invisibilidade do negro, tornando os registros da sua presença na cidade imperceptíveis. As marcas dos negros/africanos na história do Paraná, por mais que estejam presentes no espaço urbano, são cobertas pelas marcas criadas pelos e para os imigrantes europeus. É essa indiferença, esse silêncio, sobre os poucos referenciais sobre o negro que os tornam invisíveis.

Verifica-se, desse modo, que o processo de exclusão não está apenas no simbólico, mas no espaço social. A negação do negro, além de confirmar o mito da ausência do negro no passado, faz permanecer esse mito no futuro. Quando a sociedade curitibana nega e silencia a existência do negro, ela fortalece a identidade criada para Curitiba – a de cidade que tem harmonia social e racial –, e esconde a valorização do branco em detrimento ao negro.

É nesse contexto que a imagem criada pelos paranistas, ao longo do tempo, foi sendo atualizada, reciclada e reforçada, visto que os ideais foram materializados nos espaços/lugares de memória de Curitiba (parques, bosques, portais, praças), a maioria baseada na cultura europeia. Além disso, o *marketing* criado sobre a cidade a partir da década de 1990 possibilitou criar, e fixar, no imaginário da maioria da população (paranaense, nacional e internacional) essa identidade criada para a cidade.

Desse modo, após termos verificado a materialização do discurso do Movimento Paranista nos lugares de memória (parques, portais e monumentos), ou seja, o discurso de rememoração/comemoração da contribuição dos europeus na formação do Paraná e de invisibilidade do negro na conformação do Estado, cabe agora analisar esse discurso nos *slogans*.

Como dito, a partir desses investimentos criados em Curitiba (parques, praças portais, monumentos), que também tiveram o intuito de embelezar a cidade, houve um aumento turístico e populacional, principalmente de migrantes e imigrantes, devido à publicidade criada para a cidade: *Curitiba, a cidade sorriso*. Assim, a partir de 1990 a cidade de Curitiba conseguiu destaque no Brasil e em outros países e se consolidou como a “Cidade que deu certo”, “Capital ecológica”, “Cidade de primeiro mundo”, que possui ordem urbana harmoniosa, sem conflitos sociais e raciais e um projeto urbanístico a ser seguido.

Observa-se que a memória do Movimento Paranista (que valorizava o imigrante europeu) pode ser encontrada no planejamento urbano de Curitiba. E que a criação desse imaginário teve um importante aliado: a mídia, que reproduziu algumas imagens simbólicas (*slogans*) que destacaram nacional e internacionalmente a cidade de Curitiba.

Como visto, o planejamento urbano de Curitiba desde o início seguiu como modelo as cidades europeias, principalmente Paris. O objetivo era criar uma identidade paranaense parecida com a Europa. Temos então os *slogans* criados no governo do Jaime Lerner que contribuíram/contribuem para rememorar a história da participação dos europeus na formação do Paraná.

Os *slogans* são aforizações destacadas “por natureza”, visto que a construção dos seus sentidos ocorre apoiando-se sobre instruções incorporadas à aforização. Assim, o destinatário é forçado a buscar os elementos que supostamente teriam tornado possível a enunciação. Por exemplo, os *slogans* “Curitiba, cidade primeiro mundo”, “Curitiba, cidade modelo” e “Curitiba, cidade brasileira com melhor qualidade de vida” só é aplicável se o indivíduo relacionar/identificar Curitiba como uma cidade de primeiro mundo; como modelo em relação a outros lugares/estados; e como um local com qualidade de vida diferente de outros lugares. Portanto, temos a ressignificação da imagem da capital, ou seja, a efetivação da identidade paranaense tanto desejada – aquela diferente das outras cidades brasileiras.

Observa-se que a polissemia dessas aforizações permite a produção de efeitos metafóricos, a transferência de sentidos, a ressignificação, tudo por meio do trabalho da memória. Por exemplo, em “Curitiba, cidade europeia”, temos a ressignificação da imagem de Curitiba, que deixa de se identificar como uma cidade brasileira e passa a ser associada às cidades da Europa. Portanto, cria-se para Curitiba um imaginário em que a estrutura da cidade, a população e o meio ambiente passam a ser caracterizados como o europeu.

Em relação ao *slogan* “Curitiba para todos”, que aparece na época da consolidação do projeto de urbanização de Curitiba, nota-se um discurso de indeterminação devido ao uso do pronome indefinido “todos”, que pressupõe a presença de qualquer pessoa, qualquer etnia, e ao mesmo tempo não necessita a especificação de nada, ou seja, temos um efeito de generalização que permite a presença ausente de qualquer etnia, classe social, etc. – é a tal ideia de democracia e harmonia racial curitibana.

Além disso, por meio da análise da estrutura sintática desses enunciados, também podemos verificar a criação do sentido novo. Observa-se que a estrutura da aposição (nome-aposto) dos *slogans* produzem sobre o anteriormente dito o efeito do novo, ou seja, temos a produção do novo a partir do já-dito.

- a) Curitiba, cidade sorriso
- b) Curitiba, capital ecológica
- c) Curitiba, cidade do futuro

Nos enunciados anteriores, observa-se a criação de imagens positivas referentes à imagem urbana de Curitiba. Cabe lembrar que, até 1960, Curitiba não tinha uma identidade própria. Assim, “Curitiba, cidade sorriso”, cria um rosto para capital; “Curitiba, capital ecológica”, cria uma característica física; e “Curitiba, cidade do futuro”, cria uma imagem moderna. Portanto, os *slogans* contribuíram para a visibilidade de Curitiba, bem como para a criação de uma personalidade marcante.

Nota-se que todos os *slogans* citados projetam uma nova imagem à cidade de Curitiba. Temos aqui um jogo imaginário. Assim, podemos analisar esses *slogans* do lugar do sujeito locutor (governo Lerner), que busca criar uma identidade para Curitiba moderna e baseada nas cidades europeias; do lugar do sujeito interlocutor, considerando tanto os imigrantes europeus, que se identificam com essa nova imagem criada, quanto os de outras etnias, como o negro, que não encontram lugar nessa nova identidade; e do referente, cidade real com seus problemas sociais e étnicos.

Portanto, esses *slogans* se constituem tanto pelo novo (polissemia) como pelo que se repete (paráfrase), visto que criam uma nova identidade para Curitiba por meio da repetição do interdiscurso (do já-dito) da formação discursiva do Movimento Paranista, que valoriza o imigrante europeu e invisibiliza o negro.

Como já dito, a memória discursiva permite tanto a lembrança, repetição, quanto o esquecimento. É nesse sentido que, de acordo com o interdiscurso da FD do Movimento Paranista, que ecoa o discurso fundador, temos a rememoração/comemoração do imigrante europeu e o esquecimento do negro na conformação da cidade de Curitiba – tanto em sua história quanto em seu espaço urbano.

Assim, esse apagamento do negro no interior da FD do Movimento Paranista, não significa seu esquecimento no interdiscurso. A participação do negro na formação da cidade de Curitiba está nos lugares de memória citados, só não é rememorado/comemorado devidamente – o que os lugares ressoam é a escravidão e não a importância do negro para com a formação da cidade. É isso que impossibilita a divulgação da história do negro na capital; intervém na trajetória dos sentidos sobre o negro; e não possibilita o processo de identificação dessa etnia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em agosto de 1853, quando ocorreu a emancipação do Paraná, e este Estado passou a existir como uma unidade política e cultural, verificou-se a necessidade da criação de uma identidade, visto que este Estado não tinha características marcantes geográfica, histórica ou humana. Assim, a partir de mudanças históricas – a chegada dos imigrantes –, a ideologia do branqueamento e o Movimento Paranista, esse imaginário foi forjado, refletindo, principalmente, em Curitiba. Foi considerando esse contexto que este trabalho foi desenvolvido. Nosso intuito foi mostrar como ocorreu a construção dessa identidade, que valoriza o imigrante europeu e invisibiliza o negro da história de sua formação.

Assim, inicialmente, buscamos mostrar o discurso fundador que instaurou uma nova ordem de sentido, ressignificando o anterior, aquele sem características marcantes, e instituindo o novo: um estado com população heterogênea e uma concepção urbana em que impera o imigrante europeu.

A partir da análise da obra de Auguste de Saint-Hilaire foi possível verificar um discurso que projeta a perspectiva do racismo (a superioridade da raça branca sobre a raça negra devido a diferenças essenciais) e incentiva a fixação do europeu em Curitiba devido às condições climáticas e geográficas parecidas com as da Europa. Na obra de Romário Martins foi possível encontrar um discurso que discrimina o negro e projeta um ideal de branqueamento, em que se prevê o desaparecimento do negro/escravo da história paranaense. Por fim, Wilson Martins projeta em seu discurso tanto o ideal racista (superioridade da etnia alemã) quanto do branqueamento, bem como a crença da quase inexistência da escravidão no Estado. Desse modo, por meio das obras desses autores temos a construção de um discurso fundador que preconiza a superioridade da raça branca, valoriza o imigrante europeu e que idealiza a cultura do branqueamento; em oposição a um discurso que desconsidera a existência do negro/escravo, inferioriza-o e prevê a sua extinção por meio da miscigenação. É essa imagem idealizada que, por meio do Movimento Paranista, passou a ser introjetada e assumida pela população curitibana, resultando no apagamento do negro da formação da sociedade e do espaço urbano da cidade de Curitiba.

Para atestar a existência do negro/escravo em Curitiba, no ano de 1854, ou seja, logo após a emancipação do Paraná, bem como contrapor o discurso fundador,

foram apresentadas e analisadas notícias do jornal *O Dezenove de Dezembro*. Dos 40 exemplares, selecionamos aquelas notícias que se referiam ao negro escravo. Por meio dos anúncios foi possível verificar que a prática de comercialização de escravos(as) era comum na época, tanto a venda como o aluguel, e que existiam notícias sobre escravos fugitivos. Além do valor documental, o jornal também nos permitiu verificar a ideologia da época em relação ao negro escravo. Temos então a construção da imagem do negro escravo ou como sujeito-objeto, mercadoria de comercialização, ou como sujeito fugitivo. É nesse sentido que podemos dizer que esse discurso vai tanto de encontro ao discurso fundador, pois permite a visibilidade do negro/escravo residente de Curitiba; quanto ao encontro desse discurso, pois essa visibilidade dada ao negro escravo no jornal não tinha o intuito a valorizá-lo, mas de identificá-lo como escravo, propriedade particular, de mantê-lo em seu lugar. Além disso, pelo jornal é possível identificar a política da época (Decreto n. 13/1854), que tinha o intuito de interditar a inserção da cultura afro na sociedade paranaense, invisibilizando e silenciando o negro da história e sociedade curitibana.

Portanto, é esse discurso fundador ecoado pela Formação Discursiva (FD) do Movimento Paranista, o qual exalta o imigrante europeu e apaga o negro/escravo da história da formação de Curitiba, que contribuiu para a criação da identidade curitibana, tanto cultural como urbanisticamente. Além dos heróis e mitos de origem forjados por esse Movimento, onde o negro não é citado, o planejamento urbano, que visava à modernização da capital, invisibilizou e silenciou o negro. Temos então a materialização do discurso fundador na conformação de Curitiba, que não escondeu o negro/escravo, mas evidenciou o europeu.

Como visto, o projeto urbanístico criado e aplicado em Curitiba, no governo de Jaime Lerner, materializou o discurso fundador em objetos discursivos que fazem sentido na sociedade e permanecem vivos nela, ou seja, criou-se lugares de memória que impedem o esquecimento de certos interdiscursos. Assim, além da exclusão do negro e do pobre das regiões centrais da capital, a construção de parques, monumentos, em homenagem ao imigrante europeu, contribuiu para a fixação e atualização de uma identidade que direciona certo sentido – apagamento do negro e visibilidade do imigrante europeu.

Dos 31 lugares de memória citados que homenageiam os imigrantes, 24 comemoram o imigrante europeu e 7 outros imigrantes. A memória discursiva da representatividade do imigrante ficou impressa na cidade por meio desses lugares

que rememoram/comemoram o europeu. Em contrapartida, temos dois lugares construídos em homenagem ao negro: a Praça Zumbi dos Palmares e seu Memorial Africano, e uma placa em bronze em homenagem a personalidades negras paranaenses. Além de ambos possuírem pouca visibilidade, a Praça Zumbi dos Palmares ressoa a memória de resistência da escravidão, ou seja, os dois lugares não produzem efetivamente o efeito de rememoração/comemoração da população afro-brasileira paranaense.

Além disso, por meio da análise de lugares de memória da presença negra em Curitiba (Sociedade Treze de Maio, Ruínas de São Francisco, Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Benedito, Escultura do Homem Nu, Pelourinho, Fonte Maria Lata D'Água), foi possível verificar que estes produzem um efeito de sentido de resistência, isto é, rememoram/comemoram a história de resistência do negro em meio à escravidão e às ideologias racista e do branqueamento da FD do Movimento Paranista.

Outro fato importante, é que algumas personalidades negras paranaenses que contribuíram e se destacaram na história do Paraná foram homenageadas de alguma forma (viraram nomes de ruas) em Curitiba. No entanto, esses lugares de memória que rememoram/comemoram o negro, não ressoam a sua participação na formação de Curitiba, visto que essas personalidades não são reconhecidas pela população curitibana como colaboradoras negras. Portanto, o que se conclui é que mesmo com esses lugares de memória sobre o negro, este ainda é invisibilizado na construção da identidade curitibana: é a sobreposição dos lugares de memória do imigrante europeu sobre os lugares de memória do negro.

Observou-se também que, além da materialização do discurso fundador nos espaços/lugares de memória de Curitiba, o *marketing* criado sobre a cidade, a partir de 1990, ajudou a conservar essa imagem que apaga o negro e homenageia os imigrantes europeus. Verificou-se que a construção simbólica propagandística (*slogans*) fez/faz ecoar o discurso do Movimento Paranista que rememora a história da participação dos europeus na formação do Paraná. Os *slogans* ressignificaram a imagem da capital, a diferenciando das outras cidades brasileiras, criando um imaginário em que a estrutura da cidade, a população e o meio ambiente passaram a ser caracterizados como o europeu. Eles criam, assim, uma nova identidade para Curitiba por meio da repetição do discurso.

Portanto, por meio desse trabalho foi possível verificar que a criação da identidade curitibana materializou o discurso fundador paranaense nos lugares de memória (tanto espaço urbano quanto simbólico), produzindo o sentido de inexistência do negro na história da formação identitária dessa capital e corroborando com a assimilação do discurso da representação e da imagem que nega o passado escravocrata e a presença do negro.

Esse silenciamento, em que se deixa de lembrar a questão do negro, mesmo existindo lugares de memória pelas quais ele se torna visível, produz o efeito de inexistência – inexistência do negro, do preconceito racial, dos problemas sociais. Podemos dizer que esse silêncio sobre o negro caracteriza-se como uma discriminação às avessas – afirma-se a cor branca e nega-se o negro por meio da sobreposição da memória. O efeito disso é o negro não encontrar um lugar na história da formação de Curitiba, não se identificar com a população nem com os espaços urbanos, nem se marcar discursivamente.

Assim, o lugar, ou não lugar, que o negro ocupa na construção identitária curitibana é que determina o lugar que ele ocupa na cidade. Segundo Sanches (1997, p. 124), ou ele se assume “como negro” e se torna invisível, pois em Curitiba “não há negros”; ou se esconde, e passa a se identificar com o curitibano, mas, nesse caso, “branquear” também é aceitar essa invisibilidade. Outra opção, que acredito ser mais propositiva, é que o negro reconstrua sua identidade e se torne uma presença presente: se ele existe deve dizer e ser dito.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: _____. **Papel da memória**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes editora, 2010.

ALMEIDA, Camila Gino. **Um cronista da cidade**: Curitiba no jornal sob o olhar de Jamil Snege 1997-2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

BARBOSA FILHO, Fabio Ramos. (Des)organização, técnica e racionalidade no imaginário urban(ístic)o. **Entremeios**: revista de estudos do discurso, v.2, n.1, jan. 2011. Disponível em <<http://www.entremeios.inf.br>>

BARONAS, Roberto Leiser. **Enunciação Aforizante**: Um estudo discursivo sobre pequenas frases na imprensa cotidiana brasileira. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. **Paranismo**: arte, ideologia e relações sociais no Paraná. 1853–1953. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CARVALHO, Tatiane Valéria Rogério de. **A identidade do movimento Hip-Hop curitibano a partir da análise do discurso de letras de música de Rap**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2011. 141 f.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Ed. Iluminuras, 1997.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. In: INDURKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Campo Teórico).

GADET, F.; HAK, T. *et al.* (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michael Pêcheux**. 3. ed. Tradução de: Bethania S. Marini *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. (Coleção Repertórios).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Unesp, 2006.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTIMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina L. (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP: Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios)

LINS, Paulo Cesar Zanoncini. **O divã de concreto – arquitetura, urbanismo e identidade**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2000. 157 f.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 2. ed. Tradução de: Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes, Editora da Unicamp, 1993.

_____. Conceitos da Análise do Discurso. In: _____. **Cenas da Enunciação**. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. (Lingua[gem]; 28)

_____. Aforização – Enunciados sem texto? In: _____. **Doze conceitos em análise do discurso**. Organizado por Sírio Possenti, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. Tradução de: Adail Sobral, *et al.* São Paulo: Parábola Editorial, 2010. (Lingua[gem]; 4).

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, W. **Um Brasil diferente**: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989. (Coleção Coroa Vermelha. Estudos Brasileiros; v. 16)

MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente**: a experiência de Curitiba. Campina, SP: Papirus, 1996.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, PUC/SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

MONSMA, K. Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Conhecimento histórico e diálogo social. 28. **Anais...** Natal, RN: ANPUH, jul. 2013. Disponível em: < http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364748564_ARQUIVO_Monsmatrabalho.pdf>. Acesso em: 27 maio 2016.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: UFPR, 2000. (Pesquisa; n. 48).

ORLANDI, E. P. A desorganização cotidiana. **Escritos**, São Paulo, Unicamp, LabeUrb, n.1, p. 3-10, 1998a.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. (Coleção Repertórios).

_____. Análise do Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, S.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**. Discurso e textualidade. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010a. p. 11-31.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. **Papel da memória**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes editora, 2010b.

_____. N/O Limiar da Cidade. **Rua**, Campinas, Número especial, p. 7-19, 1999.

_____. Paráfrase e Polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **Rua**, Campinas, n. 4, p. 9-19, 1998b.

_____. Vão surgindo sentidos. In: _____ (Org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Tradução de: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. **Papel da memória**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes editora, 2010.

PEREIRA, Luiz Fernando Lopes. **Paranismo**: o Paraná inventado. Cultura e imaginário no Paraná da I República. 2 ed. Curitiba, PR: Aos quatro ventos, 1998.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Unesp, 2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela comarca de Curitiba**. Trad. de Cassiana Lacerda Carollo. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. (Farol do Saber).

SANCHES, Mario Antonio. **O negro em Curitiba**: a invisibilidade cultural do visível. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia Social. Universidade Federal do Paraná, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 2. ed. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

VENTURINI, Maria Cleci. **Imaginário urbano**: espaço de rememoração. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Tradução de António José da Silva Moreira. Portugal, Lisboa: Edições 70, 1971.

ANEXO

Lei de Incentivo à Imigração ao Paraná

Lei nº 29, de 21 de março de 1855

Zacarias de Góes e Vasconcellos, presidente da Província do Paraná. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléia legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1º - Fica o governo autorizado a promover a emigração de estrangeiros para esta província, empregando neste sentido os meios que julgar mais convenientes, e preferindo sempre attrahir os colonos e demais estrangeiros que já se acharem em qualquer das províncias do Brasil.

Art. 2º - Para que tenha effeito a disposição do artigo antecedente poderá o governo despendar annualmente até a quantia de 10:000\$000, alem dos reembolsos dos avanços que fizer passagem e alimentação dos imigrantes, segundo os contractos que realizar.

Art. 3º - Os colonos serão, por ora, principalmente destinados aos serviços das estradas da província, podendo o governo pagar, sem indemnização alguma, a metade da passagem áquelles que nellas se empregarem por espaço de cinco annos.

Art. 4º - Os colonos que quizerem dar à agricultura e que não tiverem de o fazer por sua própria conta serão distribuidos pelos lavradores, principalmente pelos de café, chá e trigo, que se obrigarem a pagar por prestações, dentro de três annos e sem juro algum, as despesas que com elles houver feito o governo, do que prestarão fiança idônea.

Art. 5º - O governo velará a que nos ajustes feitos com esses lavradores não sejam de modo algum lezados os interesses dos colonos.

Art. 6º - A passagem das crianças menores de seis annos poderá ser puramente as expensas da província.

Art. 7º - Para a boa execução desta lei e fiel cumprimento dos contractos fará o governo regulamento impondo penas.

Art. 8º - O governo, estudando o systema de colonização mais adequado ás circumstancias da província, o submeterá á consideração da assembléia legislativa provincial, em sua próxima reunião, com os regulamentos que houver organizado, indicando também os embaraços que se opõe a sua execução, e propondo os meios de os obviar.

Art. 9º - Ficam revogadas as disposições em contrario.”

PARANÁ. Leis, Decretos, Regulamentos e Deliberações. Tomo II. Governo da Província do Paraná. 1855 –1857. Curityba: Typographia Penitenciária. 1912. p.16 e 17. In: FAMÍLIA Briatore. Blog. Disponível em: < <http://familiabriatore.blogspot.com.br/> >. Acesso em: 24 nov. 2015.